UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM MUSELOGIA

A produção da documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué Pereira Crispim (Icapuí-Ceará)

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

RECIFE – 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA

CURSO DE BACHARELADO EM MUSELOGIA

A produção documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué Pereira Crispim (Icapuí-Ceará)

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Monteiro Athias, como requisito para obtenção do título de bacharel em Museologia.

RECIFE – 2015

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de bacharel em Museologia.

Aprovada em 25/02/2015

Prof. Dr. Renato Monteiro Athias

(Orientador - UFPE)

Prof.ª Dra. Elaine Müller

(Examinadora Interna - UFPE)

Me. Alexandre Oliveira Gomes

(Examinador Externo)

A Horácio dos Santos

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Certamente, esse trabalho de conclusão de curso não se resume somente aos poucos mais de quatro anos de graduação. Para esse se concluir, houve um longo trajeto percorrido até aqui, onde muitas pessoas foram protagonistas, de suma importância, em cada passo dado. Entre elas, impossível não lembrar familiares, amigos, colegas e professores que fazem parte das sucessões de acontecimentos da minha trajetória, seja pessoal ou profissional.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha vó, Maria Mendes de Souza, por todo amor e força que sempre me fez presente, desde meu primeiro dia de vida. À senhora devo todos os incentivos que me fizeram superar os obstáculos e barreiras que surgiram, e todas as oportunidades que me ofereceu. Amo a senhora.

Aos meus pais, Edjane Mendes de Souza Ferreira e Gilvanildo de Barros Ferreira, por tudo que me propiciaram, mesmo com todas as dificuldades, sempre estiveram presentes. Obrigado por me oferecerem aquilo que não usufruíram: oportunidade de estudar. Amo vocês.

Aos meus irmãos, Danúbia Pricila Mendes Ferreira e Gilmar Cleiton Mendes Ferreira, por sempre estarem ao meu lado, me ajudando em tudo que estava ao alcance, e muitas vezes, se sacrificando para isso. Minha eterna gratidão a vocês dois.

Aos meus avôs paternos, Rita Vieira de Barros (*in memorian*) e Davino de Barros Ferreira (*in memorian*), meu muito obrigado por todas as lições de aprendizado e incentivo. Suas luzes guiam o caminho que escolhi seguir.

A meu tio, Germano de Barros Ferreira, por todo exemplo de honestidade e luta, por todas as conversas, conselhos, estímulos e por ser sempre uma mão onde busquei segurança. Muito obrigado e minha eterna gratidão.

A meu tio, Josias de Barros Ferreira, também pelos conselhos e incentivos dados. Pela importância fundamental nessa trajetória, e por, consecutivamente, me mostra os caminhos da vida. Obrigado por tudo.

Aos meus amigos fiéis da vida, Flávio Dumont, Hélio de Barros e Igor Santos, pela nossa união, compreensão e aprendizado. Obrigado por comporem a poesia que é a amizade.

Ao professor Alcigíulia Felipe (Alci), um exímio educador. Aquele que primeiro me orientou para as escolhas acadêmicas e profissionais. Um ser de suma importância na minha mudança de ciclo estudantil (ensino-médio/superior) e de formação como pessoa.

A todos do DAM (Departamento de Antropologia e Museologia), em especial a Clarck Melindre, pela tranquilidade, compreensão e eficiência, você ilumina nosso curso. E também à Gabrielle Lucena, pela paciência, por sempre estar disposta a ajudar e resolver as pendências que surgiram durante o período da graduação. Muito obrigado.

A todos os professores do curso de Museologia da UFPE, pelos conhecimentos compartilhados. Em especial a Francisco Sá Barreto e Alexandro de Jesus, pela amizade, risadas e, acima de tudo, pela ação e efeito de nos fomentar o querer conhecer. Muito obrigado.

A professora Elaine Müller, por aceitar o convite para compor a banca examinadora e ajudar na melhoria do trabalho. Obrigado.

Ao professor Bruno de Araújo, pela disponibilidade, apoio, atenção e ajuda, em diversos momentos da estruturação desse trabalho. Muito obrigado e minha gratidão.

A todos os colegas de curso. Em especial à Marcela Frutuoso (minha parceria de sempre) e Rômulo Gonzales, pela amizade, estímulo, incentivo, afeto e companheirismo. À Jéssica Francielle, Polly Cavalcanti e Joice Silva, pelo carinho e atenção. E ao trio de amigos inseparáveis, Phrancis Arlley, Paulo Couto e Eduardo Dantas. Vocês foram indispensáveis durante todo esse percurso, agradeço ter tido a honra e a sorte de ter conhecido cada um de vocês. Muito obrigado.

A Danilo Silva, pela revisão técnica do trabalho, que foi fundamental para seu melhor entendimento, e pela amizade que construímos. Obrigado.

À Josicleide Guilhermino, pela transcrição das entrevistas utilizada nesse trabalho. Obrigado.

À Eloisa, na ajuda da tradução do resumo desse trabalho. Obrigado.

A toda equipe da empresa ArqueoSocio, que atuou especificamente no "Programa de Resgate Arqueológico na Área do Sítio Morro dos Ventos, Objeto de um Plano de Ação da Superintendência do IPHAN no Ceará – Icapuí – Ceará". Em especial ao coordenador do projeto, Igor Pedroza, pela oportunidade profissional e também pelo fomento em transformar esse trabalho numa experiência de estudo de causa, logo, no trabalho de conclusão de curso. A Luis Mafrense, pela eficiência na logística das diversas viagens e extremo cuidado nesses deslocamentos. À Aline Castro e Vanessa Rodrigues, meu agradecimento especial, por sempre estarem dispostas a ajudar no que foi preciso. Minha gratidão e muito obrigado. Á Cristina Castro e Almyr Abath, muito obrigado.

Em Icapuí, a toda comunidade de Ponta Grossa, pela acolhida calorosa, que me fez sentir um pouco menos de saudade de casa, e pelo clima de luz e tranquilidade. Em especial, à Elisangela Crispim e a Lindines Silva, por todo carinho nas refeições, pelas conversas e risadas. Muito obrigado. E também a Eliabe Crispim, pela disponibilidade e atenção. Obrigado.

Um agradecimento especial ao Sr. Josué Pereira Crispim, pescador e colecionador de mão cheia, pela insistência naquilo que acredita, por me fazer perceber quanta vida e memória há nos objetos, pelos ensinamentos, risadas, conversas, que, certamente, me fizeram crescer como profissional e também como pessoa. O senhor é parte essencial desse trabalho, um protagonista que tem minha eterna admiração e gratidão. Muito obrigado por tudo.

Em especial, ao Prof. Renato Athias, por orientar esse trabalho e transmitir seus conhecimentos. Muito obrigado pela dedicação nas diversas fases do trabalho. Mais que um orientador, foi um amigo e aliado.

A Alexandre Gomes, outro agradecimento especial, por participar ativamente em todos os momentos do trabalho, pela disponibilidade, apesar dos poucos períodos livres, pela parceria e por todas as oportunidades profissionais que guinaram minha trajetória. Para além de um relacionamento profissional, nós estabelecemos ligações de apreços condicionados por uma série de atitudes recíprocas de amizade. Muito obrigado.

A Lílian Albuquerque, minha flor, e parte do que hoje eu sou. Por todo o incentivo, encorajamento, por sempre me fazer forte nas horas mais difíceis, e principalmente pela paciência nos momentos de exclusiva dedicação a este trabalho e das diversas viagens que eram consequências deste. Minha absoluta devoção a você. Com amor, meu anjo.

E principalmente, a meu avô, Horário dos Santos (Pedro de Horácio) (*in memorian*). Ao senhor dedico este trabalho. Por todo exemplo de bondade, honestidade e amor que me destes, por me ensinar que devo ser um grande homem para comigo mesmo, por ser o alicerce que me sustenta até hoje. Pelo senhor e para o senhor. *És parte ainda do que me faz forte*.

RESUMO

Esta pesquisa de monografia foi desenvolvida a partir do estudo de uma coleção museológica na comunidade praiana de Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí, litoral leste do estado do Ceará. Esse acervo foi constituído pelo senhor Josué Pereira Crispim, pescador, natural da comunidade de Ponta Grossa. Suas coletas foram feitas de modo inadequado – segundo as normas e procedimentos técnicos da Arqueologia -, e por conta disso, Josué foi denunciado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recebendo alguns processos por coleta irregular de objetos pertencentes à União e, posteriormente, perdendo a guarda de todo o acervo. O objetivo deste estudo é desenvolver uma análise sobre os objetos do acervo a partir de alguns procedimentos museográficos, tendo, como eixo orientador, o processo de organização da documentação museológica. A partir da análise das representações construídas, das ressignificações dos objetos musealizados e das identificações geradas pelos sujeitos da comunidade, nossa abordagem utiliza também os relatos orais como fontes. As atividades que resultaram nesse estudo foram parte da pesquisa gerada pelo "Programa de Resgate Arqueológico na Área do Sítio Morro dos Ventos, Objeto de um Plano de Ação da Superintendência do IPHAN no Ceará – Icapuí – Ceará". Portanto, a empreitada desenvolvida na condição de estudante de museologia foi utilizada como objeto de estudo para o trabalho de conclusão do curso. Entende-se que a documentação museológica exige a identificação e a classificação dos objetos, colocando assim os sentidos e significados desses em jogo. Percebemos "(...) a ressignificação (deslocamento, reclassificação, recontextualização) como ponto de inflexão analítica que nos permite articular importantes perspectivas para a análise social" (GOMES, 2012, p. 22). A partir do estudo da cultura material, buscamos entender os significados construídos sobre os objetos que compõem a coleção formada pelo Sr. Josué Crispim, atentando para uma análise das representações sociais dos objetos "musealizados".

Palavras-chave: Documentação museológica; objetos; representação; ressignificação; Josué Pereira Crispim; comunidade de Ponta Grossa (Icapuí/CE).

ABSTRACT

This monograph was developed based on the analysis of a museological collection at the coastal community of Ponta Grossa, located in the city of Icapuí, east coast of the state of Ceará. This collection was formed by Mr. José Pereira Crispim, fisherman, from the community of Ponta Grossa. The way he collected it, though, was inadequate – not pursuant to Archaeology's rules and technical procedures -, due to that, Josué was denounced to the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) and was prosecuted for irregular collection of objects belonging to the Union, afterwards losing the possession of all the collection. This study aims to provide an analysis over the objects of this collection, based on a few museological procedures and having museological documentation as guideline. Analyzing the representations then formed, the new meanings for the objects in the process of musealization and the identifications by community's population, our approach also makes use of oral reporting as a source. The activities that resulted in this monograph were part of a research from the "Program of Rescue Archaeology in the Site of Morro dos Ventos, Object of a Plan of Action from IPHAN Bureau in Ceará – Icapuí – Ceará". Therefore, this activity accomplished as a student of Museology was used as object of study for the Course Conclusion Work. It is understood that museological documentation demands identification and classification of the objects, thereby dealing with their senses and meanings. We see "(…) a new meaning (displacement, reclassification, new contexts) as a turning point which allows us to link important perspectives for social analysis" (GOMES, 2012, p. 22). Based on the study of material culture, we intend to understand the meanings developed over the objects that are part of the collection formed by Mr. Josué Crispim, highlighting the analysis of social representation of the objects in the process of musealization.

Keywords: Museological documentation; objects; representation; new meanings; José Pereira Crispim; community of Ponta Grossa (Icapuí/CE)**.**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sr. Josué Pereira Crispim no antigo espaço de guarda do acervo, e no detalhe, artefatos líticos e cerâmicos distribuídos em pequenos nichos (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014, Icapuí, Ceará _____17

Figura 2: Visão panorâmica de parte da comunidade de Ponta Grossa (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____24

Figura 3: Parte do acervo, no antigo espaço de guarda, armazenado de "forma inadequada" (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____35

Figura 4: Conjunto de talheres, em metal, pendurado por pregos na parede do antigo espaço de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____35

Figura 5: Parte do acervo em más condições de guarda. Detalhe para as péssimas condições do conjunto de materiais bibliográficos (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____36

Figura 6: Visão interna do antigo espaço de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____36

Figura 7: Josué Crispim na porta de entrada do antigo quarto de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014 _____37

Figura 8: Sr. Josué Crispim transportando parte acervo localizado na sua atual residência (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____40

Figura 9: Laboratório de análises científicas e inventário (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____41

Figura 10: Fachada da antiga igreja e hoje laboratório de análises e espaço de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _____43

Figura 11: Higienização mecânica de cerâmica com uso pincel (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____47

Figura 12: Higienização mecânica de garrafa em vidro com uso de pincel. (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____47

Figura 13: Processo de Arrolamento do acervo. Da esquerda para à direita: Gilvanildo Ferreira, Thiago da Nobrega e Igor Pedroza (Fotografia: Cristina Castro, 2014) _____48

Figura 14: Processo de Arrolamento do acervo. Da esquerda para à direita: Jouldes Duarte, Igor Pedroza e Sr. Josué Crispim e Cristina Castro (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014) _49

Figura 15: Marcação inadequada, detalhe para o suporte em fita adesiva (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____58

Figura 16: Marcação numérica ilegível e em local passível de contato em caso de remontagem (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____59

Figura 17: Esbouço da ficha de inventário ainda sem os campos de preenchimento (desenvolvida pela equipe técnica do projeto) _____62

Figura 18: Garrafa de grés, detalhe para a inscrição "Amsterdam" (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____61

Figura 19: Lâminas de machado em lítico polido (Fotografia: Almyr Abath, 2014) _____63

Figura 20: Sr. Josué e crianças da comunidade de Ponta Grossa no laboratório de análises científicas (Fotografia: Almyr Abath, 2014) _____71

Figura 21: Sr. Josué, e em detalhe um artefato com evidência de lascamento antrópica (lítico lascado) (Fotografia: Igor Pedroza, 2014) _____ 96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Campos para preenchimento da planilha de inventário (campos gerais) _____60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Ceará
DAM	Departamento de Antropologia e Museologia
IC	Icapuí (possivelmente)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JC	Josué Crispim (possivelmente)
MK	Museu Kanindé
PGI	Ponta Grossa, Icapuí
SGBD	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Esquema classificatório do acervo Josué Pereira Crispim _____104

Anexo 2: Convenções, para a transcrição de áudio, usadas no texto _____110

Anexo 3: Mapa de localização do munícipio de Icapuí no estado do Ceará _____111

Toda a literatura consiste num esforço para tornar a vida real. Como todos sabem, ainda quando agem sem saber, a vida é absolutamente irreal, na sua realidade direta [...] São intransmissíveis todas as impressões salvo se as tornamos literárias. As crianças são muito literárias porque dizem como sentem e não como deve sentir quem sente segundo outra pessoa.

PESSOA, Fernando (Bernardo Soares). **A maioria da gente enferma.** Livro do Desassossego, 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SUMÁRIO

Introdução _____ **17**

Capítulo 1: Inventário, Classificação e Sentidos _____ **26**

1.1. Inventário e Cultura Material _____ 27

1.2. A conjuntura do Acervo Josué Pereira Crispim _____ 33

1.3. Etapas do processo de Documentação Museológica _____ 44

Capítulo 2: O processo de ressignificação e a construção da representação social a partir da cultura material _____ **62**

2.1. A construção das ressignificações sobre os objetos do Acervo Josué Pereira Crispim _____ 63

2.2. As dinâmicas representacionais do Acervo Josué Pereira Crispim _____ 81

Considerações Finais _____ **96**

Bibliografia _____ **101**

Anexos _____ **104**

Figura 1: Sr. Josué Pereira Crispim no antigo espaço de guarda do acervo, e no detalhe, artefatos líticos e cerâmicos distribuídos em pequenos nichos (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014, Icapuí, Ceará).

INTRODUÇÃO

> *A história não é só minha, a história é de todos nós, de toda a humanidade*.
>
> Sr. Josué Pereira Crispim (2014).

O trabalho da monografia foi desenvolvido a partir de uma coleção museológica na comunidade praiana de Ponta Grossa, situada no munícipio de Icapuí, localizado no extremo leste do estado, fazendo fronteira com o estado do Rio Grande do Norte, e no Ceará, com a cidade de Aracati, zona litorânea, a 201, 9 km de Fortaleza, capital do estado. A pesquisa pretendeu se desenvolver sobre os objetos do acervo a partir de alguns procedimentos museográficos[1], tendo, como eixo orientador, o processo de organização da documentação museológica, e também – levando em consideração as análises sobre a cultura material[2], ou mais especificamente, os processos de ressignificações adquiridos pelos objetos ao longo de

[1] Consideramos museografia a área que "abrange toda a práxis da instituição museu, compreendendo administração, avaliação e parte do processo curatorial (aquisição, salvaguarda e comunicação)" (CURY, 2009, p. 30).

[2] "A expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado" (MENESES, 1998, p. 100).

suas vidas -, "analisar as relações entre fatos e processos, entre as ações dos indivíduos e grupos sociais, a *agency*, sobre uma estrutura de significações [...] existente, com a qual dialogamos e da qual os objetos são parte constituinte e constituidora" (GOMES, 2012, p. 22).

Esse acervo foi formado pelo Sr. Josué Pereira Crispim, pescador, nascido e criado na comunidade da praia de Ponta Grossa (Icapuí/CE). O acervo é constituído por objetos de diversas tipologias e cronologias, porém a composição quase total das coleções é concebida por objetos arqueológicos – cerca de 90% da coleção, uma gama de mais de 4.500 objetos. Nele, há presença de artefatos líticos, material em vidro e metal, cerâmicas - entre elas: faiança fina e portuguesa; cerâmica neobrasileira; histórica e indígena; olaria; cachimbo português e holandês; grés e; porcelana -, minerais e rochas, fósseis, moedas, documentos, livros, fotografias, entre outros. A maioria dos objetos foi coletada por ele mesmo, porém, alguns desses foram provenientes de doações, sejam por amigos, familiares e até mesmo por desconhecidos: "A doação é o seguinte, às vezes, chegava uma pessoa, dizia: 'Josué, tu gosta de coisa velha, tem isso alí velho, uma coisa'''[3]. Como, também, outra parte é derivada, não de compra, mas, segundo o Sr. Josué, a partir de "trocas". O Sr. Josué relata que algumas pessoas o procuravam para negociar a "troca" de objetos arqueológicos encontrados, pois sua fama de coletor de "caco e coisas velhas" percorria toda a comunidade:

> [...] as pessoas chegava e dizia: 'rapaz me dê um negócio por isso aí, aqueles machado', aí eu dava dez conto pra não perder, né? Não era uma_ eu não tava comprando, sabe? Eu tava satisfazendo uma necessidade de um indivíduo, que chegava, às vezes, pra comprar uma farinha, uma coisa, eu dava 10 conto, ali tirava uma coisa, dava um_ trocava, eu chegava: 'pra que você tá precisando?' Daí eu ia lá no mercadinho comprava, dava pra ele alguma coisa, alguma feira, faço isso_ valorizar, mas eu não comprava, eu dizia: 'você não pode dizer que eu lhe fiz isso, pra você, que isso é proibido, nem eu posso comprar nem você pode vender, agora pra não perde essa situação aí eu faço isso', aí os meninos ria daquilo, mangava de mim, 'ai como é doido', dizia: 'rapaz, tu tá fazendo isso [para quê]?"[4] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).
>
> Aí teve um tempo que aviciou. Todo mundo vinha ali_ da_ do pessoal, queria vender tudo no mundo pra mim ( ) 'posso fazer isso não, acabe com isso, se você quiser doar pra mim doa', aí eu dava um chapéu, uma blusa[5] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

[3] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[4] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[5] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

O Sr. Josué tem 56 anos de idade, conhecido em Icapuí, mais especificamente em Ponta Grossa, como "doido/catador de caco velho", desde muito jovem se sentiu atraído a escavar e evidenciar os objetos arqueológicos existentes na comunidade. Por receber uma espécie de pensão concebida pela prefeitura do município de Icapuí, segundo ele, por salvaguardar bens arqueológicos, não mais tira seu sustento da pesca, e atualmente exerce essa atividade por prazer.

Contextualizando um pouco a história desse acervo, o Sr. Josué coletou e o formou por mais de três décadas, porém, suas coletas foram feitas de modo inadequado – segundo as normas e procedimentos da Arqueologia -, e também sem permissão da Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[6], já que se tratam de objetos arqueológicos, logo, pertencentes à União[7]. Sendo assim, o mesmo foi denunciado ao IPHAN, recebendo, dessa forma, alguns processos por coleta irregular de objetos pertencentes à União. Contudo, o Sr. Josué nos conta que essa denúncia acorreu há mais de dez anos, realizada por uma matéria turística, e que um promotor denunciou o próprio IPHAN por não estar tomando as devidas atitudes: "[...] eu fiz uma matéria no jornal, era pra ser de história, aí [a pessoa] botou no jornal de turismo, eles [o IPHAN] vieram aqui em riba de mim, vieram, um carrão correu ali. [...] o promotor veio aqui, viu, aí denunciou o IPHAN pra cuidar do material histórico"[8] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Antes da chegada do promotor, o IPHAN executou, em 2009, uma tentativa, frustrada, de catalogação do acervo, mas só uma parte do material lítico e cerâmico foi analisada. Desse modo, no ano de 2013 foi aberta uma licitação, na qual algumas empresas concorreram para a execução dos trabalhos exigidos pelo órgão responsável. Com o advento do programa de resgate do IPHAN, executado pela empresa ArqueoSocio[9], o Sr. Josué perdeu a guarda de

[6] De acordo com a Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961, a respeito da disposição sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, o Artigo 8º afirma que: "O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo".

[7] Conforme a legislação de Bens Arqueológicos de 1961, o Artigo 1º, dispõe que: "Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o Artigo 180 da Constituição Federal".

[8] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[9] "Empresa especializada na prestação de serviços em arqueologia, sociologia, economia, meio ambiente, arquitetura, restauração, e áreas afins, desenvolve projetos, estudos e pesquisas direcionados a empreendimentos públicos e privados, organizações governamentais e não governamentais. Com sede em Fortaleza".

todo o acervo, e foi proibido de efetuar qualquer coleta de objetos arqueológicos, correndo risco de prisão, caso ele não cumpra esse mandato. Grosso modo, atualmente o acervo encontra-se sobre tutela do IPHAN, não mais pertencendo ao Sr. Josué. No entanto, apesar de contraditório, o Sr. Josué continua relacionando-se com o acervo, tendo o pleno acesso aos objetos e sendo o indivíduo encarregado de proteger o acervo nos períodos em que a equipe técnica do projeto está ausente da comunidade de Ponta Grossa.

Está sendo articulada, entre o IPHAN e a prefeitura do município de Icapuí, a construção de um museu para abrigar esse acervo. Entretanto, tudo ainda é tratado somente como possibilidade. É necessário enfatizar também que, como citado anteriormente, apesar de paradoxal, o Sr. Josué ficou incumbido de ser uma espécie de "guardião" do acervo durante o processo da elaboração da documentação museológica, mantendo-o sobre sua segurança. De toda forma, o acervo continuará sendo referenciado à sua figura – pelo menos até ser tomada alguma decisão sobre a sua guarda definitiva.

Dessa maneira, entende-se que a coleção, há pouco tempo, de particular, transformou-se em Bem da União, e essa mudança, consequentemente, produziu alguns novos sentidos e significados à coleção. No entanto, tais abordagens não foram tratadas nesta pesquisa, pois o processo de mudança do estado (particular ao público), perante a coleção, está ainda em andamento, sujeito, nesse momento, a más interpretações e transformações. Essa justificativa é importante para delimitar e elucidar ainda mais qual foi o intuito das análises sobre o objeto de pesquisa desse estudo. E apesar de não tratar questões analíticas sobre a modificação do estatuto, que o acervo passará durante o processo de mudança de estado com o advento da documentação museológica, houve a ambição em discutir outras narrativas sobre a coleção, expostas a seguir.

A ação se constitui como parte de uma oportunidade de trabalho gerada pelo "Programa de Resgate Arqueológico na Área do Sítio Morro dos Ventos, Objeto de um Plano de Ação da Superintendência do IPHAN no Ceará – Icapuí – Ceará". Dessa forma, é uma empreitada desenvolvida na condição de estudante de museologia, na qual a utilizei como objeto de estudo para meu trabalho de conclusão de curso. Problematizando as condições desse estudo, ao mesmo tempo em que elaborava os trabalhos do projeto, também sistematizava o desenvolvimento da pesquisa da monografia. Ao passo em que executava os procedimentos técnicos da documentação museológica, os analisava e problematizava-os, assim como realizava algumas entrevistas com o Sr. Josué, além de conversas informais com

alguns indivíduos da comunidade de Ponta Grossa. Atividades como oficinas e palestras com os indivíduos da comunidade, executadas pelo projeto, também subsidiaram a elaboração da pesquisa. Entende-se assim que, concomitantemente, ao desenrolar do projeto técnico, também desenvolvi e problematizei os alicerces que estão presentes nesse estudo.

O projeto, acima mencionado, tem como objetivo executar um diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico no sítio Morro dos Ventos, localizado também na praia de Ponta Grossa, além do inventário[10] museológico do acervo constituído pelo Sr. Josué. Nesse sentido, fui convidado, via intermédio do professor Alexandre Gomes, para integrar a equipe técnica envolvida no projeto de inventário do acervo, ou seja, constituí o quadro técnico voltado para o segundo eixo do projeto. Esse último tinha, como objetivo, fazer a inventariação museológica do acervo, como dito anteriormente, visando à otimização dos objetos, assim como a construção de medidas que criassem e indicassem ações para a salvaguarda desses objetos, utilizando-se de princípios museológicos.

Para identificar e analisar os objetos constituintes das coleções do acervo, tive o apoio de uma equipe da arqueologia. Nesse sentido, é de suma importância tanto à presença de uma visão museológica sobre o acervo discutido, quanto à presença de profissionais da arqueologia para as análises científicas e leituras dos objetos arqueológicos, maciçamente presentes no acervo. Com efeito, é preciso esclarecer que a documentação museológica, mais do que um conjunto de informações que dizem respeito aos itens das coleções, é um sistema com partes inter-relacionadas, as quais intermediam as fontes de informação e usuários que, por conseguinte, formam um todo que deve mostrar coerência. Por isso a necessidade da junção e compartilhamento de conhecimento entre várias disciplinas e campos científicos é demasiadamente importante, visto que a documentação de acervos é uma atividade que pode encontrar subsídio em outras áreas de conhecimento (FERREZ, 1994), voltadas para uma abordagem museológica.

A partir do advento da inventariação, por questões espaciais e sistemáticas, o acervo foi armazenado numa antiga igreja da comunidade de Ponta Grossa, que é utilizada como laboratório das ações. Entretanto, o Sr. Josué mantinha sua coleção em um pequeno quarto ao lado da casa que outrora o pertencia, e que hoje é herdada a uma de suas filhas.

[10] "Denomina-se inventário o levantamento individualizado e completo dos bens relativos a uma instituição ou pessoa, abrangendo registro, identificação e classificação" (CAMARGO-MORO, p. 41, 1986).

> [...] eu botei aí, tudo amontoado, porque a mulher [esposa] não queria ver aquilo lá dentro de casa, na outra casa lá pra dentro, porque ficava difícil barrer a casa e tinha um problema, eu tinha muito cuidado com ( ) eu tinha que tá lá com_ porque eu tinha medo de alguma pancada, alguma coisa, exatamente, eu tinha que tá lá[11] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Seguindo os procedimentos normativos da museologia, o acervo foi encontrado em péssimo estado de preservação sem nenhum tipo de acondicionamento e sem classificação. Estruturar a documentação museológica básica do Acervo Josué Pereira Crispim[12] foi um ato fundamental. Procedimentos como a elaboração do livro de tombo, a organização das fichas para o apontamento das peças e execução de sua devida marcação, dividindo-as por coleções, com categorias e subcategorias, são resultantes de métodos que visam tanto a preservação física como também as informações extrínsecas e intrínsecas dos objetos (mais à frente descrevo as definições sobre informações extrínsecas e intrínsecas). Por isso, foi evidente que a coleção necessitava de um tratamento adequado para sua revitalização e salvaguarda das suas informações que, doravante, poderá transformar-se em fonte de pesquisa científica. O processo organizacional e gerenciador da documentação museológica envolve algumas etapas bases para a salvaguarda dos acervos.

É preciso salientar que a discussão exposta aqui é, concomitantemente, sobre os resultados da inventariação do acervo, como também sobre as análises da monografia que serão tratadas logo à frente. Ou seja, todo o procedimento executado no trabalho técnico da documentação museológica sobre o acervo foi analisado na presente monografia, e os resultados serão apresentados nos capítulos que seguirão.

O arrolamento é o primeiro passo a ser dado, processo de quantificação de todo o acervo. Ao finalizar essa etapa, faz-se o inventário individual de cada objeto da coleção - documento chamado de ficha ou registro de inventário, uma espécie de "carteira de identidade" do objeto - trazendo as informações básicas e análises científicas das peças. Logo em seguida, o objeto recebe uma marcação numérica especifica. O documento final recebe o nome de livro de tombo, nele registram-se os dados do processo de documentação, como nome e número do objeto, estado de conservação e observações gerais sobre a peça (GOMES, 2011). Todas essas etapas foram pensadas com a preocupação, por um lado, às normas

[11] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[12] Apesar do acervo não mais pertencer ao Sr. Josué, defino-o como Acervo Josué Pereira Crispim por achar essa a melhor e mais justa forma de relacionar o Sr. Josué e o acervo.

técnicas da museologia, e, por outro, às relevâncias da realidade em questão, para possibilitar o controle e, como citado anteriormente, para o maior conhecimento do acervo, o que acarreta o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre todo o acervo.

A análise da pesquisa, além do estudo sobre os procedimentos técnicos da documentação museológica, foi direcionada para as possíveis narrativas representacionais que o acervo traz, e os processos de ressignificações aplicados sobre os objetos do acervo, por um lado, no discurso de quem o formou, no caso, o Sr. Josué, e por outro, sobre as representações formadas pelos sujeitos da comunidade, e as legitimidades que eles produzem ao acervo. Em outras palavras, o intuito foi abordar as análises representacionais do formador do acervo e dos indivíduos da comunidade praiana de Ponta Grossa sobre este. Ou seja, quais são as representações criadas pelo Sr. Josué e pelos sujeitos da comunidade sobre o acervo?

Em sua pesquisa sobre a análise da historicidade e os sentidos dos objetos colecionados pela etnia indígena Kanindé, situada na aldeia Fernandes (Arabuta, Ceará), Gomes (2012), com a problematização do processo de organização do Museu dos Kanindé (MK), criado em 1995, nos ajuda a pensar tanto os procedimentos técnicos voltados para a documentação museológica, quanto às representações e ressignificados arremetidos aos objetos que constituem o acervo. Esse autor analisou a constituição do inventário museológico participativo entre os Kanindé – entende-se por "participativo" os processos realizados sobre o inventário que envolve toda a comunidade, ou seja, para além dos profissionais envolvidos, os próprios indivíduos da localidade participam ativamente dos procedimentos técnicos -, e a partir desse processo técnico, examinou o "universo de sentidos e significados simbólicos entrelaçados entre objetos, experiências (individuais e coletivas) e dinâmica cultural" (GOMES, 2012, p. 99) a partir desse acervo.

Ponta Grossa - conhecida como uma das praias mais belas do Ceará -, situada numa localidade onde há uma forte presença de vegetação densa em sua faixa praiana, além de pequenas formações de mangue, conta com grandes paredões de falésias multicoloridas e dunas com formas sempre alteradas, graças ao trabalho do intemperismo, e por se localizarem próximas ao mar, sofrem transformações diárias por conta das ações das marés. A localidade, formada por uma vila de pescadores, com cerca de trezentos moradores, tem características particulares, pois há uma forte presença de possíveis descendentes de europeus, traço sempre marcante nos relatos dos conterrâneos. A economia local se baseia especialmente no setor turístico e na pesca. Além disso, "Em Ponta Grossa, existem sítios arqueológicos com fósseis

e artefatos de origem indígena e europeia, testemunhos das comunidades originais da história local, tanto dos índios que habitavam a região quanto do processo da colonização europeia" (BUSTAMANTE, 2005, p. 121).

Figura 2: Vista panorâmica de parte da comunidade de Ponta Grossa (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Apesar de serem contextos diferentes - levando em consideração que os empreendimentos de Gomes (2012) estão voltados para a participação ativa dos sujeitos da comunidade dos Kanindé, e já no caso do acervo constituído pelo Sr. Josué, se trata de um inventário institucional, sem a participação direta da comunidade de Ponta Grossa -, algumas questões afins inspiram diretamente o desenvolvimento da minha pesquisa. Há um diálogo, uma perspectiva comum entre as análises, porém, em contextos distintos, o que pode também, de certa forma, levar a outros resultados, tendo em vista que uma pesquisa é sempre o resultado de uma interação entre objeto, teoria e pesquisa/sujeito.

Contudo, em um primeiro momento, tomo como base, tendo discutido as convergências e divergências dos contextos, o processo de inventário museológico desenvolvido e analisado por Gomes (2012), e num segundo momento, os processos de reelaboração cultural, apropriação e tradução para uma realidade específica de ferramentas museológicas para um espaço construtor de representações, ou seja, analisar os objetos como

construtores de representação e ressignificação de realidades sociais a partir da cultura material (GOMES, 2012).

Para entender e avaliar as dinâmicas de representação e ressignificação dos objetos aplicados pelo organizador do acervo e também pelos indivíduos que mantém, de certa forma, uma rotina quase que diária com o acervo, foram empregados os métodos da história oral como instrumento de pesquisa e fonte documental; utilizando a entrevista oral como um método propício na construção das análises aspiradas. E para apreender as problemáticas inseridas nessa relação, a abordagem oral é de fundamental importância, pois, é na história oral que se pode evidenciar as memórias que subsidiarão o entendimento sobre esses fatos (THOMPSON, 1998). Ou seja, tendo na história oral sua assistência na busca dos fatos individuais e coletivos sobre o conceito de representatividade.

Assim, para analisar os empreendimentos que essa investigação necessitou, buscou-se uma ferramenta que fornecesse dados eficientes para atender os anseios da pesquisa, desse modo, foi estruturado um questionário aberto, com perguntas referente às dinâmicas voltadas para todo o acervo, destinado ao constituidor do acervo, no caso, o Sr. Josué. As perguntas do questionário partiam de perspectivas gerais e também específicas, como por exemplo, de um lado, o modo de coleta; limpeza e; armazenamentos, e, de outro, quais relações entre o acervo e a comunidade de Ponta Grossa; o que o acervo representa etc.

> Uma entrevista estruturada baseada na metodologia questionário possibilita a obtenção de dados importantes além dos que serão obtidos pelas perguntas, que são as expressões, pensamentos e curiosidades que só são possíveis ser captadas quando se utiliza um instrumento de coleta que permite o contato direto com o indivíduo. Ao aplicar um questionário, o autor poderá estar emerso em outro universo não previsto, mas poderá contribuir de forma significativa nos rumos da pesquisa (NETO TEIXEIRA et al., 2012, p.125).

Foram realizadas duas entrevistas com o Sr. Josué. A primeira foi realizada em uns dos primeiros contatos com o Sr. Josué, em março de 2014, a outra, um pouco depois, em novembro do mesmo ano. “Nesse sentido, a metodologia etnográfica apresenta-se como importante abordagem investigativa para a compreensão da comunidade e de suas representações”. (BATISTA; FILHA, [entre 2010 e 2013], p. 3). É necessário salientar que as entrevistas-questionário com os indivíduos de Ponta Grossa não foram abarcadas aqui, por um lado, pela abrangência da monografia não permitir, pois, apesar de importante, tornar-se-ia uma pesquisa extensa, e, por outro, pela falta de ida a campo. Algo que será desenvolvido em

futuras pesquisas, ou, na ampliação desta. Dessa maneira, as considerações apresentadas sobre as concepções e definições dos sujeitos da comunidade foram compreendidas em rodas de conversas, oficinas e palestras que tivemos durante toda a vivência de campo dentro da comunidade.

Nesse contexto, a abordagem oral pode dar ampla contribuição para o resgate das memórias individuais e coletivas – pois a memória de um pode ser a memória de muitos - que evidenciam a identificação dos sujeitos sobre a coleção da pesquisa em questão. Nesse sentindo, de acordo com Thompson (1998), a experiência de vida das pessoas de todo o tipo pode ser utilizada como matéria-prima, a vista disso, a história ganha uma nova dimensão. Nessa concepção, entende-se que as evidências históricas não devem ser exclusivamente restritas a líderes políticos, intelectuais ou sociais, é necessário que se permita a criação de uma multiplicidade original de pontos de vista. Assim como o Sr. Josué sempre afirma em suas falas, a história é construída não só por uma pessoa, mas por toda humanidade, sendo ele apenas um sujeito que traz consigo a "sensibilidade" do colecionismo.

Com efeito, o objeto de estudo dessa pesquisa não é a documentação museológica em execução no projeto, nem o acervo em si, mas, é, na verdade, as dinâmicas de representações sociais sobre o acervo constituído pelo Sr. Josué. Por tanto, levando isso em consideração, o presente estudo vislumbrou, como objetivo geral, no primeiro capítulo, intitulado ***"Inventário, Classificação e Sentidos"***, investigar e descrever os passos técnicos que produzem a Documentação Museológica sobre a coleção constituída pelo Sr. Josué, e, no segundo capítulo, intitulado como ***"O processo de ressignificação e a construção da representação social a partir da cultura material"***, analisar as representações construídas e as ressignificações aplicadas aos objetos musealizados[13] pelo formador do acervo e as identificações representacionais geradas a partir desse mesmo acervo pelos sujeitos da comunidade da praia de Ponta Grossa, tomando a abordagem oral como fonte documental e de pesquisa.

1 INVENTÁRIO, CLASSIFICAÇÃO E SENTIDOS

[13] Para fins de conceitualização, "Consideramos musealização a projeção no tempo, em perspectiva processual e com visibilidade social, de fenômenos que têm origem no fato museal: a relação entre homem e objeto em um cenário" (RUSSIO *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 53). Sobre a mesma concepção, Duarte Cândido define que, a musealização é "entendida como a aplicação de procedimentos da cadeia operatória museológica, ou seja, de salvaguarda e comunicação patrimoniais" (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 16).

1.1 Documentação Museológica e a Cultura Material

Para Smit (2008), a dificuldade para tratar o tema da documentação reside na sua naturalização, levando em consideração que os termos "documento" e "documentação" fazem parte da linguagem cotidiana dos indivíduos, tendo a necessidade de "conceituá-los de uma forma mais precisa quando o objetivo da discussão se inscreve no ambiente acadêmico" (SMIT, 2008, p. 11). Ainda segundo a mesma autora, tendo postura de uma ciência "pós-moderna", a documentação se caracteriza pela grande quantidade de questões, para quais propõe soluções. Assim como expõe Cândido (2006):

> [...] a produção de conhecimento dentro de um museu demanda uma rotina de pesquisa interdisciplinar, associada a discussões teóricas, além de uma constante interlocução com outras áreas que operam, de algum modo, com a questão do documento / bem cultural. Esses são os fundamentos básicos para a aplicação de um sistema de documentação museológica que atenda às demandas contemporâneas de socialização de informações e de construção contínua de memórias e identidades (CÂNDIDO, 2006, p. 35).

Ao definir o que é documentação museológica, Ferrez (1994) afirma que é o conjunto de informações sobre cada objeto que se encontra inserido em um acervo, e logicamente, a representação por meio da palavra (escrita) e da imagem (fotografia). Para Camargo-moro (1986), é o procedimento de organização de vários elementos de identificação de um acervo, como também um conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por finalidade a pesquisa, reunião, descrição, produção e emprego dos documentos sobre dado acervo. Percebe-se que, ao mesmo tempo, o sistema de documentação museológica recupera informações que podem transformar coleções de um museu em fontes de pesquisa científica ou em ferramentas de transmissão de conhecimento. Dessa forma, entende-se que o museu e as coleções, a partir de suas funções, mantém um ciclo estritamente ligado à informação. Os objetos das coleções, como veículos de informação, acham na preservação e na documentação "as bases para se transformar em fontes para a pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento" (FERREZ, 1994, p. 1).

Dessa maneira, percebemos que a documentação museológica discute o acesso à informação, levando em conta a grande diversidade cultural e o problema da distribuição da

informação, a problemática da preservação da informação e as questões relacionadas à veracidade e autenticidade das informações (SMIT, 2008).

Meneses (1998) se propõe a ater-se sobre as questões relativas ao deslocamento de objetos e coleções do âmbito pessoal (privado) para o público, e quais implicações isso causaria. Para ele, a natureza física dos objetos, como a concretude, exterioridade, opacidade, acarretam marcas específicas à memória. Para isso, basta-nos lembrar que os objetos, quase sempre, ultrapassam a vida de seus produtores e usuários, ou seja, vivem mais que eles, algo que, de acordo com Meneses (1998, p. 90), "já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente".

Mais adiante, Meneses (1998) se indaga sobre a natureza do objeto como documento. Como pode e onde reside sua capacidade documental, ou dita de outra forma, qual é o tipo de informação intrínseca que os objetos podem conter? De acordo com ele, os atributos intrínsecos dos objetos são somente suas propriedades de natureza físico-química, ou seja, cor, medidas, peso, etc. Não há qualidade de sentido imanente:

> Ora, as significações das coisas materiais são sempre atribuídas. Os objetos físicos, em si, só têm propriedades imanentes de natureza físico-química como forma, dimensão, peso, textura, cor, etc. Tais propriedades podem ser, sim, mobilizadas como vetores de significação e valor que os grupos sociais produzem e constantemente modificam (MENESES, 1992, p. 5).

Segundo o autor, não passa de fetichismo a autonomia e naturalidade dos artefatos: "Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido" (MENESES, 1998, p. 91). Por isso é vão buscar o sentido do objeto no próprio objeto (MENESES, 1998). Os únicos indícios que se pode encontrar nos artefatos são informações materialmente observáveis, sobre a natureza e as propriedades dos materiais que compõem os artefatos, como também "a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos" (MENESES, 1998, p. 91). Porém, nesse exercício, há uma lógica que translada o nexo teórico, necessitando da informação externa ao artefato.

Como foi apresentado, os objetos que são construídos pelos homens possuem informações intrínsecas e extrínsecas, as quais, precisam ser identificadas. Dessa maneira, entende-se que as informações intrínsecas são deduzidas pelo próprio objeto, a partir de uma

análise de suas propriedades físicas. Já as informações extrínsecas são obtidas por outras fontes. De acordo com Ferrez (1994), só muito recentemente a identificação das informações extrínsecas vem ganhando mais atenção pelos profissionais de museu. A partir desse tipo de informação – a extrínseca – podemos conhecer os contextos originais do objeto, e também como funcionavam e adquiriam significado. Tais informações são obtidas, geralmente, logo na entrada dessas peças no museu, porém, nem sempre é cumprida.

De acordo com Meneses (1998), os compromissos de relíquias e objetos históricos são com o presente, pois é no presente que são produzidos ou reproduzidos, no caso, como categoria de objetos, e são as necessidades presentes que eles respondem. Ainda de acordo com ele, os objetos funcionais se esgotam no próprio presente: "Existem apenas no indicativo e no imperativo" (MENESES, 1998, p. 94). Por isso o passar do tempo é um fator relevante de qualificação do objeto histórico. O decorrer do tempo, a degradação, são critérios que fundamentam o valor do objeto histórico. Com isso, Meneses (1998) nos atenta para a natureza e função do objeto histórico, que para ele privilegia as classes dominantes. Ou seja, segundo o autor, o objeto, nesse sentido, tem como função essencial a ordem ideológica, e não a cognitiva. Porém, ainda nos alerta que não é impossível ser utilizado – o objeto histórico – para produção de conhecimento. "Ao contrário, são fontes excepcionais para entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, *objetos históricos*" (MENESES, 1998, p. 95, grifo do autor).

Barbuy (1998) se ancora em Meneses para nos explicar o *status* documental do objeto. De acordo com ela, o autor expõe que:

> [...] não se pode desconhecer que os artefatos – parcela relevante da cultura material – se fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções, etc), fornecem também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu (MENESES *apud* BARBUY, 1998, p. 34).

A autora assume que, realmente, se os artefatos forem tratados da ótica histórica, são poderosos portadores de informação, mesmo que sejam individuais, no entanto, "enquanto integrantes de sistemas culturais configurados materialmente" (BARBUY, 2008, p. 34). Basta-nos rememorar o passado, de como as coisas eram para percebermos que a maioria das ideias que se tem sobre o mundo se liga diretamente à dimensão material da cultura, ou seja,

sempre relacionamos o cotidiano, a vida, às características materiais. Por isso, afirma Barbuy (2008), a dimensão material constitui a condição estruturante da compreensão intelectual e psíquica da realidade. No entanto, o que sucederia se abríssemos mão de todo o saber histórico que foi construído em torno da dimensão material da cultura? A autora, ao nos indagar com outra pergunta, responde-nos de forma brilhante. "Que ideias", dispõe Barbuy, "teríamos, por exemplo, da Idade Média europeia, abstraindo de nossas noções as catedrais, a arte religiosa ou os modos de vida ligados às condicionantes climáticas das estações do ano?" (BARBUY, 2008, p. 34).

A interação entre pesquisadores e documentalistas, de acordo com Barbuy (2008), é um potencial positivo. Isto é, essa influência mútua pode multiplicar os resultados do trabalho de ambos os indivíduos, e com claros benefícios para a comunidade de pesquisadores e a coletividade em geral. Sendo desprodutivo o pesquisador que insiste demasiadamente em adotar e manter seus métodos pessoais no que diz respeito ao registro documental, pois:

> [...] além de guardar para si todas as informações produzidas sobre determinado objeto ou coleção, sem ter em conta a necessidade de lançar os dados em um sistema preparado para acolhê-los e difundi-los, de coloca-los à disposição de grande número de outros pesquisadores ou outros tipos de usuários do sistema. Esse tipo de pesquisador, normalmente, não acredita no valor dos sistemas de informação e pensa, no fundo, que a publicação de artigos acadêmicos é o único meio válido de difusão dos resultados de seu trabalho (BARBUY, 2008, p. 36).

Meneses (2008) expõe sua concepção pertinente sobre objeto como documento, segundo ele, o que faz do objeto um documento não é sua carga definida de informação, como se estivesse pronta para ser coletada, como uma fruta madura numa árvore. O documento não possui, em si, uma identidade, antes deve haver uma metodologia para interpretar suas informações. O conhecimento é a ferramenta que cria o sistema documental. Pois, não é o historiador que "faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala" (MENESES, 1998, p. 95). Assim sendo, entende-se que qualquer operação com documentos é de natureza retórica.

Ao definir documento, Smit (2008) afirma que, tradicionalmente classifica-se documento como resultante de uma inscrição num suporte, sendo enfatizada a inscrição textual no suporte papel. Essa definição faz analogia entre documento e registro, porém, não é

suficiente no que diz respeito a documentos produzidos por tecnologia digital, que fazem atualizar antigas confusões existentes entre o que é documento e o que não é. Se os objetos possuem biografias, logo existe, também, biografia das pessoas nos objetos.

Discorrendo sobre artefatos e autobiografia, especificamente sobre coleção, Meneses (1998) nos mostra que a coleção privada é uma das poucas formas, senão a única, em nossa sociedade, de exibir os objetos pessoais à esfera pública. "Mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade [...]" (MENESES, 1998, p. 96). Assim, como Meneses (1998) demonstra, além do caráter de representação de um grupo que a coleção preenche, cumpre também a de auto representação dos indivíduos proprietários. Não é um ato de esforço entender uma coleção privada como uma interação social, pois, umas das primeiras interferências:

> [...] é que a coleção, por mais personalizada e centrada no individuo, se faz sempre em relação ao outro. É, portanto, um suporte de interação. Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o 'espaço público' (MENESES, 1998, p. 97).

Com efeito, não existem objetos neutros, assépticos, pelas diversas malhas de mediações internas e externas que os cercam, numa coleção privada ou particular, num museu, nas seleções, nos processos técnicos, nas classificações, nos arranjos, nas impressões e expectativas dos visitantes, entre tantos outros motivos, dão a entender que é ilusão tentar encontrar algum objeto neutro, livre de qualquer sentido, em nossa sociedade.

O interessante é notar que um objeto pode ganhar ou perder informações ao longo de sua vida, por consequência de seus usos, reparos, deteriorações, que se tornam mais atenuadas quando muda de contexto, mudança brusca em seu significado, diminuindo assim "seu valor histórico, estético, econômico, científico, simbólico e outros, [...] fortemente diminuído" (FERREZ, 1994, p. 3). Tanto os deslocamentos de contexto, de proprietário ou de função podem mudar, como também as propriedades físicas dos objetos se modificam. Uma peça quando se torna objeto museal não perde sua vida, pelo contrário, continua a ter história, que, por conseguinte, será documentada. Por isso é de suma importância que os dados referentes ao "material, técnica, local, data de produção, dimensões, uso, função, significado, estado de

conservação, etc" (FERREZ, 1994, p. 4), sejam identificados e manipulados da melhor forma possível.

Como citado anteriormente, a maior parte das informações de um objeto a serem identificadas são extrínsecas, ou seja, difíceis de serem resgatadas, isso porque, quase sempre, nunca foram registradas em fontes de informação textuais ou iconográficas. E tais informações (extrínsecas) contextualizam os objetos e constituem a sua história, dispõe Dodd (1994). Motivos que dão sentidos aos objetos a serem entendidos na inserção em coleções ou na adentrada aos museus. E o que acontece, doravante, se os museus não cumprirem a demanda tão necessária para gestão e organização das informações de seus objetos? Como supracitado, com o processo de registro e inventariação do objeto, a entrada de dados no sistema não se esgota. A referida peça é reutilizada de diversas formas, ela muda de lugar, é restaurada, exigindo, assim, uma permanente atualização de seus dados. Ferrez (1994) nos chama a atenção quando dispõe que, se a documentação não conseguir abranger a carga de informações, os museus correm o risco de serem repositórios de objetos sem passado:

> [...] se a documentação não der conta dessas informações, os museus, sobre tudo os de caráter histórico, correm o risco de ser repositórios de objetos sem passado, que só poderão ser analisados e interpretados por suas propriedades físicas, limitando o trabalho da Museologia, ou da Museográfia (FERREZ, 1994, p. 4).

Para Bruno (*apud* DUARTE CÂNDIDO, 2013), o que faz com que a área de conhecimento da museologia não se confunda com outras é sua especificação preservacionista e educativa, que tem por objetivo a conscientização do homem sobre seu próprio patrimônio, para que assim este seja transformado em herança e possa colaborar para a construção identitária. A vista disso entende-se que, qualquer sistema de informação apresenta desafios complexos, porém os sistemas de documentação museológicos apresentam ainda mais:

> Comparando o material de trabalho dos museus e de bibliotecas, constata-se que de um livro ou de um artigo de periódico, enquanto objetos bibliográficos, basicamente identificam-se suas informações intrínsecas, quais sejam autor, título e assunto. Ao contrário, no que tange aos objetos museológicos, dados referentes a material, técnica, local, data de produção, dimensões, uso, função, significado, estado de conservação, etc. São igualmente fundamentais. Os sistemas de documentação museológica têm, portanto, que identificar e manipular um maior número de categorias de informação (FERREZ, 1994, p. 4).

Meneses (1992) dispõe que, o museu é caracterizado por atuar com coleções de objetos materiais: "Logo, os aspectos materiais da História de nossa sociedade são aqueles que ele estaria apto a trabalhar" (MENESES, 1992, p. 7). No entanto, esses aspectos, considerados por Meneses (1992) importantíssimos, necessitam ser explorados a partir de sua própria materialidade, ou seja, precisam ser empreendidos a partir do seu universo material. O autor considera a introdução da atuação dos museus históricos, como campo obrigatório, "que pretende contribuir para o conhecimento da História, a chamada 'cultura material' constituída pelos sistemas materiais de produção e reprodução da vida social, os 'sistemas de objetos'" (MENESES, 1992, p. 8). Como afirma Meneses:

> [...] a cultura material é um domínio vastíssimo para ser documentado – com acervo, bibliografia, informações – e transformou-se em ponto de partida para pesquisa, programação cultural e educacional. Nem hoje tem sentido a história panorâmica, o museu como enciclopédia histórica, manual tridimensionalmente ilustrado, capaz de fornecer ilusória síntese de uma nação. É preciso estabelecer cortes, para garantir a viabilidade, o rigor, a eficiência (MENESES, 1992, p. 8).

1.2 A conjuntura do Acervo Josué Pereira Crispim

Durante a extensa caminhada de mais de três décadas de colecionamento, Sr. Josué afirma que o incentivo maior para o ato de colecionar surgiu a partir de seu pai. Por saber de sua iniciativa em colecionar certos materiais, Francisco Crispim Sobrinho, pai de Sr. Josué, em suas caminhadas e pregações, sempre que podia, indicava onde havia objetos ou até mesmo os trazia, para que pudesse agregar na sua coleção. Sr. Josué fala da importância que foi esse estímulo:

> Meu pai, ele saía aí, falava do meu trabalho por aí, ele era evangélico, ele trabalhou muito aqui no evangélico, era pregador, pregava assim o evangelho nas pessoas que não sabia, não conhecia a bíblia [...]. Aí ele falava esses assuntos aí de repente uma senhora, alguma pessoa: 'rapaz, eu tenho uma moeda velha alí'. Aí ele trazia pra mim, aí eu guardava, ele passava muito ali naqueles sítios aí trazia os_ ele chamava curisco, aquelas pedras machado: 'Josué, trouxe um curisco pra tu' [...][14] (Josué Pereira Crispim, 2014).

[14] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Ao dispor sobre os estímulos motivacionais que levaram o Sr. Josué a pisar ainda mais firme na caminhada do colecionamento, é pertinente agora discorrer sobre os motivos que os levou a esse processo. Como será destrinchado mais adiante, o Sr. Josué deu início à ação colecionista a partir de um objeto em especial, uma garrafa de grés[15] pertencente ao seu avô, no qual havia a inscrição "Amsterdam". Algo que lhe fez indagar sobre como aquele objeto, originário de um país europeu, pôde depositar-se na comunidade de Ponta Grossa.

> [...] quando foi um dia a garrafa quebrou, batendo quebrou uma garrafa dessa, aí tinha Amsterdam ( ) esse negócio de Amsterdam não saiu [da cabeça] e começou a [questionar] ( ) isso aí, a olhar, pegar. O pessoal chamava a gente de doido, trabalhava com lixo véi, caco véi, aí pra chatear também eu também não ligava isso não, fazia porque gostava [...][16] (Josué Pereira Crispim, 2014).

O objetivo do Sr. Josué era preservar os objetos que ele considerava resquícios da cultura material de povos antecedentes. Contudo, apesar de sua iniciativa em salvaguardar os objetos - numa visão técnica e normativa -, o acervo foi encontrado em péssimo estado de conservação, sem nenhum tipo de ação preservacionista, de acondicionamento ou classificação dos objetos. Durante os primeiros contatos com o acervo, nesse espaço, foram observados diversos problemas de infraestrutura. Os objetos estavam, em sua maioria, amontoados no chão, em caixas, sacos plásticos, pendurados nas paredes, em armário e prateleiras de madeira, bandejas e até mesmo suspensos no telhado. O sistema do telhado não era eficaz, implicando a entrada de água durante as chuvas, além da presença de muita poeira acumulada e de insetos.

[15] "Segundo PILEGGI, os objetos em grés cerâmico apresentam uma composição de contextura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a altas temperaturas e levados a vitrificação total. Aproximam-se das porcelanas" (ZANETTINI, 1986, p. 121). Ou, na visão de MEDEIROS (2005): "O grés pode ser caracterizado como uma louça vitrificada na parte externa, apresentando coloração variada, nas tonalidades creme, branco e marrom, além da cor azul, que está associada à impressão de marcas e decorações em alto relevo" (MEDEIROS, 2005, p. 90).

[16] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

Figura 3: Parte do acervo, no antigo espaço de guarda, armazenado de forma inadequada (Fotografia: Igor Pedroza, 2014).

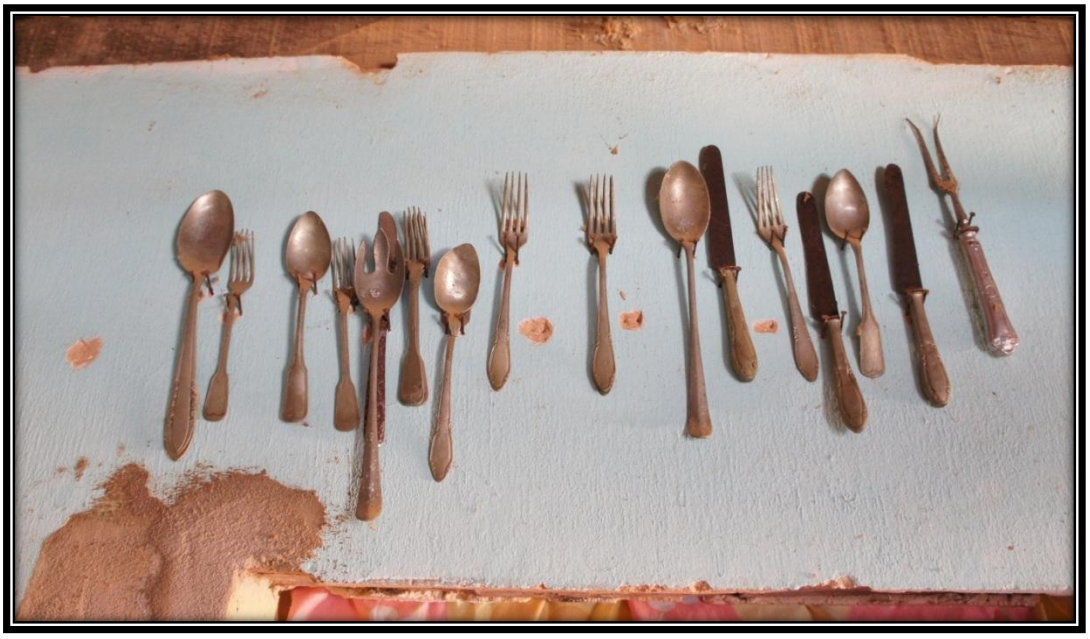

Figura 4: Conjunto de talheres em metal pendurado por pregos na parede do antigo espaço de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Parte da coleção bibliográfica – revistas, livros, entre outros -, por exemplo, está comprometido pelo contato com água das chuvas, assim como decorrentes das sujidades, um dos principais agentes da degradação dos objetos. Em consequência das péssimas instalações do espaço, dos agentes ambientais como chuva e calor, infestação de insetos e fungos, o ambiente se constituía como um local onde não havia condições de guarda e segurança do

acervo. Esses são aspectos gerais sobre a caracterização do antigo espaço de guarda do acervo.

Figura 5: Parte do acervo em más condições de guarda. Detalhe para as péssimas condições do conjunto de materiais bibliográficos (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Figura 6: Visão interna do antigo espaço de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Figura 7: Sr. Josué na porta de entrada do antigo quarto de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

O Sr. Josué nos discorreu que, no princípio da coleção, gostava de expor os objetos em mesas, em locais abertos, à vista das pessoas que se interessavam em apreciá-los. No entanto, foi forçado a mudar essa prática por questão de segurança, visto que alguns objetos foram furtados. Dessa forma, viu-se obrigado a amontoá-los, para que dessa maneira pudesse controlar e impedir esse tipo de ato:

> [...] eu fui fazer essa exposição aqui que mandaram pelos professor da escola de Icapuí, aí eu botei umas moeda, aí tinha uma moeda que tinha uma parte_ é_ uma prata do lado e um amarelo de outro lado, sabe? E tinha até uma mulher religiosa lá, não sei nem quem era ( ) bonita, uma parte amarela outra parte branca do outro lado, aí um mecânico de uma empresa, foi quando eu tava falando com o povo da frente ele entrou por detrás e roubou a moeda. Eu só descobri isso porque foi a pessoa que teve lá me conto, sabe? Aí quando eu vi ele, ele abaixava a cabeça, não queria mais falar comigo, ficou mal comigo, ladrão que só, roubou a moeda, aí eu fiquei com medo disso aí, aí o povo fizeram medo, aí eu fui amontoei lá em casa, ali naquela casa[17] (Josué Pereira Crispim, 2014).

No entanto, relacionando a museologia normativa, de certa forma aplicada no projeto de inventariação do acervo, com a compreensivista, cultivada pelo Sr. Josué - não hierarquizando, mas tornando possível um diálogo - devemos levar em consideração que essas grandes lacunas percebidas existiam, por um lado, pela falta de mão de obra técnica

17 Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

especializada e também por escassos recursos materiais e financeiros, e, por outro lado, pelo fato do Sr. Josué não possuir "noções" para o desenvolvimento de atividades técnicas sobre preservação e conservação dos objetos como bens culturais. Numa visão sobre a "conservação nativa", o Sr. Josué nos falou sobre suas dificuldades em manter as condições mínimas do acervo:

> É, tinha um guarda roupa, tinha umas coisa dentro e botei tipo um_ umas estante e comecei a guardar e botava uns plásticos riba, mas os plásticos começava a abafar as coisas e a poeira por riba, não dava tempo não, tirava muito_ era uma luta no mundo pra eu conseguir aquilo ali, fazer_ porque passava uma semana tava do mesmo jeito, aí eu varria com o pés_ com o_ tirava um dia, um_ aquela correria, mas eu tirava um dia, chamava a negrada, umas menina, aí eu dizia: 'rapaz, vocês barrer assim com pincelado direitinho'. Aquele mais grosso eu deixava elas fazer e aquele mais fino eu com o maior cuidado, sabe?[18] (Sr. Josué Pereira Cripsim, 2014).

Assim como ele dispõe, seu intuito sempre foi proteger os objetos que considerava importantes testemunhos sobre o fluxo histórico da humanidade, mesmo que isso fosse um ato ilegal, de acordo com certas políticas legais:

> É, [a forma de] fazer o_ é_ a proteção de todo esse material, fazer minha_ a minha ideia era proteger, mesmo que não fosse dentro da lei o trabalho que eu tava fazendo, mas eu queria proteger, era o meio que eu tinha de fazer proteger era dessa manera, que nesse tempo nem o IPHAN eu conhecia ainda, nem se tinha o IPHAN, que não tinha. É, era uma forma de proteger que eu achei, aí corri atrás disso, aí o pessoal começaram a chamar de catador de caco véi [...][19] (Josué Pereira Crispim, 2014).

Entretanto, com efeito, devemos também direcionar nosso olhar às potencialidades criadas pelo Sr. Josué. "A procedência dos objetos, seus múltiplos significados, o social e o museológico, o individual e o coletivo, os saberes e modos de fazer, as técnicas construtivas, os modos de conservação [...]", continua GOMES (2012), "as narrativas e sentidos a eles conectados, tudo é passível de análise" (GOMES, 2012, p. 100). Nesse sentido, analogamente às concepções de Gomes (2012), percebemos que procedimentos como a pesquisa e salvaguarda do patrimônio aconteceram a partir de uma tradução e apropriação de instrumentos tanto técnicos como conceituais, para que, dessa forma, a gestão e organização dos processos de musealização, feitos por indivíduos como o Sr. Josué – e no caso do estudo

[18] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[19] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

em específico desse autor, o processo de musealização feito pelo Cacique Sotero, no Museu dos Kanindé, Aratuba/CE -, pudesse abranger os múltiplos sentidos e significados mergulhados sobre a diversidade e especificidades dessas experiências museológicas. Desse modo, Sr. Josué, assim como o cacique Sotero:

> Mesmo sem a formação e o conhecimento técnico sobre o trabalho museográfico, [...] tornou-se um especialista na práxis de uma tradução para construir a sua ação museológica [...]. [...] preservou um acervo de objetos expondo-os em um determinado espaço físico, dando início à realização de pesquisas por estudantes e professores [...] (GOMES, 2012, p. 100).

É preciso entender que, as definições de conservação dos objetos que atribuímos nesse contexto "nativo" se diferem das práticas da disciplina da museologia "normativa" [20], pois, o que está sendo levado em consideração são os esforços operacionados e tornados possíveis nesta realidade. Visto que, assim como fala o Sr. Josué, sobre a relação da definição de conservação "normativa" e aquela traduzida por ele: "eu não vou dizer que eu conservei, mas alguma coisa eu fiz por onde conservar, sabe?" (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Nesse empreendimento, o Sr. Josué se esforçou numa tentativa de tradução dos sentidos sobre os objetos para entender a dinâmica social de grupos ancestrais. Desta forma, ele "reverteu saberes apreendidos sobre museus acumulados em sua experiência de vida, oral e vivida [...]", para organizar o acervo que constituiu. Continuando com as concepções de Gomes (2012), "A ação museológica se concretizou através de medidas que propiciaram a formação e conservação de um acervo"; - na ótica do Sr. Josué, conservação, nesse caso, é a retirada dos objetos de locais propícios à sua destruição, seja por motivos naturais como deterioração, ou promovidos pela ação do homem -, "a exposição dos objetos num espaço próprio e a realização de investigações a partir deles" (GOMES, 2012, pp. 102-103).

[20] Entende-se por conservação "Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando a sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração" (ICOM-CC *apud* RIBEIRO, 2012).

Figura 8: Sr. Josué Crispim transportando parte do acervo localizado na sua atual residência (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Outra parte do acervo encontrava-se na atual casa do Sr. Josué, segundo ele, por falta de espaço e por questão de aproximação com o acervo, já que a grande parte achava-se em sua antiga moradia, não tendo, dessa forma, um contato diário com o acervo. Esses objetos apresentavam características conservacionistas um pouco melhores, em relação a agentes degradantes como sujidades, por exemplo, porém, também comprometidos.

Durante o processo de arrolamento – identificação quantitativa e tipológica do acervo - , os objetos foram sendo trazidos aos poucos ao espaço de uma antiga igreja, bem próximo ao local onde o acervo armazenava-se, e que hoje recebe as instalações do laboratório de análise e inventário das coleções. Essa mudança de espaço se deu por questões espaciais e sistemáticas. O deslocamento foi feito cuidadosamente pela equipe do projeto. Alguns objetos mais delicados ou em péssimo estado de conservação foram deslocados individualmente, outros, com os devidos cuidados, foram deslocados em conjuntos, utilizando-se suportes como bandejas, sacolas, caixas, engradados, etc.

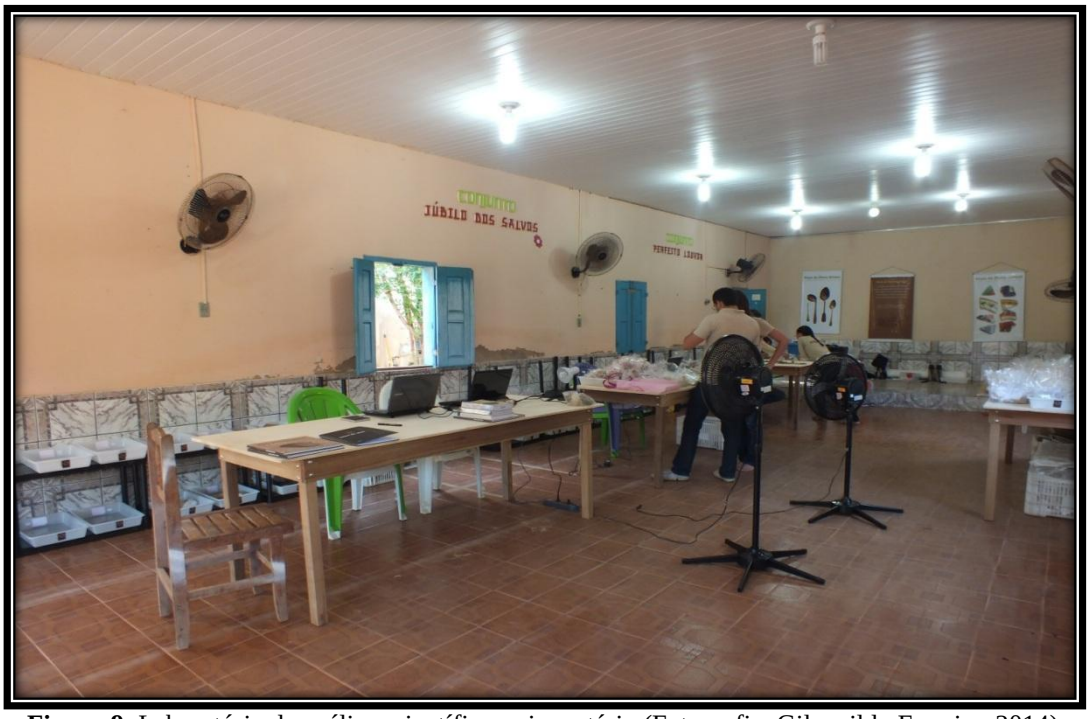

Figura 9: Laboratório de análises científicas e inventário (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Os objetos foram sendo trazidos gradativamente, e de acordo com o caminhar do arrolamento. É pertinente salientar que a escolha do deslocamento gradativo dos objetos se finda na questão organizacional: para os objetos serem conduzidos para o espaço denominado de laboratório, era necessário que os que já haviam sido transportados tivessem sido também arrolados. Assim, fazia-se a higienização mecânica de um conjunto de objetos, consequentemente se fazia o arrolamento, e assim, ao término dessa, trazíamos outro conjunto, e dessa forma, gradativamente executávamos.

Entende-se como limpeza mecânica a retirada das sujidades depositadas na superfície dos objetos, o que se diferencia de higienização, procedimento mais pontual e profundo, onde se usa técnicas mais precisas de conservação preventiva[21] e curativa[22]. O procedimento de higienização foi realizado com auxílio de pincéis em diversos tamanhos e de cerdas macias, trinchas e flanelas de algodão. Esse procedimento foi executado minunciosamente para não agredir as estruturas físicas dos objetos, sejam eles frágeis ou não. O intuito dessa limpeza

[21] "Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. [...] Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam a sua aparência" (ICOM-CC *apud* RIBEIRO, 2012).

[22] "Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem ou grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações à vezes modificam o aspecto dos bens" (ICOM-CC *apud* RIBEIRO, 2012).

mecânica foi a retirada das camadas de poeira e sujidades depositadas nas superfícies dos objetos de todo o acervo.

O espaço que atualmente abriga todo o acervo e também funciona como laboratório de campo, onde são feitas as análises dos objetos e o projeto de inventário é desenvolvido, é uma antiga igreja da comunidade, e que hoje se encontra abandonada, pois, houve a construção de outra igreja, com mais estrutura que essa, por isso tornou-se sem uso. O espaço foi cedido graças a um subsídio da prefeitura do munícipio de Icapuí, que liquida o aluguel do local. Os horários de funcionamento do laboratório são das 08:00 horas às 19:00 horas[23]. O recinto é formado por um vão, sem paredes divisórias, com oito janelas, uma porta de entrada e outra de saída, como se pode ver na figura 7, logo acima. Há três mesas de madeira que auxiliam os estudos e pesquisas, e ventiladores para circulação do ar, prateleiras de plásticos onde são armazenadas algumas coleções – apesar de não ser o material ideal para armazenar os objetos.

Figura 10: Fachada da antiga igreja e hoje laboratório de análises e espaço de guarda do acervo (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

Características climáticas como as elevadas temperaturas, a alta umidade relativa do ar, a maresia, a qualidade do ar que carrega muitas partículas de poeira, vegetações próximo ao espaço, construções com infestações de pragas, como cupim, à volta do local, são alguns

[23] Entende-se por horário de funcionamento do laboratório o tempo de trabalhado diário, que em média, eram 11 horas destinadas diariamente.

aspectos negativos da localização do laboratório. O ambiente também é empoeirado, apesar de sempre ser executada a limpeza do espaço; a estrutura do teto do local está extremamente comprometida por conta da infestação de cupim, ocasionando riscos aos objetos e às pessoas envolvidas nos trabalhos científicos. Outro aspecto são alguns pontos de alagamento que foram encontrados no interior do espaço, em dias chuvosos percebemos infiltrações no teto o que consequentemente ocasiona goteiras, outro agente danoso aos objetos.

Entretanto, um dos aspectos positivos do local é a espacialidade, ou seja, seu tamanho, que ajuda nas análises e distribuição das coleções. As dimensões do espaço auxiliam na classificação dos objetos e propicia uma boa divisão do ambiente. Mas, com feito, a proximidade do projeto de inventário com a comunidade praiana de Ponta Grossa é de suma importância, já que há bastante tempo muitos indivíduos mantém uma rotina quase que diária com esse acervo, mantendo, mesmo que subjetivamente, relações simbólicas e identitárias com os objetos. Algo que poderia ser comprometido, ou até mesmo rompido esses laços simbólicos, seria o deslocamento do acervo para outra localidade, afastada da comunidade, descontextualizando, dessa forma, os sentidos sociais entre o acervo e a comunidade praiana. Fator veemente percebido em diversas falas do Sr. Josué, quando afirma que o sentimento de pertencimento sobre aqueles objetos abrangem a construção e o reforço da identidade dos indivíduos de Ponta Grossa, por isso considera imprescindível, tanto a construção de um futuro museu como a permanência do acervo na comunidade:

> No dia da inauguração o museu desse talvez eu vou ficar emocionado, é que eu vou contar muita, muita coisa, vou contar a história do_ rapá assim a ideia todinha e vou acumular, seu ainda tiver a memória pra o contar ( ) contar, vai chamar repórter, vai chamar alguma coisa, televisão, vai botar, aí eu sempre quando eu em rádio, televisão que eu já fiz muita, passei, eu fico assim que eu abro tudo, sabe? Não escondo nada não, sabe?[24] (Josué Pereira Crispim, 2014).

> [...] um dia você vai limpar tudo isso [os objetos], vai ver que encontra, faz o quebra cabeça aí, por isso que não é de lei você tirar o museu daqui e botar noutro canto, que você perde isso, entendeu? E a paixão que o indivíduo tem por isso que fez, acaba. Você quer me matar? Tire isso daqui, talvez eu morresse na hora, eu não queria[25] (Josué Pereira Crispim, 2014).

[24] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[25] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

1.3 Etapas do processo de Documentação Museológica

Para um pleno desenvolvimento do projeto de inventário, é necessário que os procedimentos técnicos indispensáveis da documentação museológica sejam bem sustentados, como citado anteriormente. No entanto, levando em consideração a museologia como disciplina que emprega a função social em suas práticas, é relevante - apesar de que algumas ações sejam necessárias a qualquer tipo de processo de musealização -, sempre levar em consideração as diversas possibilidades de musealizar (GOMES, 2012). Portanto, é preciso se firmar que o mais respeitável e importante é adequar, sempre que houver possibilidades, às normas à realidade, e não ao contrário, pois cada realidade apresenta suas especificidades, não havendo assim um quadro museológico melhor que outro, o que existe, na verdade, são vários contextos dentro do objeto de estudo da museologia, a relação homem/patrimônio[26]. Dessa forma, e levando em consideração que esse estudo é sobre um trabalho institucional, que segue calendários e regras, o processo organizacional e gerenciador da documentação museológica envolveu algumas etapas bases para a salvaguarda do acervo. Esse procedimento é uma prática fundamental para o conhecimento e avaliação sobre qualquer acervo museológico. Sem esta ação, a gestão destes acervos, e também os próprios museus, impossibilitam o trabalho e a pesquisa sobre seu conteúdo histórico e cultural, pois o inventário museológico é a ferramenta base para seu controle (CÂNDIDO, 2006).

Levando em consideração que a documentação museológica é o alicerce que transforma em fonte de pesquisa científica os objetos (FERREZ, 1994), Cândido (2006), aponta caminhos apropriados para a investigação técnica que esse projeto de estudo necessitou. Segundo Cândido (2006, p. 37), "documentar cada peça, de forma completa, exige um sistema apropriado, baseado em estruturas técnicas gerais e especializadas e na adoção de algumas convenções". A autora faz uma abordagem interessante sobre os passos técnicos necessários para uma boa documentação museológica. Em seu texto – que na verdade

[26] Bruno (2006) define a Museologia como a "[...] área de conhecimento que estabelece ligações cognitivas e afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade contemporânea" (BRUNO, 2006, p. 14). Nesse sentido, a museologia, se tratando de uma disciplina aplicada, auxilia uma dada sociedade na identificação de suas referências culturais e patrimoniais (BRUNO, 2006), ou seja, é objetivo dessa disciplina compreender a analogia entre sociedade e sua herança patrimonial, não apenas interpretando esses fenômenos, mas interferindo neles (DUARTE CÂNDIDO, 2013).

funciona também com um rico *Thesaurus*[27] –, Cândido (2006) descreve detalhadamente quais são os passos a serem seguidos na abordagem da Documentação Museológica:

> Um objeto museológico não pode ser tomado como mais um item dentro do acervo. Ao contrário, deve revelar-se único em suas múltiplas possibilidades de abordagem, para ser utilizado em todo o seu potencial. A documentação dos objetos de um acervo constitui fator imprescindível para esta abordagem, acompanhando todas as atividades desenvolvidas dentro da instituição (CÂNDIDO, 2006, p. 37).

Como dito anteriormente, o sistema de documentação museológica recupera informações que podem transformar coleções de um museu em fontes de pesquisa científica ou em ferramentas de transmissão de conhecimento, e é nesse sentido que esse processo é um dos procedimentos mais importantes para a gestão e organização de qualquer coleção museológica, seja ela particular ou privada. O estabelecimento dessas metas faz parte do empenho analítico sobre a apreensão dos objetos como suportes de informação e documentos (GOMES, 2012). Por isso, assim como afirma Camargo-moro (1986):

> Documentar cada uma das peças de forma completa, de maneira que sua identificação seja perfeita, não é tarefa fácil. Para isto é preciso estabelecer um sistema de documentação apropriado para o acervo do museu alvo ou conjunto de museus, baseando-se em estruturas técnicas gerais e especializadas, bem como estabelecendo uma série de convenções. Estas convenções são essenciais em todo o desempenho do trabalho, pois permitem uma padronização básica essencial (CAMARGO-MORO, 1986, p. 41).

Para Camargo-moro (1986), é preciso levar em consideração que os objetos museológicos podem ser heterogêneos, quase sempre numerosos, frágeis e preciosos, e que o ideal seria contar com sistemas já prontos, uniformizados, para qualquer espaço museal. Contudo, apesar de não existir um sistema universal, devemos usufruir as estruturas básicas gerais existentes, "itens mínimos requeridos, porém que carecem de detalhamento adequando-os à medida de cada museu" (CAMARGO-MORO, 1986, p. 4). Dessa forma, partindo da grande escala de tipologias dos objetos presentes no acervo constituído pelo Sr. Josué, foi necessário esforçar-se para a sistematização dos processos técnicos imprescindíveis ao projeto

[27] *"Thesaurus* é um instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documento/objetos, funcionando como um sistema internamente consistente de classificação e denominação de artefatos. Trata-se, portanto, de recurso metodológico fundamental para o processamento técnico de acervos museológicos" (CÂNDIDO, 2006, p. 38).

de inventário. “A busca de uma linguagem geral ainda é restrita às áreas básicas, e para podermos trabalhar é necessário que usemos nossas próprias regras escritas, convenções e glossários, que nos permitam manipular a informação de forma similar dentro de um mesmo contexto” (CAMARGO-MORO, p. 41, 1986).

A vista disso, todos os objetos foram submetidos à limpeza mecânica – ou higienização mecânica. Alguns materiais usados são imprescindíveis para esse processo, a saber: Máscaras apropriadas, luvas, pincéis de cerdas macias em diversos tamanhos e trinchas.

Houve também a preocupação sobre os métodos adotados na limpeza mecânica, como o cuidado em não agredir os objetos com a utilização de alguma ferramenta para execução do procedimento, essa limpeza se caracteriza como uma ação preventiva, e primeiro ato a ser feito no tratamento das coleções. E cada coleção, de acordo com sua morfologia, necessita, em suas especificidades, de diferentes formas de manuseio e limpeza. Ou seja, “Após se tornarem parte de um acervo, nem todos os objetos têm a mesma possibilidade de se conservar, pois se alguns são feitos de matérias primas muito duráveis, outros o são de materiais sujeitos a uma rápida deterioração ou desgaste” (VAN VELTHEM, 2012, p. 62). O grau de preservação do objeto está diretamente ligado a sua habilidade de assegurar, transversalmente ao tempo, “a inteligibilidade das referências que contém” (VAN VELTHEM, 2012, p. 62).

> Todo profissional responsável pela conservação de acervos de um museu precisa estabelecer uma rotina de trabalho que vise a conservação preventiva. Umas das ações mais rotineiras executada diretamente nos objetos é a higienização mecânica, que consiste na eliminação da sujidade, como poeiras e partículas sólidas que se depositam sobre a superfície do objeto, limpando de forma cuidadosa, o que evita danos futuros à obra (GHIZONI; TEIXEIRA, 2012, p. 32).

Figura 11: Higienização mecânica de cerâmica com uso de pincel (Fotografia: Igor Pedroza, 2014).

Figura 12: Higienização mecânica de garrafa em vidro com uso de pincel. (Fotografia: Igor Pedroza, 2014)

A maioria dos objetos foi limpa dentro do laboratório. Com efeito, se recomenda que a limpeza mecânica seja executada em local espaçoso e arejado, fora do espaço de guarda dos objetos, porém, nesse caso, as indicações não puderam ser seguidas estritamente, por conta da localização do espaço. Por estar numa área praiana, a incidência de poeira e areia advindos dos ventos é acentuada, fato que implicaria a exposição dos objetos a mais sujidades. A limpeza mecânica tem o objetivo de evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas, não

é tão eficaz e profunda quanto à higienização, como dito anteriormente. Essa medida não interfere na composição e nem na estrutura dos materiais e bens, ou seja, não modifica sua aparência.

Como supradito, a coleção se encontrava num quarto pequeno ao lado da casa da filha do Sr. Josué, por questões espaciais e sistemáticas, a coleção foi transferida para uma antiga igreja, bem próximo ao local onde o acervo se encontrava. Os objetos foram cuidadosamente deslocados gradativamente para o espaço onde os trabalhos estão sendo feitos. O Arrolamento foi desenvolvido em dois momentos, o primeiro foi realizado nos dias 28, 29 e 30 de março de 2014, a segunda e última etapa do arrolamento nos dias 11, 12 e 13 de abril do mesmo ano.

Figura 13: Processo de Arrolamento do acervo. Da esquerda para a direita: Gilvanildo Ferreira, Thiago da Nobrega e Igor Pedroza (Fotografia: Cristina Castro, 2014).

Figura 14: Processo de Arrolamento do acervo. Da esquerda para a direita: Jouldes Duarte, Igor Pedroza e Sr. Josué e Cristina Castro (Fotografia: Gilvanildo Ferreira, 2014).

No arrolamento, foram identificados 4.442 objetos, entre fragmentos e inteiros, constituindo todo o acervo. Após a higienização, esse procedimento é o ato seguinte no tratamento do acervo para a elaboração do inventário. Esse processo é fundamental porque possibilita o conhecimento quantitativo e qualitativo – reconhecimento da quantidade de objetos, estado de conservação, potencialidades, características -, sobre todo o acervo. É a partir dele que se fundamenta a classificação e categorização dos objetos do acervo, ou seja, esse método gera um conhecimento imprescindível sobre o mesmo.

A identificação de 4.442 objetos não é um quantitativo imutável, essa quantidade pode diminuir ou aumentar de acordo com o índice de aprofundamento das análises. Uma vez que o arrolamento é entendido como o primeiro contato com os objetos, as análises mais sistemáticas e profundas podem mostrar que alguns objetos separados podem formar um todo, e objetos que foram entendidos como um todo podem, na verdade, ser objetos individuais.

Fundamentando-se nas concepções de Cândido (2006), o esquema classificatório de um acervo é um procedimento metodológico pautado numa reflexão crítica, construída sobre a vocação e potencialidade do acervo. Nesse arranjo, se faz o mapeamento das coleções existentes dentro de um acervo museológico, nele pressupõe um debate rigoroso na eleição de critérios adotados para classificação dos objetos. Também "podem atender a critérios diversos, sustentados pela escolha interpretativa do acervo pelo sistema de documentação, que lhe fornece uma identidade artificial preestabelecida" (CÂNDIDO, 2006, p. 41). Seu objetivo

é estabelecer um quadro geral, abrangendo a coleção, categoria e subcategoria, como também termos-nomes do acervo, que é uma padronização da linguagem através de conceitos-nomes, (GOMES 2011). Ou seja:

> [...] pode atender a diferentes propósitos institucionais, devendo pressupor um debate rigoroso na eleição dos critérios que definirão esse arranjo. Estudos sobre arranjos de objetos implicam formulações e estabelecimentos de metas, dentro de padrões previamente analisados, para a garantia de que possam conferir sentidos aos testemunhos culturais preservados (CÂNDIDO, 2006, p. 42).

O esquema classificatório foi alvo de diversas mudanças no decorrer da sua construção e aprofundamento do trabalho.

> No processo de classificação dos objetos, visando a sua apreensão como conjunto, foi necessário elaborar uma documentação bem fundamentada, definir campos de informação de acordo com uma base documental, seguir manuais com normas e procedimentos consolidados e proceder à definição de terminologias (CÂNDIDO *apud* GOMES, 2012, p.108).

A clareza e exatidão dos dados, isto é, as informações sobre os objetos, devem ser, demasiadamente, as mais claras e exatas possíveis, assim como completas (FERREZ, 1994). Também é necessário definir os campos de informação que irão arranjar a base de dados do sistema, visto que esse sistema "não só deve poder abrigar um número ilimitado de campos de informação, como estes precisam ser definidos de acordo com a estrutura informativa dos objetos e com as necessidades de informação de seus usuários [...]" (FERREZ, 1994, p. 5). A partir da utilização de *Thesaurus*, que, segundo Gomes (2012, p. 109) "é um instrumento de representação de objetos, fundamentado em conceitos que, por sua vez, são baseados em termos", podem-se adotar procedimentos técnicos nos termos e na categorização do acervo, contemplando a diversidade dos materiais e funções dos objetos da coleção.

Desse modo, tal processamento é um importante instrumento de controle e pesquisa no qual os objetos são classificados do geral, no caso, em coleções, para o específico, que seriam suas categorias e subcategorias. As categorias e subcategorias são subdivisões das coleções, e podem atender a critérios diversos, de acordo com as escolhas interpretativas do acervo pelo sistema de documentação (GOMES, 2011). É importante salientar que esse arranjo classificatório deve congregar objetos que mantenham um diálogo coerente entre si, em outras palavras, na classificação das coleções, os objetos devem manter um diálogo que os

identifiquem como pertencentes a um mesmo grupo (GOMES, 2011). Ou, ainda, dito de outra forma:

> O arranjo de um acervo museológico por coleções pode atender a diferentes propósitos institucionais, devendo pressupor um debate rigoroso na eleição dos critérios que definirão esse arranjo. Estudos sobre arranjos de objetos implicam formulações e estabelecimentos de metas, dentro de padrões previamente analisados, para a garantia de que possam conferir sentidos aos testemunhos culturais preservados (CÂNDIDO, 2006, p.42).

A partir dessas considerações, a organização do esquema classificatório da coleção constituída pelo Sr. Josué, se baseou em determinados conceitos técnicos estabelecidos, como convenções[28] e padronização de conteúdos e linguagens. A definição de regras e rotinas garante o fácil acesso, controle e manutenção do sistema em uso e também devem, como dispõe Ferrez (1994, p.5), "estar consolidados em manuais de serviços". A importância do controle de terminologia se finda "na medida em que assegura sua consistência, impede que informações relevantes sejam perdidas porque vários termos foram usados para designar uma mesma coisa". No entanto, "Cada categoria de acervo tem critérios específicos para sua organização" (GOMES, 2012, p. 110).

Segundo Cândido (2006), Van Mensch, "identifica três matrizes dimensionais para a abordagem dos objetos museológicos como portadores de informações necessárias para ações de preservação, pesquisa e comunicação, as quais redimensionam o papel da documentação dentro dos museus" (CÂNDIDO, 2006, p. 33). Que são:

1. Propriedades físicas	**2. Funções e significados**	**3. História**
a - Significado primário:	a - Composição material;	a – Gênese:
• significado funcional;	b - Construção técnica;	• processo de criação do
• significado expressivo	c - Morfologia, subdividida em:	objeto (ideia + matéria-
(valor emocional);	• forma espacial e dimensões;	prima);
b - Significado secundário:	• estrutura de superfície;	b – Uso:
• significado simbólico;	• cor;	• uso inicial (geralmente
• significado metafísico.	• padrões de cor e imagens;	corresponde às intenções

[28] Define-se por convenções as regras estabelecidas como base para a interpretação de um acervo, dentro de um sistema de documentação, sendo portanto indispensáveis para o desempenho de toda a proposta" (MORO, p 89, 1986) .

• texto, se existente.	do criador / fabricante); • reutilização; c – Deterioração: • fatores endógenos; • fatores exógenos; d - Conservação, restauração.

De maneira resumida, respectivamente, os critérios para classificação dos objetos seriam, na concepção de Van Mensch: Material (Propriedades físicas); Função (Funções e significados) e; Procedência (História). "Assim, o potencial de um objeto museológico como bem cultural se estabelece a partir do somatório das informações de que ele se torna portador" (CÂNDIDO, 2006, p. 34). Funções e significados, propriedades físicas, história, são de suma importância para definição do lugar e acuidade do objeto como testemunho da cultura material. Porém, rompendo as fronteiras desta abordagem, dominando as informações intrínsecas e extrínsecas, os objetos só se tornam bens culturais quando o indivíduo e/ou coletividade assim os reconhecem (CÂNDIDO, 2006).

O esquema classificatório do acervo constituído pelo Sr. Josué foi definido pela equipe técnica do projeto do IPHAN. Assim, no sistema de classificação do acervo montado pelo Sr. Josué, prevaleceu, na maioria das categorias e subcategorias, o critério "Material" dos objetos, como atributo organizador. A classificação do acervo se fundamenta também no critério "Função". O acervo foi classificado e dividido em 13 (treze) coleções. O "Material" dos objetos foi o critério adotado no arranjo das 10 (dez) primeiras coleções; já as 02 (duas) seguintes se fundamentaram na "Função" dos objetos; e a última, por se fundamentar no agrupamento de objetos que não se encaixam nas outras 12 (doze) coleções, tem como critério, não fazer parte das outras coleções, ou seja, não se encaixar:

1. Coleção Lítico: - Produzidos, modificados e/ou utilizados pelo homem.

a) **Categoria Lítico Lascado:** Artefatos com evidências de lascamento antrópico

b) **Categoria Lítico Polido:** Artefatos com evidências de polimento e artefatos não modificados (natural) com marcas de uso.

1. **Coleção Vítreo:** Objetos confeccionados em vidro.

a) **Categoria Sopro Livre:** Confecção por sopro livre, sem uso de molde (suporte).
b) **Categoria Sopro em Molde:** Confecção por sopro em molde (suporte).

2. **Coleção Cerâmica:** Objetos produzidos em argila e outros minerais e queimados em forno para obter solidez da forma.

a) **Categoria Pasta porosa:** Objetos cerâmicos absorventes, produzidos com técnica acordelada, moldada, modelada e torneada. Incluem-se objetos pouco porosos.
- Subcategoria Faiança Fina (Inglesa/Pó de pedra): Louça branca, compacta, impermeável, opaca, de textura e quebra irregular, coberta com esmalte.
- Subcategoria Faiança (Portuguesa): Louça de pasta opaca e compacta.
- Subcategoria Cerâmica Histórica e Neobrasileira: Objetos produzidos com técnica de manufatura torneada, modelados, moldados.
- Subcategoria Cerâmica Indígena: Objetos produzidos com argila e técnica de manufatura acordelada.
- Subcategoria Olaria: Produzido com argila, auxílio de molde para modelar o artefato e queima.
- Subcategoria Cachimbo português: Produzido com argila vermelha.
- Subcategoria Cachimbo holandês: Produzido com argila branca, denominada caulim.
b) **Categoria Pasta não porosa:** Objetos cerâmicos não absorventes e produzidos através de torno ou por técnica modelada.
- Subcategoria Grés: Louça resistente, impermeável, cozida à alta temperatura, entrando em semifusão ou vitrificação total.
- Subcategoria Porcelana: Louça branca vitrificada e translucida.

3. **Coleção Metal:** Objetos diversos em metais. Exceto Numismático - moedas.

a) **Categoria Náutico:** Objetos construtivos e ferramentas relacionadas a pesca e a navegação.
b) **Categoria Doméstico e Construtivo:** Objetos do servir à mesa – alimentação -, decorativo, prendas domésticas e ferramentas/utensílios para o lar e construção.
- Subcategoria Servir: Objetos do servir à mesa, relacionados a alimentação.
- Subcategoria Decoração: Objetos com função decorativa para o lar.
- Subcategoria Ferramentas e Utensílios: Prendas domésticas e ferramentas/utensílios para o lar e construção.

c) **Categoria Bélico:** Objetos relacionados a armas de fogo.

d) **Categoria Uso Pessoal e Vestuário:** Objetos para uso como adorno corporal e como componentes do vestuário.

e) **Categoria Equestre:**

f) **Categoria Metal não Identificado:** Tralha de metal não identificada.

4. **Coleção Minerais e Rochas:** Minerais e rochas sem evidências de uso, e *souvenires* – modificados para produção de artesanato. Excluem-se os objetos que apresentam fósseis.

a) **Categoria Naturais:** Objetos modificados ou utilizados artesanalmente.

b) **Categoria Modificado pelo homem:** Objetos construtivos e ferramentas relacionadas a pesca e a navegação.

5. **Coleção Fóssil:** Animais e/ou vegetais fossilizados.

a) **Categoria Formação Estratigráfica Santana:** Fósseis em nódulos Calcários da Formação Santana (Formação geológica característica da Chapada do Araripe).

b) **Categoria Formação Missão Velha:** Fósseis em Arenito da Formação Missão Velha, Formação geológica identificada nos munícipios de Missão Velha e Brejo Santo – CE.

c) **Categoria Depósito Marinho:** Fósseis em Calcário de depósito marinho.

d) **Categoria Depósito Quaternário:** Fósseis do atual período da Terra.

6. **Coleção Vegetal:** Vestígios vegetais modificados ou não.

7. **Coleção Zoológico:** Remanescentes de animais. Excluem-se os fossilizados.

a) **Categoria Fauna Fluvial e Marinha:** Objetos da fauna fluvial e marinha, oriundos do mar ou rio e suas transições.

b) **Categoria Fauna Terrestre:** Objetos da fauna terrestre. Incluem-se avifauna.

8. **Coleção Numismática:** Constituído exclusivamente por moedas.

a) **Categoria Moedas Nacionais:** Moedas do âmbito nacional (Brasileira).

b) **Categoria Moedas Estrangeiras:** Moedas oriundas do âmbito estrangeiro (Internacional).

9. **Coleção Documental:** Materiais em papel que apresente escrita.

a) **Bibliográfica:** Relativo aos livros e publicações em geral. Não agrupa material com caráter documental.

b) **Arquivística:** Caráter documental

- Subcategoria Documentos Manuscritos

- Subcategoria Documentos impressos

- Subcategoria Documentos Hemerográficos: Catálogo de jornais

10. Coleção Fotográfica: Fotografia impressa em papel – suporte.

11. Coleção Artesanato**:** Objetos confeccionados em madeira, resinas naturais e rochas modificadas ou utilizadas para fins decorativos ou de vendas - *souvenires*. Excluem-se objetos em metal, cerâmica, vidro, lítico, vegetal, fóssil, zoológico.

12. Coleção Outros: Objetos que não se encaixam nas outras coleções citadas.

A partir de então, pôde-se definir a sistematização do código de inventário do acervo. O sistema adotado para numeração do Acervo Josué Pereira Crispim ocorreu através de um código de identificação próprio, chamado de "Registro Binário Sequencial" (CÂNDIDO, 2006). Assim, esse é o sistema básico, tanto de identificação como de controle dos objetos do acervo. É um sistema que utiliza as letras maiúsculas no início do código correspondente ao critério de identificação usado, como por exemplo, a sigla da instituição ou abreviação do nome do formador da coleção - nesse caso foi à localização regional do acervo, Ponta Grossa, Icapuí (PGI) -, seguido da numeração com o uso de três algarismos, relativo ao ano que o objeto foi inventariado, com elemento de separação - no caso, ponto 014, referente ao ano do inventário, 2014 -, acompanhado da numeração comum de identificação individual e de forma sequencial, composta por quatro dígitos[29]. As três referências alfanuméricas são separadas por ponto. Ou, nas palavras de Cândido (2006, p. 40): "Um sistema de documentação que utiliza a numeração com o uso de três ou quatro algarismos, relativos ao ano em que o objeto deu entrada no museu, um elemento de separação (ponto ou traço), seguindo-se da numeração comum, de forma sequencial, composta por quatro dígitos".

Por exemplo: PGI. 014.0001

[29] É preciso enfatizar que, no princípio, a equipe técnica do projeto definiu a sigla da marcação como "JPC", referente a "Josué Pereira Crispim", contudo, o órgão que detém a tutela do acervo julgou que a sigla não deveria fazer referência ao Sr. Josué, visto que ele não mais tinha o acervo em sua posse.

O código de inventário é o elemento básico de qualquer sistema de identificação e controle dos objetos de um acervo, pois é a partir dele que se dá o registro individual de identificação e controle dos objetos dentro de um acervo. É a ferramenta onde se recupera de forma mais rápida as informações, por isso é necessário que o seu uso como referência em todas as atividades do acervo seja imprescindível (CÂNDIDO, 2006). Da mesma maneira comunga Camargo-moro (1986), para ela, a numeração "é um dos elementos básicos de todo o sistema de identificação e controle de um objeto, pois através do número de registro, ele é rapidamente identificado e relacionado com sua documentação, proporcionando uma informação maior" (CAMARGO-MORO, 1986, p. 49).

Para os objetos compostos de mais de uma peça, indica-se o uso de um mesmo e único código para todas as partes do todo, diferenciando-as apenas por uma letra minúscula no final de cada código. Na ordem crescente de "a – z" (CÂNDIDO, 2006).

Por exemplo: PGI. 014.0001a / PGI. 014.0001b (...)

Se o número de partes for maior que o número de letras do alfabeto, deve-se acrescentar uma apóstrofe em cada nova letra. Cada parte do objeto deverá possuir uma ficha de registro individual (ficha de inventário).

Por exemplo: PGI. 014.0001a' / PGI. 014.0001b' (...)

O código de identificação individual deve, obrigatoriamente, ser registrado no próprio objeto, ou em casos específicos, usando etiquetas. Caneta nanquim, caneta de tinta branca, lápis 6B, etiqueta em papel alcalino e neutro, e base para marcação foram os tipos de marcação usados nos procedimentos aplicados no acervo constituído pelo Sr. Josué, sendo imprescindível a preocupação sobre a conservação dos objetos nesse procedimento. Dessa forma, a utilização do material de marcação, permanente ou não, deve ser aplicada de acordo com as características morfológicas do objeto.

> Qualquer tipo de marcação só deve ser realizada após uma averiguação das condições de conservação da peça, seguindo-se a limpeza do local a ela destinado. Esta limpeza deve ser feita de acordo com o tipo de peça, com pano macio, algodão em rama e/ou pincel de pêlo macio. [...] Quanto ao material para a limpeza, dependerá também do tipo de objeto, mas não pode ser corrosivo, nem abrasivo (CAMARGO-MORO, 1986, p. 57).

Na numeração adotada no processo de inventário, se deu prioridade à conservação dos objetos, como também sua leitura e interpretações. Sendo assim, a marcação foi feita, sempre que possível, nos objetos que já possuíam marcação, próxima a antiga, para evitar um maior comprometimento da leitura dos objetos. Isso, porque, para podermos identificar um objeto de forma rápida e prática, de acordo com Camargo-moro (1986), é necessária que seja fundamentada uma convenção sobre a localização da numeração aplicada. "Esta disciplina de conduta na marcação prestará imensos serviços para a boa preservação da peça, diminuindo o excesso de manuseio, e permitirá uma identificação rápida junto ao sistema de documentação" (CAMARGO-MORO, 1986, p. 60).

Alguns objetos do acervo já possuíam numeração, mais especificamente, a maioria do material lítico e as cerâmicas. A tentativa de inventariação foi feita por uma equipe enviada pelo IPHAN, ***Projeto de Inventariação de Coleções Arqueológicas Particulares, Icapuí – CE***, no ano de 2009. No entanto, não temos muitas informações sobre esse projeto, apenas um relato sucinto e informal do IPHAN/CE sobre os objetivos, além da consulta das fichas de catalogação executadas nesse projeto. Contudo, pudemos perceber que foi adotada, na numeração anterior, a sigla "IC" (possivelmente "Icapuí") e também "JC" (possivelmente "Josué Crispim") acrescida da sequência numérica comum (1, 2, 3...). Entretanto, essa numeração não seguiu critérios museológicos no que diz respeito à conservação dos objetos, aliás, os critérios seguidos – se é que houve algum -, não seguem nenhum procedimento claro ou normas bem sustentadas. A marcação foi arranjada de modo inadequado.

> Muitas vezes uma coleção já registrada tem problemas sérios que impedem sua boa identificação, bem como o rápido acesso às informações. Frequentemente consistem numa série de imperfeições e erros que precisam de eficiente correção, outras vezes o sistema não permite o desenvolvimento da pesquisa de forma satisfatória. Será preciso, então, fazermos uma análise geral da situação para vermos se poderemos remediar o sistema ou se teremos que refazê-lo inteiramente (CAMARGO-MORO, 1986, p. 73).

Quando a antiga marcação tinha sido executada nos objetos em uma área de fratura e possível de remontagem, a nova marcação era destinada em um local que atribuísse prioridade a sua leitura e de forma que fosse fácil visualizá-la, sem o necessário manuseio do objeto, evitando, assim, possíveis acidentes, ou seja, embasado numa ação preservacionista. Já os objetos que não possuíam marcações anteriores, a prioridade foi destinada às ações de acondicionamento. Como citado anteriormente, houve uma preocupação em visar um local estratégico nos objetos para sua marcação, mirando o mínimo de manuseio quanto à

identificação do objeto pela numeração, diminuindo, assim, prováveis incidentes. Ou seja, a numeração deve ser aplicada em local de fácil localização, sem a necessidade de manuseio desnecessário. Concomitantemente, a marcação numérica não deve prejudicar ou mesmo desfigurar qualquer aspecto do objeto que seja importante para qualquer exibição e análise científica.

Alguns objetos já haviam sido marcados anteriormente, em alguns casos eles foram marcados com fita adesiva, que além de não produzir uma marcação segura e permanente, ainda agride o objeto – entende-se qualquer forma de marcação direta no objeto como agressão, por isso a importância de se fazer uma boa marcação com critérios e exatidão, para que não haja mais necessidade de outra marcação-, já que esse tipo de suporte de marcação é efêmero e degrada o objeto, necessitando posteriormente de uma nova marcação. É necessário salientar que alguns objetos devem receber marcação em suportes adequados, devido às suas características morfológicas, o que não se adequa nesses casos, já que os objetos em questão devem receber marcação numérica permanente.

Figura 15: Marcação inadequada, detalhe para o suporte em fita adesiva (Fotografia: Igor Pedroza, 2014).

Figura 16: Marcação numérica ilegível e em local passível de contato em caso de remontagem (Fotografia: Igor Pedroza, 2014).

Além desse suporte de marcação impróprio, outros pontos negativos (inadequados) a serem discutidos, que foram identificados são: a ilegibilidade de diversas marcações; não uniformidade de prioridades de locais para a marcação, ou seja, a numeração foi feita aleatoriamente, em qualquer parte do objeto, como em bordas, pontos de quebra e características decorativas, o que dificulta tanto a leitura do objeto quanto sua análise científica; as cores inadequadas das tintas usadas na marcação, pois se aconselha o uso de tinta clara em objetos escuros e tinta escura em objetos claros, o que não ocorreu nessa numeração. Acrescentando a esses fatores, além da dificuldade de visualização da numeração em consequência da má escolha da cor da tinta usada, a ilegibilidade causada pela própria caligrafia é outro ponto que deve ser duramente repreendido.

A falta de clareza nos critérios adotados na numeração foi algo que comprometeu qualquer tipo de entendimento sobre a tentativa de classificação dos objetos. Deve-se haver clareza e exatidão em qualquer registro dos dados sobre os objetos, sejam eles textuais ou numéricos, entretanto, nesse processo técnico, não houve nenhuma espécie de método ou preocupação sobre ações da inventariação dos objetos.

Ao considerar a documentação museológica como um conjunto de informações sobre cada objeto que se encontra inserido em um acervo, e logicamente, a representação por meio da palavra (escrita) e da imagem (fotografia) (FERREZ, 1994), é substancial a ordenação de uma plataforma digital que sistematize as informações advindas dos objetos. “A gestão de

acervos museológicos demanda um programa de pesquisa permanente, envolvendo um sistema de documentação capaz de oferecer a base cognitiva para as demais ações" (CÂNDIDO, 2006, p. 38). Sendo assim, os sistemas de classificação e inventário do Acervo Josué Pereira Crispim foram definidos e estruturados através de um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), especialmente desenvolvido para esse acervo. O programa permanente no gerenciamento informatizado do Inventário concebe um passo muito importante e decisivo para o projeto, pois, a "implantação desse programa possibilita a uniformização da base de informação sobre os objetos, além de disponibilizar processos diversos e articulados de recuperação e atualização dos dados contidos nas planilhas e nos demais instrumentos de pesquisa (instrumentos intermediários)" (CÂNDIDO, 2006, p. 43).

Como parte integrante dos sistemas de preservação dos bens culturais, é papel da documentação museológica criar práticas e mecanismos que consistam o levantamento e acesso às informações das quais os objetos/documentos são suportes, "estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado" (CÂNDIDO, 2006, pp. 32-33). Dessa forma, é necessária a definição e escalação de campos de informações que integrem a base de dados do sistema. Assim como dispõe Cândido (2006), o inventário museológico adota um modelo único de planilha, cujo preenchimento dos campos obedece às orientações prescritas e análises acima. Por conseguinte, "[...] cada objeto do acervo deve corresponder a uma planilha, contendo informações específicas sobre o mesmo, ficando todo o conjunto disponibilizado num banco de dados, segundo a ordem numérica de registro dos bens" (CÂNDIDO, 2006, p. 37). Dessa forma, apresentaremos a seguir os campos gerais para preenchimento da planilha de inventário (ficha de inventário):

CAMPOS PARA PREECHIMENTO DA PLANILHA DE INVENTÁRIO (CAMPOS GERAIS)

- Campo 1 – Coleção
- Campo 2 - Categoria de acervo
- Campo 3 - Código de inventário
- Campo 4 - Número de inventário anterior
- Campo 5 – Termo (nome científico)
- Campo 6 – Título (nome popular)
- Campo 7- Material / técnica
- Campo 8 – Classificação (critério de classificação)
- Campo 9 - Modo de aquisição
- Campo 10 - Estado de conservação (ótimo, bom, regular ou péssimo)
- Campo 11 – Dimensões
- Campo 12 - Descrição do objeto
- Campo 13 – Recomendações
- Campo 14 – Observações
- Campo 15 - Referências arquivísticas / bibliográficas
- Campo 16 – Localização
- Campo 17 - Fotógrafo / data
- Campo 18 – Preenchimento / data
- Campo 19 – Revisão / data

Quadro 1: Campos para preenchimento da planilha de inventário (campos gerais).

Esses campos apresentados são os atributos gerais para todas as coleções do acervo constituído pelo Sr. Josué. No entanto, alguns outros campos específicos serão acrescidos em algumas planilhas, como "data atribuída" e "marcas e inscrições", no caso da coleção "Cerâmica", por exemplo. Isto por essas informações serem possíveis de recolha, nesse caso. Como afirma Camargo-moro (1986, p. 47), "Nada impede também que sejam adicionados outros itens ou atributos". Contudo, essas exceções são por menores. Assim, a ficha de inventário foi desenvolvida, como supracitado, por um banco de dados que, por sua vez, irá gerá-las. Nessa ficha, estarão distribuídos todos os campos adotados, como mostra o esbouço da ficha de inventário (inacabada) abaixo, em que a primeira parte será composta pelas

informações gerais (campos gerais), e a segunda por possíveis informações específicas (campos específicos):

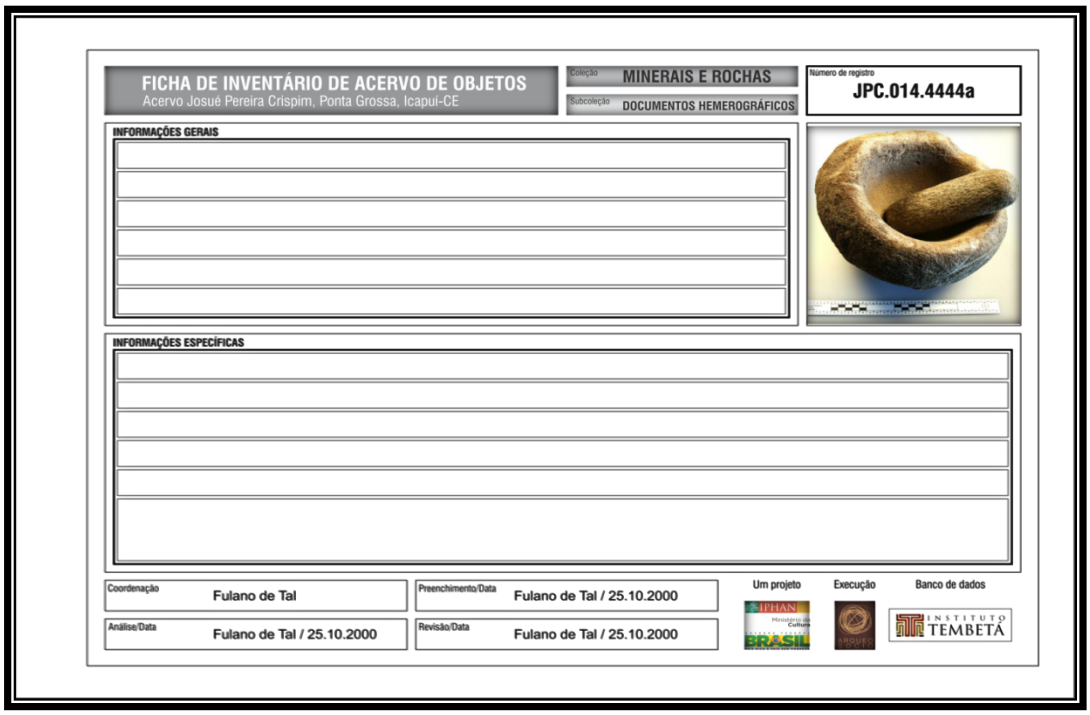

Figura17: Esboço da ficha de inventário ainda sem os campos de preenchimento (desenvolvida pela equipe técnica do projeto, 2014).

A partir de então, podemos refletir e criar possibilidades para entender as dinâmicas de ressignificações e de representações, individual e coletiva, a partir do acervo constituído pelo Sr. Josué. Partindo do pressuposto de que, seja em qualquer contexto, os objetos materiais existem como partes integrantes de sistemas classificatórios, é seguindo esta condição que:

> [...] lhes assegura o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias socioculturais, demarcando fronteiras entre estas, como também o poder, não menos importante, de constituir, sensivelmente formas especificas de subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, 2007, p. 8).

2 O PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CULTURA MATERIAL

2.1 A construção das ressignificações sobre os objetos do acervo Josué Pereira Crispim

> *Construtor de sentidos no presente, arquiteto dos sentidos sobre o passado.* (GOMES, 2012, p. 24).

Levando-se em consideração que os objetos são ferramentas de construção social da memória, percebe-se que ao longo de sua vida, grande parte – para não dizer a totalidade – dos objetos são ressignificados, atribuindo-lhe novos sentidos, a depender dos interesses individuais de quem os manipula. Considerando a musealização como forma de ressignificação, todos os objetos constituintes do Acervo Josué Crispim, continham outras funções – hoje não mais em uso - antes do processo de musealização ser abarcado por ele. A partir dessa ação, novos significados e funções foram concedidos aos objetos, que agora transportam, com base neles, representação sobre os indivíduos da praia de Ponta Grossa. Como dispõe Meneses (1992), é preciso entender como os objetos, para além de apenas replicarem a função utilitária, respondem e classificam os indivíduos, além também de formarem critérios para a dinâmica das relações sociais. Nesse sentido, O Sr. Josué adotou os processos de construção da representação identitária, ou simplesmente da memória, que são feitos a partir da chamada "cultura material", isto é, os processos de construção social foram construídos através da memória dos objetos (GOMES; OLIVEIRA, 2010).

> As condições para novas significações se constroem junto às dinâmicas de identificações e às funcionalidades e possibilidades de uso dos objetos, que permitem perceber, a partir da cultura material, novas óticas de leitura da relação entre o presente e o passado (GOMES, 2012, p. 130).

Seguindo as concepções de Gomes e Oliveira (2010), a memória ganhou uma postura política, que se intensificou após as demandas e reivindicações das chamadas "minorias" para salvaguardar e coadunar as suas memórias, discussão chamada de "multiculturalismo". Fato que explica e "compreende o processo histórico de incorporação de objetos e coleções como formas específicas de legitimar determinadas representações e identidades sociais nos museus" (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 43). Grosso modo, qualquer sociedade, com a finalidade de afirmar ou reforçar sua identidade, exerce o papel de construtora de memória, tratando como prioridade a memória unificada, homogeneizada (MENESES, 1992). Assim, a memória "aparece como operação ideológica, formadora de imagem, representação de si

próprio que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações" (MENESES, 1992, p. 7).

Ao longo de mais de 32 anos o Sr. Josué coletou e formou a coleção que hoje é objeto de estudo da presente monografia. A iniciativa de colecionamento dos objetos surgiu a partir da curiosidade sobre a procedência de uma garrafa de grés pertencente ao seu avô, como dito anteriormente. Nela havia a inscrição "Amsterdam", algo que lhe fez questionar sobre como aquele objeto, situado em um país longínquo, pôde chegar naquela localidade.

> [...] meu avô era agricultor e guardava_ é_ umas garrafas que tinha semente pra plantar e essas garrafa tinha Amsterdam nela escrito, e quando um dia essa garrafa caiu, quebrou de um canto, aí eu vi aquelas escritas, aí fiquei preocupado, não sabia nem de onde tinha saído aquela garrafa, aí especulando que meu avô contava que lá tinha umas moradias bem antiga, umas ocupação e tinha muito essas garrafas e eu fui atrás dessas garrafa, de encontrar essa veracidade e encontrei_ vá_ as garrafas, e encontrei outras coisas, aí foi surgindo a vontade de preocupar[30] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

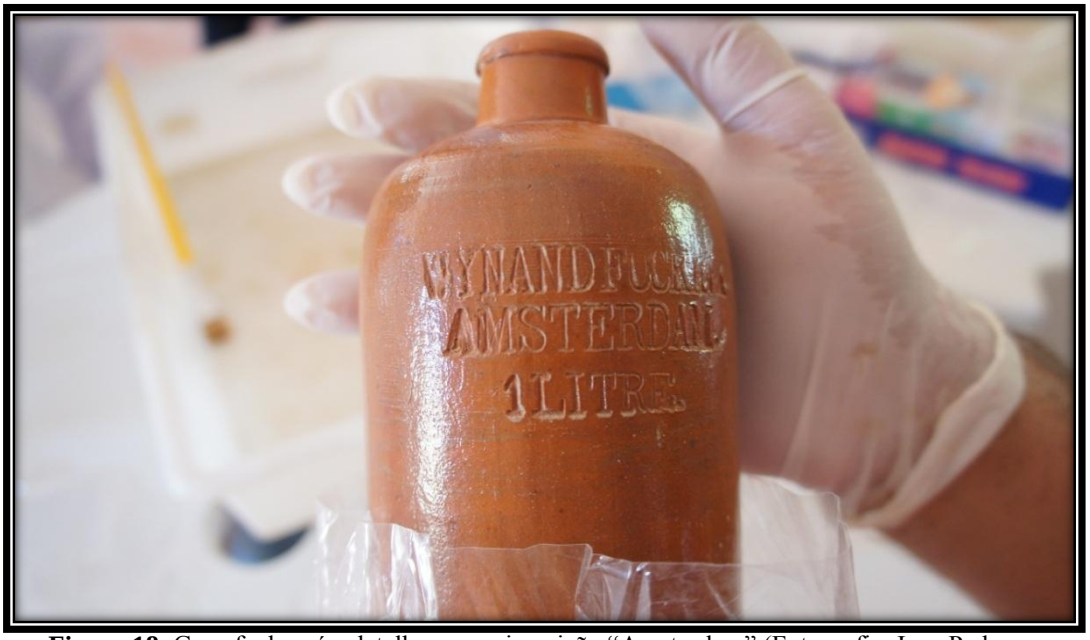

Figura 18: Garrafa de grés, detalhe para a inscrição "Amsterdam" (Fotografia: Igor Pedroza, 2014).

Com efeito, se o deslocamento espacial deste objeto, de acordo com o Sr. Josué, poderia contar a história de sujeitos do passado, certamente a reunião de outros objetos

[30] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

possibilitaria o entendimento sobre a história da humanidade, ou seja, de nossos ascendentes, objetivamente.

> Objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e vestígios materiais do passado, correspondem às condições e circunstâncias de produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais. Na natureza latente desses objetos, há marcas específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais. (CÂNDIDO, 2006, p.32).

Dessa forma, abrange-se que a vida dos objetos está ligada diretamente as atividades humanas, manifestando usos, técnicas, costumes, distinções e valores entre diferentes épocas e culturas. Produzidos socialmente, os objetos podem testemunhar e nos falar sobre as diversas formas da presença do ser humano em seu meio ambiente (CÂNDIDO, 2006). Posto isto, "A relação entre musealização e *patrimonialização* proporciona acesso a processos de reelaboração cultural, efetuados através da apropriação e tradução para uma realidade específica, de um espaço construtor de representações sobre si" (GOMES, 2012, p. 104, grifo nosso) [31]. É nesse sentido que, os objeto-artefatos do acervo constituído pelo Sr. Josué podem ser entendidos, na sua significação, tanto como produtos como também vetores de relações sociais, além de transportarem, na própria materialidade, características e aspectos - às vezes mais claros, outras vezes nem tanto -, perceptíveis das dinâmicas sociais de uma sociedade (MENESES, 1992). Esse fato é narrado pelo Sr. Josué:

> [...] a pré – história fala de um povo de um passado distante, então esse passado é_ nós vamos passar um tempo pra terminar de descobrir, a gente já sabe mais ou menos assim, a gente tem uma interpretação que esse povo imigrou de um canto pra outros, muita, muitas coisas que ele saiu, imigrou, saiu de um canto, eles chegava nos cantos, as coisas vinham de uns cantos mais ruim, lá de onde eles saíram era mais ruim, eles vieram pra cá, aí pescou, caçou, quando ficava mais difícil as coisas ele saía do canto, às vezes vinha outros de outros cantos e ficava no mesmo canto que eles tinham saído [...]. [...] [os] objetos vão ficando diferente, aí você vai sabendo que foi outra imigração que rolou [...][32] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

[31] Para fins conceituais, Lorena Sancho Querol (2013) define patrimonialização "como uma seleção valorizada que envolve um processo de ativação simbólica do valor patrimonial de uma determinada manifestação cultural, em função do seu caráter representativo em relação à identidade de um coletivo [...]" (Morales; Devallées e Mairesse *apud* QUEROL, 2013, p. 181).

[32] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Para o Sr. Josué, a autenticidade da maioria dos objetos do acervo constituído está em seus usos antecessores, ou seja, ele enfatiza o domínio do uso. O critério adotado nesse caso é "antes funcional do que autoral", devendo os traços de uso estar aparentes nos objetos. Esse "uso antecessor" foi um dos motivos que o fez almejar o colecionamento de objetos, além, é claro, como supracitado, a curiosidade de entender a trajetória do homem a partir dos usos sobre os objetos. Dessa forma, Josué nos expôs que, sempre que voltava de alguma pesca, costumava andar pela praia, pelas dunas para coletar o material, especificamente o lítico com lascamento, modificado ou utilizado pelo homem:

> [...] [o pessoal] pescava no mar, na lancha, de barco, passava doze dias, dez dias no máximo e quando eu chegava ( ) a vontade de andar ( ) noto canto, eu gostava, nessas dunas aí, ver o sol se pôr e eu achava bonito o sol nascer, nisso eu cheguei a perceber que tinha aqueles, como é, aquelas lascas quebradas aqui e achava aqueles pedaços batido, pressionado, que quando empressiona bate, bate ele estronda alguma coisa, sabe? E aquilo me chegou a perceber que aquilo ali tinha sido humano, mas antes eu tinha umas garrafas [garrafas de grés] já, com_ isso aí é outra história, daquelas garrafa ali_ porque despertou tudo, sabe?[33] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

De acordo com essa visão, etnograficamente analisando, segundo Van Velthem (2012), o objeto fabricado para o colecionador seria falso, já que foi privado da autenticidade etnográfica, confiada à utilização anterior. Porém, para algumas sociedades, os objetos usados significam que são imprestáveis, por não serem mais apreciados esteticamente. A autora faz uma reflexão sobre esse tema, para ela:

> [...] uma hipotética coleta, organizada pelos próprios produtores dos futuros objetos etnográficos, adotaria certamente outros critérios, não os exclusivamente funcionais, porque estaria articulada às categorias nativas que circunscrevem os objetos que são guardados, preservados e, por esse motivo, valorizados (VAN VELTHEM, 2012, p. 54).

[33] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Figura 19: Lâminas de machado em lítico polido (Fotografia: Almyr Abath, 2014).

A partir desses anseios, o Sr. Josué deu início à sua longa jornada de colecionador. Por diversas vezes, em nossas conversas, ele deixou claro que, apesar de muitos sujeitos não conferirem a legítima importância ao acervo, seu intuito sempre foi canalizar o terreno para que o entendimento - não somente por ele, mas qualquer indivíduo -, sobre o passado de nossos ancestrais pudesse, finalmente, ser compreendido, pois, de acordo com ele, o passado e a memória são coletivos, e não individuais.

> É, vai contar muitos assuntos, eles vão descobrir, acho que eles vão descobrir as coisas e vão me agradecer. [...] vão contar o que eles não sabem, vão contar aquilo que eles não sabiam, como_ como eu também, isso tá me cotando, isso tá me revelando coisas que eu não sabia, isso já me revelou, me ensinou tanta coisa que hoje eu tenho muito conhecimento[34] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Dessa forma, analogamente à abordagem sobre museus de história natural feita por Scheiner (2006), nesse caso, tendo uma perspectiva teórico-metodológica utilizada em outro contexto, o Sr. Josué tinha como objetivo recriar, a partir do acervo, "[...] a trajetória da vida [...] humana, desde um ponto de vista centralizado – usando a palavra 'como o corpo que significa', como aquilo que empresta um verdadeiro sentido ao real" (SCHEINER, 2006, p.

[34] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

2). Ou seja, é a partir da cultura material que ele criou, assim, possibilidades sobre o conhecimento da trajetória do ser humano ancestral.

> [...] o pessoal não liga muito pra história, pensa que a história é só minha, a história é de todos nós, de toda humanidade que ainda há de vir, mas tem que ter deixar as coisas pra trás, porque isso eu peguei, mas eu não tou imergindo que isso aí seje meu, particular, não, não posso ter isso particular, eu podia até ter, mas quando eu fizesse [o museu] eu daria pro público também, porque é bom. Você, sendo só você, não é muita coisa, tem que ser mais alguém, eu ( ) isso aí né verdade? Aí tem que ser de todo mundo, porque fica melhor[35] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

É nesse sentido que ele "implementou práticas visando a salvaguarda e a comunicação museológicas, além de abrir espaço para a realização de pesquisas e visitação pública" (GOMES, 2012, p.100). Continuando a seguir as concepções desse mesmo autor, "Foi nessa tradução que ele construiu a sua ação museológica [...], aqui utilizada como uma categoria de classificação social de determinadas práticas de colecionamento e musealização, [...] a construção de representações sobre si" (GOMES, 2012, p.100), assim também, constituiu representações sociais sobre a coletividade do local onde o acervo é inserido. Dessa maneira, o Sr. Josué deu "Um novo sentido e uso social, de algo que faz parte do repertório antropológico e da memória local, apropriado com novas intencionalidades a partir das relações sociais que se expressam através das construções simbólicas dos objetos no espaço [...]" (GOMES, 2012, p. 184).

O Sr. Josué nos relatou que seu avô usava as garrafas de grés para a guarda de grãos, onde os utilizava para plantio, pois esse tipo de armazenamento propiciava uma boa forma de preservação destes: "[...] meu avô tinha uma garrafa que guardava semente, lacrava com cera de abelha queimada, cera de abelha, lavava, botava fogo, aí amolecia, aí vedava bem vedadinha, aí ela durava duas, três anos, que é muito difícil aqui ter um ano bom de inverno [...]" [36]. Desse modo, a partir do momento que se dá outra função ao objeto, diferente da qual foi originária, se pode perceber o rastro dos novos sentidos adquiridos pelos objetos que se encontram nas ações e intervenções dos sujeitos sociais, "construtores da memória", como no caso de Sr. Josué. Seguindo as concepções de Stransky, considerando a museologia como abordagem do homem frente à realidade (patrimônio), é procedimento dos indivíduos

[35] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

[36] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

selecionar alguns objetos da realidade, assim inserindo-os "numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência", fazendo "uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas necessidades" (STRANSKY *apud* MENSCH, 1947, p. 12).

Nesse sentido, o Sr. Josué subverteu (ressignificou) a função utilitária da garrafa de grés, que já havia sido ressignificada pelo seu avô – levando em consideração que a função originária da garrafa de grés não era a da guarda de sementes -, à função simbólica de representar um testemunho, que na sua ótica, pode favorecer o entendimento dos deslocamentos humanos, e, consequentemente, propiciar o conhecimento dos costumes de outrem. "Percebemos a ressignificação (deslocamento, reclassificação, recontextualização) como ponto de inflexão analítica que nos permite articular importantes perspectivas para a análise social" (GOMES, 2012, p. 22). Porém, é pertinente salientar que:

> [...] nenhum atributo de sentido é imanente, sendo vão buscar no próprio objeto o seu sentido. Para que responda às necessidades do presente e seja tomado como *semióforo*, é necessário trazê-lo para o campo do conhecimento histórico e investi-lo de significados. Isto pressupõe interrogá-lo e qualificá-lo, decodificando seus atributos físicos, emocionais e simbólicos como fonte de pesquisa. Assim, dentro do contexto museológico, em especial o expositivo, o objeto se ressemantiza em seu enunciado, alcançando o *status* de documento (CÂNDIDO, 2006, p.32, grifo da autora).

A partir das coletas de objetos realizadas pelo Sr. Josué, que sofreram mudanças nos seus sentidos, permite-se que ele mesmo e os indivíduos da comunidade "percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como ato tão real e concreto quanto os objetos que os simbolizam" (GONÇALVES *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 44). Dessa forma, os espaços museais e as coleções se constituem como vetores de lembranças e esquecimentos, tornando os objetos condutores que revelam ou ocultam certos sentidos sobre o passado (GONÇALVES, 2007). Entender o deslocamento dos objetos é entender, também, a dinâmica de indivíduos particulares e, consequentemente, dos grupos, social e culturalmente, a partir da cultura material.

> É justamente nesse deslocamento, do social ao museu, e vice-versa, que situam-se as ressignificações analisadas. A análise da construção do sentido e do significado atribuído às 'coisas', possibilitou perceber a constituição das vozes dos sujeitos e dos grupos sociais, suas relações, conflitos e embates (GOMES, 2012, p. 22).

Gomes e Oliveira (2010) se questionam como ocorrem, entre os objetos, os deslocamentos e transformações através dos contextos sociais e simbólicos, e como é regida a política da memória nos espaços museais por meio dos objetos. Entender a trajetória dos objetos, afirmam os autores, nas fronteiras que delimitam esses contextos, é entender, também, a dinâmica social e cultural em questão. Por isso:

> [...] compreender nas ressignificações, as tramas das relações sociais envolta dos processos de construção do passado através dos objetos, requer atenção para os interesses do presente, para a fundamentação teórico-conceitual e o aparato metodológico que embasam as representações dos sujeitos (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 44).

Requer também, alertam os autores, cuidado para as relações políticas inerentes a qualquer tipo de processo análogo à construção social de memórias, no que diz respeito às diferentes óticas sobre como e por que lembrar algo (GOMES; OLIVEIRA, 2010).

O Sr. Josué aponta que, praticamente a sua vida inteira foi dedicada à coleta de objetos: "[...] toda a vida que eu_ o meu trabalho era guardar isso e passar em riba dos canto que tinha muito movimento e colher alguma coisa, meu trabalho foi esse. [...] sempre quando eu andava, assim, o meio-dia que chegava, eu trazia alguma coisa"[37]. Nessa ótica, segundo Ribeiro e Van Velthem (1992), o ato de coletar e juntar objetos podem ser entendidos como uma necessidade de classificar o mundo exterior, tentando, assim, inserir neste sua compreensão e domínio. É nesse sentindo que o acervo formado pelo Sr. Josué pode retratar a memória e história de uma parte do mundo, e ao mesmo tempo, representar a realidade e a história dele próprio como colecionador e de seu contexto social, ou seja, da coletividade onde se insere. "Para Clifford (1988:219), o colecionamento se apresenta como uma 'arte de viver intimamente associada à memória, à obsessão, à salvação da ordem contra a desordem" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 103).

E o que é, afinal, coleção? Para Pomian (1984), coleção é "qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público" (POMIAN, 1984, p. 53). Contudo, Pomian (1984) encontra um paradoxo nessa definição: por um lado, os objetos de uma coleção são mantidos,

[37] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

seja temporária ou definitivamente, fora do circuito econômico, e por outro lado, são subordinados a uma proteção especial, sendo, por isso mesmo, considerados um tesouro formado por objetos preciosos. E com razão, isto porque cada um deles corresponde a uma determinada quantia de dinheiro. Com efeito: "têm um valor de troca, sem terem um valor de uso. Como se poderia atribuir-lhes um valor de uso, visto que se compram não para serem usados, mas para serem expostos ao olhar?" (POMIAN, 1984, p. 54). Para Pomian, aí existe um "uso", mas se corre o risco do próprio termo "uso" deixar de significar o que quer que seja. Entretanto, de onde vem esse valor de troca dos objetos de museus e coleções, e também, por quais motivos são considerados objetos preciosos? Pomian (1984) ilustra:

> [...], por exemplo, um instinto de propriedade ou uma propensão para acumular, que seriam próprias senão de todos os homens, pelo menos de todos os homens civilizados ou, ainda, de certos indivíduos. Diz-se também que certas peças de colecção são fonte de prazer estético; que outras - e por vezes são as mesmas - permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente (POMIAN, 1984, p. 54).

Para o Sr. Josué, uma das maiores estimas aplicadas aos objetos musealizados é o reconhecimento por parte daquelas pessoas que detém, segundo o mesmo, uma "sensibilidade" pelas coleções, pelos objetos. Nesse sentido, o valor não está atribuído ao dinheiro que, possivelmente, poderia ser arrecadado por ele, muito menos por propostas de compra de objetos por turistas e pesquisadores. O ato de colecionamento, de acordo com sua visão, deve ter por finalidade a apreensão daqueles que admiram os testemunhos autênticos que os objetos carregam:

> [...] porque isso [o colecionamento] é uma coisa que não dá dinheiro, o que dá é o moral, quem percebe e tem a sensibilidade por_ a_ por a coisa, mas quem não tem, isso aí não é nada, é uma pedra comum, entendeu? Você pode chegar e dar um rebolo ou qualquer coisa ( ) mesma pedra, agora tem_ tem gente que tem uma sensibilidade, passa por uma_ vários cursos, coisas, que isso aí deixa moral entre nós, porque é a nossa autenticidade verdadeira, legitimamente, sem brincadeira nenhuma, e isso não é todo mundo que pode fazer isso, um pescador despertar de uma coisa dessa eu acho muita admiração [...][38] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

[38] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

É interessante notar que alguns objetos podem ser tratados como mercadoria em determinadas ocasiões, como no caso das pessoas que procuravam o Sr. Josué para alienar os objetos, e em outras não, como no caso de achados arqueológicos abarcados pelo mesmo, ou seja, uma coisa (objeto) pode ser visto como mercadoria por uma pessoa e concomitantemente não vista por outra (KOPYTOFF, 2008). "Essas mudanças e diferenças nas circunstâncias e nas possibilidades de uma coisa ser uma mercadoria revelam uma economia moral subjacente à economia objetiva das transações visíveis" (KOPYTOFF, 2008, p. 89). Nessa mesma ótica, em contrapartida à venda, em algumas conversas informais, o Sr. Josué nos relatou que por diversas vezes recebeu propostas de compra dos objetos, e, em alguns casos, de todo o acervo. Sem perder tempo, nos contou, em conversas informais, que em momento algum passou pela sua cabeça dar esse tipo de fim para aquilo que ele considera como um tesouro simbólico para a humanidade: os objetos do acervo montado por ele.

Percebe-se que, seguindo as concepções de Kopytoff (2008), o Sr. Josué, assim como tantos outros indivíduos, tem a necessidade de salvaguardar determinada parte da cultura material de sua sociedade, transformando-a em "sagrada", tendo a singularidade como uma das aliadas para alcançar esse fim. "A cultura assegura que algumas coisas permaneçam inconfundivelmente singulares, e resiste a mercantilização de outras coisas. Por vezes, ela re-singulariza o que foi mercantilizado" (KOPYTOFF, 2008, p. 100). Ou seja, o Sr. Josué se viu pressionado entre a estrutura cultural da mercantilização e os seus próprios anseios pessoais de traçar uma ordem valorativa no universo dos objetos (KOPYTOFF, 2008). Isto é, "O mundo das coisas se presta a um número infindável de classificações, baseadas em características naturais e em percepções idiossincráticas" (KOPYTOFF, 2008, p. 104).

Como exposto na introdução desse trabalho, os objetos selecionados e coletados pelo Sr. Josué não foram recolhidos usando-se das técnicas da arqueologia nos procedimentos. Nesse caso, por não haver contexto arqueológico, as informações são consideradas, pelos profissionais dessa área, pouco precisas, logo, duvidosas. Notamos que aqui se finda a problemática central entre as coletas realizadas pelo Sr. Josué e as disposições legais sobre o patrimônio arqueológico. O Sr. Josué nos dispôs, em diversas conversas, que, apesar de judicialmente serem proibidas as coletas particulares sem licença para esses bens, essa foi a única saída encontrada por ele, já que a maioria dos sítios arqueológicos de Ponta Grossa se localizam em áreas de trilhas de *buggys*, motocicletas e áreas de plantio (roçado). Nesse sentido, ele também se questiona sobre o papel essencial destinado ao órgão protetor - o IPHAN -, que, segundo ele, sempre tomou poucas providências para a salvaguarda desse

material, visto que a instituição já havia sido detectada por diversas vezes sobre esse problema. Dessa forma, em suas falas, nota-se um sentimento de consternação e desgosto, derivado da falta de "reconhecimento" e até mesmo pela culpabilidade destinada a ele, em relação aos procedimentos irregulares de coleta. Ou seja, mesmo tendo a noção de ter realizado atos considerados ilegais, Sr. Josué compreende que mesmo assim merecia ser prestigiado pela salvaguarda de um material com tamanha importância, tanto pelo órgão competente como pelas pessoas da comunidade praiana:

> [...] só eu é quem tinha esse jeito, essa driblação de cuidar, ninguém aqui cuidava de fazer, a_ mangar, zombar de mim, chamar de eu_ botar apelido e coisa, aí eu ficava puto com isso, que eu sabia que não era assim, não era como ele [o pessoal da comunidade] falava, eu ia, se eu fosse entrar na onda deles não tinha isso, nem tinha eu, nem tinha IPHAN, não tinha ninguém [...][39] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Contudo, as análises antropológicas e museológicas exercem um papel viável, pois, nessas apreciações, os objetos têm como finalidade o esforço que visa à interpretação e classificação, reunindo-os sobre categorias que considerem seus aspectos sociais e simbólicos, em atrito às análises sobre o meio ambiente, a técnica e a forma. (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Porém, "A análise e contextualização de um acervo [...] depende do uso do esquema conceitual da antropologia, de referências de campo e de pesquisa bibliográfica, bem como de técnicas documentais oriundas da museologia" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 105). Nesse sentido, essa empreitada executada pelo Sr. Josué, tinha como objetivo analisar as origens e raízes não somente das matérias-primas e técnicas de confecção dos objetos, mas entender o passado como importante forma de compreensão das identidades que se formaram. Assim, entende-se que:

> As sociedades, de maneira geral, têm necessidade de uma explicação sobre sua existência e o desejo de saber de onde vêm. Suas origens e raízes são buscadas numa representação anterior que confere algum elemento identitário ao grupo. Assim, por trás do desejo e da necessidade de memória está a própria construção e fortalecimento do sentimento de identidade (BATISTA; FILHA, [entre 2010 e 2013], p. 1).

[39] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Levando em consideração que a memória de cada indivíduo é vacilante e não perpétua, as informações relacionadas aos objetos, sejam elas quais forem, segundo o Sr. Josué, merecem ser salvaguardadas, de alguma forma, pois:

> [...] de cada coisa que você vai fazendo, hoje é o presente, amanhã já é o passado, então é de cada coisa eu tinha que me lembrar de alguma coisa, porque vai ficando, passando, a gente vai ficando mais velho, a memória vai perdendo e eu tenho medo de vacilar, sabe? [...] o vacilo é uma coisa mediato, você vacila por_ por quê? Porque você não dá conta de tudo [...] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Ribeiro e Van Velthem (1992) situam outro problema que diz respeito à constituição dos acervos, os estudos sobre coleções, assim como acontece nas pesquisas etno-históricas e arqueológicas, trabalham com registros esparsos e fragmentários. "Entretanto, mesmo incompletas, as coleções constituem evidências para a compreensão do passado e podem representar, como no caso da fonte individual, o único documento objetivo de que dispomos sobre a realidade etnográfica de determinada época" (T. HARTMANN *apud* RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992).

Primeiramente se devem considerar as péssimas condições físicas da maioria dos museus que desencorajam a prática do colecionismo, a preservação e o estudo de coleções, e, por conseguinte, a problemática que lhe diz respeito.

> As deficiências são a norma na maioria das instituições do gênero, como as sedes que são geralmente edifícios antigos, construídos para outros fins, que têm de ser restaurados e higienizados. Reconhecer e enfrentar essas tarefas prévias é a prioridade maior para que se possa fazer qualquer renovação museológica de caráter científico (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 110).

Falando especificamente sobre os registros documentais, os museus ainda não conseguiram desenvolver métodos de coleta de coleções que visem à conformidade com as finalidades de documentação científica e a difusão cultural (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Ou seja, não existem normas elucidativas de aquisição, e em consequência disso, não há também políticas de pesquisa arquivística que empreenda um melhor uso e aproveitamento do acervo, do ponto de vista científico. Isto quer dizer que o acervo não é empreendido como produtor e difusor do conhecimento (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). E além desses fatos, outros problemas são detectados, como aquisição demasiada e desordenada, expansão

das reservas técnicas que acarretam sérios problemas na guarda e identificação dessas coleções, que procedem às más documentações.

> A impossibilidade de reversão desse quadro ocorre em grande parte pelo fato de o pessoal técnico-científico não ser orientado para estudos de cultura material ou arte étnica e não ter, em função disso, um comportamento intelectual e afetivo com as coleções. Esses percalços anulam as potencialidades de extrair informações, às vezes únicas, dos acervos artefatuais armazenados nos museus, principalmente para seus produtores (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 110).

Nesse sentido, o Sr. Josué praticava tarefa fundamental, alocava a coleção a serviço do público. Essa abertura propiciava o usufruto para uma gama de pessoas, e que servia também de complemento da educação formal, porém, sem pretendê-la substituir, construir um local de "lazer intelectual" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Esse "complemento" aplicava-se no sentido em que diversos conhecimentos sobre o passado deviam ser fomentados e incentivados, pois "as coisa tá no livro, mas todo mundo passa pra lá, a história da pré – história, alguém vai se aprofundar?"[40]. De acordo com o Sr. Josué, o intuito das visitas tinha como finalidade fomentar o espírito de:

> [...] ser curioso, saber o que é isso, porque eles não sabiam, tem no livro didático, mas mal estuda, não gosta não, passa como eu digo, passa a página que tem, vê assim, passa pra lá, porque o vício do nosso povo é tão grande que eles gostam mais de figura do que a leitura em branco mesmo[41] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Além disso, o Sr. Josué também sempre procurou provocar nas pessoas o desejo de preservar os bens culturais que nos pertencem, principalmente nas crianças, que segundo ele, são nossos herdeiros e aqueles em que depositamos a esperança da valoração do patrimônio cultural. Sendo assim, expõe Sr. Josué:

> [...] agora, as crianças eu incentivava muito_ as crianças_ o menino que chegava com uma pedra lá em casa, podia ser o que foi, eu dava uma, uma, uma_ é_ assim_ é_ eu fazia assim_ como é_ rapaz, isso é importante e tal, pra não perder o foco do menino, da criança ( ) estimular os menino[42].

[40] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[41] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[42] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Figura 20: Sr. Josué e crianças da comunidade de Ponta Grossa no laboratório de análises científicas (Fotografia: Almyr Abath, 2014).

É necessário compreender que o museu e as coleções privadas são como um centro elevado para a documentação e a divulgação das narrativas presentes nos objetos. Entretanto, "a história da cultura material continua procurando se encontrar, ela ainda não soube forjar seus conceitos, nem desenvolver todas as suas implicações" (PESEZ *apud* RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Com efeito, é evidente que para as autoras, é necessário inserir a temática da cultura material num lugar mais amplo que a mera análise do artefato. "Buscando a contextualização, esses estudos colocam como pano de fundo o ambiente ecológico e a organização sócio-econômica, e os enriquecem com os conteúdos estéticos e simbólicos que os objetos trazem embutidos" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 111).

E qual a importância do objeto descontextualizado – no sentido e função originais, e não arqueologicamente -, socialmente e fisicamente? Van Velthem (2012) afirma que, uma vez incorporado aos acervos museológicos, os objetos perdem o seu sentido original devido fundamentalmente à mudança de contexto. Pois, "Os objetos que mudam de contexto e de função se tornam descontextualizados e desfuncionalizados" (MENESES *apud* VAN VELTHEM, 2012, p. 57), sendo sua recontextualização um tema bastante complexo atualmente. A reintrodução desses objetos é intermediada pela pesquisa, e "podem ser recontextualizados por diferentes meios: identificatórios, classificatórios, tipológicos, por meio de sistemas de comparação com outros objetos de mesma procedência, permitindo

ressaltar as correlações históricas e culturais" (VAN VELTHEM, 2012, p. 57). Esse tipo de recontextualização é múltiplo, pois depende de qual estratégia interpretativa foi adotada.

A autora nos mostra uma das possíveis estratégias que podem ser adotadas na recontextualização de objetos. Os estudos sobre coleções consideram os objetos enquanto documento, especificamente, como "documentos materiais". Essa concepção admite que, "ao ser inserido no acervo de uma instituição museal, o objeto [...] passa a representar aquilo que é conhecido na antropologia como o 'objeto testemunho' ou 'objeto documento'" (VAN VELTHEM, 2012, p. 57). Dessa forma, é aceita a compreensão que visualiza o objeto como testemunho, por que ele é um vestígio de sua cultura de origem. "Nesse sentido, constata-se que os objetos são dotados de significância, a qual emanam de si mesmo e da referência ao local ou à sociedade da qual provê, aspectos que, na maioria das vezes, são concomitantes" (VAN VELTHEM, 2012, p. 57). E ao colecionar artefatos arqueológicos e outros objetos, o Sr. Josué reuniu importantes caracteres para a compreensão dos processos culturais, que dizem respeito tanto às técnicas como possibilidades de uso desse material (BRUNO, 1999, p. 25). O material arqueológico foi transformado, na narrativa construída pelo Sr. Josué, em vestígios para o entendimento da ocupação humana.

Porém, para esses objetos testemunharem, é necessário antes fazê-los "falar", claro, por intermédio de quem o estuda. Van Velthem (2012) nos alerta o perigo, e a necessidade de ter cautela, e considerar todas as esferas de questões presentes nos objetos. Assim como o processo de recontextualização se apresenta como um campo extremamente escorregadio, o que pode torná-lo reducionista (MENESES *apud* VAN VELTHEM, 2012).

> A tarefa de recontextualizar objetos [...] ganha amplitude ao serem investigados os sentidos e os novos conceitos que contribuíram para a sua redefinição, uma tarefa absolutamente indispensável, à qual devem se debruçar tanto os museólogos quanto os antropólogos (VAN VELTHEM, 2012, p. 58).

Corroborando com o sentido apresentado, a forma de entender a interação que cerca os objetos musealizados pelo Sr. Josué é, efetivamente, contextualizando-os socialmente. Dessa forma, o entendimento vai além do processo de manufatura, abarca também os modos de uso, dos materiais que o constitui e das ideias e comportamentos que os são associados. "Trata-se de sistemas nos quais o objeto é parte integrante mas extravasa sua dimensão física" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 106). Isto é, o artefato ajuda a entender a sociedade e a cultura como um todo. "Para pesquisa desse tipo necessitaríamos contar, idealmente, com a

mais ampla documentação, uma vez que os espécimes são usados como a evidência material que diagnostica processos e fatos culturais complexos" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 106). É dessa maneira que o Sr. Josué dispõe sobre a importância dos objetos – partindo do princípio, que todos os objetos do acervo, segundo ele, são importantes -, na construção do entendimento social a partir da coleção:

> [...] todos [os objetos] tem a sua importância, e pra mim a pré-história é muito importante, mas vai falar de outro povo, de outro povo que você nunca viu, nem sabe de onde saiu, de onde surgiu, é uma coisa muito antiga, agora isso aqui ele vai revelar quem somos nós, quem é a Ponta Grossa, de onde vieram, pra onde vai e qual foi a obrigação que eles poderiam fazer, porque vai encontrar moeda, cachimbo, a moeda tem alguma inscrição, naqueles prato, naquela vasilha tem alguns detalhes, aí você vai descobrindo aquilo, você vai ajuntando todas aquelas informações e vai dizer tudo quem somos nós, de onde nós viemos[43] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

É importante destacar que Ribeiro e Van Velthem (1992) chamam nossa atenção quando assinalam que tanto o colecionador, a época e o modo de colecionamento são de suma importância na contextualização das coleções, isso porque manifestam sua relação com o campo ideal que a produziu. Essa analogia nos permite compreender não somente os objetos que constituem a coleção estruturada pelo Sr. Josué, mas todos e quaisquer sujeitos que os juntaram e conservaram. "Nesse, como em outros casos, deve-se levar em conta o campo intelectual do coletor, os interesses principais e os subsidiários que, em conjunto, influenciaram o critério e a seleção dos artefatos coletados" (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 107).

Pomian (1984) também concebe quando expõe que, nas sociedades tradicionais, não são os indivíduos que acumulam objetos, mas, pelo contrário, é a sociedade em questão que determina as coleções. E para que esses lugares não sejam confundidos com outros, é necessário que todos os indivíduos entesourem os valores próprios do seu lugar. Para Pomian (1984), noções como "gosto", "interesse" e "prazer estético" não explicam as referências e noções dos atos de colecionamento, pelos fatos apresentados acima. Ou seja, "O instinto de posse e a propensão para acumular testemunhos do gosto do proprietário não lhe parecem ser razões suficientes para explicar o fenômeno em contextos sociais diferentes dos que se tem" (POMIAN *apud* DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 26).

43 Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

> É exactamente o facto de o gosto se dirigir para certos objectos e não para outros, de se interessar por isto e não por aquilo, de determinadas obras serem fonte de prazer, que deve ser explicado. Os caracteres dos indivíduos, a sua maior ou menor sensibilidade, são importantes apenas na medida em que a organização da sociedade deixa um espaço livre ao jogo das diferenças individuais. Por isso, antes de nos ocuparmos deste último, é necessário explicitar o modo como a sociedade em questão (ou os grupos que a compõem) traça a fronteira entre o invisível e o visível. A partir daí, é possível estabelecer o que é significante para uma dada sociedade, quais os objectos que privilegia e quais são os comportamentos que estes objectos impõem a coleccionadores; e fazer um mapa dos lugares onde se opera a junção entre o invisível e o visível e onde residem aqueles que, por representarem o invisível, devem por esse motivo acumular semióforos e expô-los (POMIAN, 1984, p. 75).

Dessa forma, quem coleciona objetos faz esse procedimento seletivamente, enquanto dá sentido aos mesmos. Por isso, uma coleção se constitui como resultado direto de uma coleta, que por sua vez é conduzida por diversos desígnios e princípios que buscam ordenar sentidos classificatórios (LOPES *apud* VAN VELTHEM, 2012). O que condiciona, dessa forma, as práticas de colecionamento são as estruturas que predominam num dado contexto social, ou seja, é o arcabouço social de uma coletividade que influenciam os atos do coletor. Entende-se que os sentidos concedidos aos objetos por quem formou uma coleção também constrói sua representação social, assim como de grupos. Ou, nas palavras de Van Velthem (2012), "tudo o que pertence a uma coleção resulta da sua ação, pois é o colecionador que decide sobre a estrutura da própria coleção, o que implica tanto sua seleção como rejeição" (VAN VELTHEM, 2012, p. 53).

O acompanhamento dos deslocamentos e transformações dos objetos revelam as fronteiras que delimitam as diversas conjunturas, dando possibilidade de entender as dinâmicas da vida social e cultural, seus conflitos, assim como as subjetividades individuais e coletivas. É dessa forma que Gonçalves (2007) ajuda a refletir e criar possibilidades de entender as dinâmicas de representações e identidades, individual e coletivamente, da coleção constituída pelo Sr. Josué. Possibilitando, assim, entendê-la a partir de seus objetos. Nesse sentido, não há exagero quando se assegura que para qualquer entendimento da vida social e cultural de qualquer sociedade ou grupo, os objetos materiais são, essencialmente, necessários. "Acompanhar as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos materiais é", além de "acompanhar as mudanças nos paradigmas teóricos ao longo da história dessa disciplina" (GOLÇALVES, 2007, p. 16), entender também as dinâmicas sociais e simbólicas de qualquer organização humana.

Para Gonçalves, usando as concepções de Boas (1896), o que deve ser analisado nos objetos são suas funções e significados nas especificidades de cada sociedade onde foram produzidos e usados. Ou seja:

> Diante de uma máscara melanésia e uma máscara africana, não era suficiente descrever o material com que eram feitas, nem o estilo que as caracterizava, nem a tecnologia mais ou menos evoluída com que eram produzidas. Era necessário saber qual o uso dessas máscaras, e consequentemente qual o seu significado para as pessoas que as empregavam em diversos contextos sociais e rituais (BOAS *apud* GONÇALVES, 2007, p. 18).

Com efeito, o relevante é saber quais sujeitos às usavam, com que finalidade. São esses fatos que revelariam a real diferença entre uma máscara melanésia utilizada nos rituais religiosos e outra máscara utilizada nas festas de carnaval em sociedades ocidentais. É necessário salientar que, a partir dessa análise, o foco, antes direcionado para a descrição dos objetos com ênfase em suas formas, materiais e técnicas, desloca-se para os usos e significados presentes nos objetos materiais, nesse sentido, por conseguinte, as análises estão voltadas para as relações sociais nas quais os indivíduos, que são seus usuários, estão envolvidos. Entretanto, de acordo com Gonçalves (2007), mais do que "representar", os objetos materiais organizam e constituem a vida social das pessoas. Assim:

> Em parte da literatura antropológica produzida nas duas últimas décadas do século XX sobre os objetos materiais, estes serão estudados não exclusivamente enquanto partes funcionais e significativas de determinados contextos sociais, rituais e cosmológicos nativos; mas também enquanto componentes dos processos sociais, institucionais, epistemológicos, e políticos de apropriação e colecionamento que sofrem por parte das sociedades ocidentais, através de coleções, museus, arquivos e patrimônios culturais (Stocking *et al*. *apud* GONÇALVES, 2007, p. 22).

A dinâmica dos deslocamentos dos objetos para o espaço da coleção, mesmo quando privada e agora pública, praticamente garante que, consequentemente, a maioria dos objetos coletados pelo Sr. Josué possuíram circulação anterior, porém, mesmo depois de serem incorporados à coleção, ainda continuam ganhando novos sentidos, pelo menos em outros domínios, de acordo com a visão de Gonçalves (2007). Dentro dos espaços museais, também ganham mais informações, graças a pesquisas e de sua reutilização, como por exemplo, exposição, quando tal peça é restaurada ou privada de sua função original, tem-se uma perda de informação. Os objetos, antes de se tornarem objetos musealizados, tiveram usos cotidianos, sejam mercadorias ou objetos sagrados, por exemplo. Como afirma Gonçalves

(2007), todo objeto material possui uma "biografia cultural", e sua utilização em espaços de coleção integra mais um momento que constitui sua vida social. Porém, para o autor, esse momento é de suma importância, "pois nos permite perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais" (GONÇALVES, 2007, p. 24).

> Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse "status", e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as 'idades' ou as fases da 'vida' reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 92).

2.2 As dinâmicas representacionais na coleção Josué Pereira Crispim

De acordo com Van Velthem (2012), a humanidade desde sempre está cercada por objetos materiais, porém, quase nunca se parou para refletir seu regimento, estatuto. Podemos perceber essa falta de interesse destinado, muitas vezes, aos objetos numa fala intrigante do Sr. Josué:

> [...] isso só existe [o acervo], isso assim porque é_ mode a minha insistência, se não fosse a minha insistência nada tinha acontecido, que eu conheço, tem nada lá pra cultura, ninguém quer saber de coisa morta, quer não e isso no caráter que a gente tá fazendo, isso tá envivecendo isso aí, entendeu? 'Por quê?' Porque aquilo que tava dormindo lá no seu canto você tá acordando ele [...][44] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

É neste sentido que o Sr. Josué destina a importância da coleção, pois, de acordo com ele, os objetos que são salvaguardados não admitem que os fatos considerados importantes, sejam eles simbólicos ou culturais, desapareçam, adormeçam, eles mantém essas informações "acordadas": "[...] você tá acordando, acordando, acordando, até se despertar quem foi, quem

[44] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

não foi, entendeu?[45]". E o valor do acervo se insere exatamente aqui, nessa tentativa de "imortalizar", perpetuar a importância do conhecimento gerado a partir desses objetos:

> A importância é que isso fica marcado, isso é_ não morre mais, sabe? Isso é imortal, isso vai ser pra essa geração e a geração futura, isso é uma grande importância, a gente zela e_ e protege pra esse povo mais, porque a gente vai passando, vai passando, quando dá fé morre e a geração que venha cuidar, é por isso que é bom a gente fazer hoje pra colher amanhã[46] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Por conseguinte, entende-se que os objetos participam ativamente na produção e reprodução social, para Van Velthem (2012), e que são também importantes mediadores na relação estabelecida entre sujeitos e grupos, no cerne da coletividade. "Nesse papel, o objeto fornece a essas relações um reconhecimento sensível, cuja ênfase recai, sobretudo, nas relações sociais e simbólicas" (VAN VELTHEM, 2012, p. 52). Assim, entende-se que esses preceitos citados são referências diretas sobre as representações sociais forjadas sobre os objetos, de uma coleção, por seus proprietários e, também, pelos sujeitos de um grupo social.

Grande parte das representações "oficiais" nos dá a impressão de parecer viva ou autêntica. Segundo Gomes e Oliveira (2010), porque dá sentido às interpretações que costumadamente se vê e que também por ser "cobrado uma legitimidade por sua associação com imagens amplamente difundidas acerca de uma comunidade ou uma cultura". Nesse sentido:

> As coleções museológicas nos sugerem indícios sobre as relações existentes entre a construção de formas de representação de temáticas e sujeitos e a formação de acervos de cultura material, a partir do momento em que concebemos como um processo social a atribuição de determinados significados, que ocorre desde a seleção de objetos até a construção de discursos sobre a cultura material enquanto patrimônio cultural, digno de ser 'preservado' no espaço museal (GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 44).

Ou seja, os objetos mais do que demarcar posições, organizam e dão o tom sobre a forma como os sujeitos e os grupos sociais evidenciam subjetivamente as identidades e *status*. Assim, "'Constituem 'parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais' cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de 'representar', é a de

[45] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[46] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

organizar e constituir a vida social"' (GONÇALVES *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 44).

> Casas, mobílias, roupas, ornamentos corporais, joias, armas, moedas, instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, variadas espécies de alimentos e bebidas, meios de transporte, meios de comunicação, objetos sagrados, imagens materiais de divindades, substâncias mágicas, objetos cerimoniais, objetos de arte, monumentos, todo um vasto e heteróclito conjunto de objetos materiais circula significativamente em nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos (GONÇALVES, 2007, p. 14).

Gonçalves (2007), em seu livro "Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônio", discute sobre os usos e interpretações sociais e culturais dos objetos materiais. Para ele, a explanação de qualquer forma de vida passa, necessariamente, pela descrição dos usos individuais e coletivos dos objetos materiais. Isso ocorre, segundo Gonçalves (2007), não somente por esses objetos designarem funções práticas, mas, notadamente, por cumprirem funções simbólicas. Partindo do pressuposto de que, seja em qualquer contexto, os objetos materiais existem como partes integrantes de sistemas classificatórios (GONÇALVES, 2007).

De acordo com Gonçalves (2007), um tema recorrente que seus textos abordam está relacionado a função que os objetos materiais genericamente - mais especialmente aqueles classificados como objetos de uma coleção, museus e patrimônios -, realizam na constituição do que ele chama de "diversas modalidades de autoconsciência". Ou seja, para além de exercer a função de sinal diacrítico que delimita identidades, esse fato contribui para a constituição e estruturamento da "percepção subjetiva". Dessa forma, o Sr. Josué dispõe que, apesar de muitos indivíduos não valorarem o acervo, ao expor os objetos nas paredes ou em cima de mesas, algumas pessoas tinham a curiosidade de buscar o entendimento sobre determinados artefatos, de apreender quais as funções e os sentidos aplicados ao material:

> Eu guardava [os objetos] em riba da mesa mesmo, [...] aí tinha um problema com o povo, porque na hora que todo mundo entrava aí via aquilo, aí ficava assim, aí dizia: 'rapaz, o que é isso?' 'Rapaz, isso é umas pedras que os índios cortava com isso, era cortante, era faca deles [...]'[47] (Sr. Josué Pereira Crispim).

[47] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Assim nota-se que, privada ou publicamente, a presença dos objetos, em coleções, expostos em museus ou na forma de patrimônios culturais, influenciam, segundo Gonçalves (2007), secretamente, a vida de cada indivíduo. "Perceber e reconhecer esse fato pode trazer novas perspectivas sobre os processos pelos quais definimos, estabilizamos ou questionamos nossas memórias e identidades" (GONÇALVES, 2007, p. 10).

Mesmo o acervo constituído pelo Sr. Josué, adotando seleções e interpretações de acordo com entendimento pessoal e a pretensão individual, os objetos para além de representar somente sua identidade, representa, mesmo que subjetivamente, o grupo social que faz parte da comunidade de Ponta Grossa. Isto é, falando sobre a dimensão pessoal do objeto, de acordo com Meneses (1998), a psicologia social expõe que diversas características dos objetos são extensões da identidade de quem detém uma coleção, ou no caso do Sr. Josué, de quem a formou, dessa forma, os objetos que os indivíduos usam e os cercam refletem densamente nas suas personalidades. Ou seja, os objetos detêm os atributos pessoais do seu proprietário (MAUS *apud* MENESES, 1998, p. 96), e consequentemente dos indivíduos do grupo que esse mesmo está inserido. Por isso, esses exemplos, "além de reafirmarem a importância da presença do indivíduo no campo da cultura material, [...] indicam que tal presença jamais é exclusiva: ela só se perfaz na relação social" (MENESES, 1998, p. 96). Isto porque, a identidade pessoal, como qualquer outro processo de construção e/ou reforço identitário, não se remete a uma particular, mas, ao contrário, numa situação de interação, pois "o 'eu' se define, sempre, diante do 'outro', de preferência na escala de grupos ou sociedades" (MENESES, 1998, p. 96).

Contudo, o Sr. Josué considera a identificação do grupo social da praia de Ponta Grossa, sobre o acervo, limitado, acanhado. Segundo ele, as pessoas não se reconhecem representadas na coleção pelo fato de ter sido constituído por ele, um nativo de Ponta Grossa, não possuindo, nessas condições, características de um indivíduo capaz de elaborar algo tão notável, afirma o mesmo. O Sr. Josué nos falou que:

> [...] pra eles [moradores] isso aí num é muita_ eles_ tem umas pessoas que sabe, mas não quer dizer pra mim alguma coisa, entendeu? Eles ficam escondendo alguma coisa, não querem valorizar pra mim, entendeu? Porque eu vim do mar como pescador, estudei muito pouco, mas eu aprendi às vezes o que ele não aprendeu ( ) coisas. [...] É, era uma forma de proteger que eu achei, aí corri atrás disso, aí o pessoal começaram a chamar de catador de caco véi [...][48] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

[48] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Portanto, tendo em vista esta problemática, como o ato de selecionar e coletar objetos executadas pelo Sr. Josué, pode indicar uma identificação social no campo da cultura material? Como um acervo, constituído individualmente, pode indicar a identificação coletiva, que vise mais além do que apenas a representação individual, já que, segundo o Sr. Josué, não há, entre a comunidade, um sentimento de identidade e representação a partir dos objetos musealizados por ele?

De acordo com Gomes (2012), as asserções previstas por Weber (1991), apontavam que qualquer espécie de comunidade carrega costumes comuns entre ela, porém, nem toda crença na semelhança origina-se na equivalência de hábitos e costumes, e que essa semelhança (afinidade) pode gerar consequências importantes, especialmente na formação de comunidades políticas (WEBER *apud* GOMES, 2012). Ou seja, a subjetividade tem papel importante na base da construção do sentimento de pertencimento de indivíduos a uma coletividade. Diante disso, compreende-se que, mesmo sem haver um reconhecimento explícito, declarado da comunidade sobre a importância na construção social e representação a partir dos objetos, existe, subjetivamente, o sentimento de pertencimento coletivo. Isto é, a vista desses fatos, que, como elucidado anteriormente, os objetos, além de simplesmente demarcarem ou expressarem posições e identidades, organizam e constituem, enquanto compõem um sistema de símbolo que é categoria da vida social, o modo pelo qual os indivíduos conhecem subjetivamente, tanto suas identidades como os seus *status*, como algo tão concreto quanto os objetos materiais que os representam (MENESES, 1998).

Contudo, Gomes (2012) nos alerta que seria inocência não levar em consideração as relações de poder penetradas à ação da construção social da memória, pois, "'(...) há o lugar do ator numa hierarquia social que dá peso estrutural a sua ação acarretando consequências maiores ou menores para outros atores'" (SAHLINS *apud* GOMES, 2012, p. 72). Da mesma forma se constrói a figura do Sr. Josué, que se vê como representante, um "guardião" do patrimônio museológico/arqueológico de Ponta Grossa:

> [...] o que representa a coleção é que eu tenho muito é_ bastante_ eu me sinto assim, como eu seje_ é, um guardião, um salvador da memória daqui, nem só daqui, mas como isso pertence a muita gente, isso é uma capacidade que me dá é ser feliz, sabe? Mode isso, porque a gente por mais, tudo que nós temos, é por alguma coisa que ocorreu há muito tempo e insistir em querer que aquilo acontecesse em benefício de uma minoria, de todo mundo. [...] toda a vida eu acho que eu me dei bem, sabe por quê? Eu me dei bem porque hoje eu sou outra pessoa no representar, em dizer um depoimento

> como eu faço, muita gente atrai, vem atrás de mim[49] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Seguindo as ideias desse mesmo autor, o Sr. Josué construiu uma relação consciente e profunda entre os objetos e "o poder da memória", que a partir de então, "se materializa na seleção de peças para a formação de um acervo material diversificado e a organização de um espaço para sua guarda e armazenamento, com a atribuição de uma série de significados" (GOMES, 2012, pp. 72-73).

> No entanto, ao lidar com um repertório comum à coletividade, [...] faz-se representativo na ordenação dos sentidos apreendidos e difundidos socialmente. Ao interpretar uma memória social que é comum a todos, tem suas construções mais ou menos aceitas porque fazem sentidos e, não sem tensão, estão em conflito constante com interpretações contraditórias (GOMES, 2012, p. 197).

Nesse mesmo viés, Pomian (1984) expõe que, não são somente os objetos que se dividem em úteis e significantes, o mesmo se pode dizer das atividades humanas. Também elas são classificadas sobre um eixo que vai de baixo para cima, das atividades que são utilitárias até as atividades que só produzem significados. Contextualizando essa concepção, Pomian (1984), afirma que a regra de que quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa, parece perder o sentido, já que quanto maior é a carga de significado, maior também é o seu valor, "que se exprime assim pela quantidade das coisas que se poderiam eventualmente obter trocando-o". Entretanto, a regra continua válida porque o que é semióforo para certo grupo num determinado momento é um valor de uso virtual para outro grupo, porém, num momento diferente. Quanto mais se associa valor de significado num dado objeto, menos interesse tem a sua utilidade. Como visto, as atividades e objetos que possuem significados são "superiores" às úteis, pois têm ligações com o invisível, dessa forma, os homens se encontram divididos numa ou mais hierarquias.

> No topo destas encontra-se sempre um ou mais homens-semióforos, que são os representantes do invisível: dos deuses ou de um deus, dos antepassados, da sociedade vista como um todo, etc. Na base situam-se, pelo seu lado, os homens-coisas, que têm apenas uma relação indirecta com o invisível ou que não têm nenhuma, enquanto que o espaço intermédio é ocupado por aqueles que juntam, em diferentes graus, significado com utilidade (POMIAN, 1984, p. 73).

[49] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

O autor nos alerta para percebemos que são essas hierarquias sociais que conduzem necessariamente o surgimento das coleções. Com efeito, estas coleções são manifestações dos espaços sociais em que se opera, em graus diversos, a mudança do invisível em visível. Nesse sentido, pudemos perceber, em meio às conversas informais, tanto com o Sr. Josué como com outras pessoas da comunidade, que, durante muito tempo, quase nenhum valor - ou pelo menos o valor que o Sr. Josué compreendia que deveria ter sido dado -, foi atribuído ao acervo pela maioria dos indivíduos da praia de Ponta Grossa. No entanto, um episódio transformou drasticamente esse horizonte: a chegada do IPHAN – contexto tratado no inicio do trabalho -, como instituição que se destina à tutela dos objetos. Entendamos: com o advento do projeto de inventário do acervo financiado pelo IPHAN, as pessoas "perceberam" que havia, de veras, uma importância sobre aqueles objetos, pois houve uma iniciativa gerada por uma instituição em salvaguardar e otimizar o acervo. Com efeito, o acervo denotava outra importância, para os indivíduos da comunidade, quando pertencia à esfera privado do Sr. Josué, totalmente subvertida quando a esfera pública estruturada na figura do IPHAN tomou para si a guarda dos objetos - e apesar de não termos como prioridade analisar os processos de ressignificações nessa parte do trabalho, é visível que houve uma ressignificação social, sobre o próprio Josué, a partir da chegada do IPHAN, pois a comunidade de Ponta Grossa passou a enxergá-lo de outra forma.

Pudemos notar esse sentimento, ainda mais forte, quando houve a apresentação de uma proposta, estruturada entre o IPHAN e a prefeitura do município de Icapuí, da criação de um possível museu na comunidade, que teria como acervo os objetos da coleção constituída pelo Sr. Josué. Ele relata-nos em uma das entrevistas:

> O pessoal daqui fica ( ) critica e fica aí, nem visita, entendeu? Você vê que é não ( ) visitado, por quê? Eles diziam que isso era porcaria, hoje em dia não é porcaria, aí se eles vier, eles tão sabendo que alguma coisa, eles erraram em ter falado, sabe? Aí não quer dobrar esse, voltar esse erro, sabe?[50] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Nesse sentido, se pode perceber que é com base na história oral, obtida a partir das entrevistas e conversas informais, que as contribuições deste tipo de abordagem possibilitaram, a busca pela evidência dos fatos, imprescindível para o entendimento das representações sociais sobre acervo em discussão. Para Thompson (1998), além de ser um instrumento de pesquisa e fonte documental, a história oral é a possibilidade mais rica para o

[50] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

desenvolvimento de uma história socialmente consciente e democrática. Para ele, dependendo de como é usada, a história oral pode ser uma ferramenta de mudança social, capaz de contribuir na construção de uma sociedade mais justa.

> [...] a história oral pode certamente ser um meio de transformação tanto do conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação [...], pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1998, p.22).

Nesse sentido, as concepções de Thompson (1998) demostram que a fala da gente "comum" deve ser seriamente compreendida, isso porque a história é construída em torno de pessoas, admitindo, assim, heróis não só em meio aos líderes, mas dentre, também, a maioria desconhecida do povo. "Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade" (THOMPSON, 1998, p. 44). É nesse sentido que as narrativas, dos sujeitos da comunidade de Ponta Grossa, são de indispensável necessidade. É por meio da abordagem oral que a pesquisa e os indivíduos compreenderão as análises que passam por suas próprias vidas, pois, a história oral, "é uma história construída em torno de pessoas" (THOMPSON, 1998, p. 44).

A importância da história oral também está presente nas falas do Sr. Josué. De acordo com ele, foi a partir dos conhecimentos dos mais velhos que ele pôde empreender as dinâmicas inseridas nos objetos, ou seja, foi a partir do aprendizado gerado pelos mais velhos que ele obteve o conhecimento sobre os objetos do acervo constituído por ele:

> [...] tenho conhecimento assim, cada casa de algum conhecimento de um pai de família, de uma vó, de uma senhora, de uma vovó, gosto disso, de ter esses conhecimento, eu ia pra casa de qualquer canto, chegar lá eu ia pra casa dos velhinhos, do mais velho, chegar lá, você tem, me dá aqui pra eu armar minha rede: 'pois não'. Aí eu bancava com alguma coisa naquele dia e ficava mais ele conversando o dia inteiro, a_ valorizando eles e contando, pegando aquelas histórias, história oral, de casa em casa eu aprendi muito com isso, hoje eu sei identificar qualquer pedra[51] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

A exposição diária, ou seja, o contato banalizado pelo cotidiano dos indivíduos da comunidade de Ponta Grossa sobre essa vasta rede de objetos, acaba por transformar a

[51] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

proeminência social e simbólica, como também a relevância subjetiva destes. De acordo com Gonçalves (2007), em despercebimento, nosso olhar se torna, assim, desinteressado, desatento por consequência da proximidade, pela feição familiar que esses objetos assumem. Esse fenômeno, para o autor, implica uma "naturalização das modernas categoriais ocidentais de 'sujeito' e 'objeto' cuja problematização parece ser a condição mesma para uma reflexão antropológica" (GONÇALVES, 2007, p. 15). Conforme Gonçalves (2007), esses sistemas de categorias são os mediadores, e mais ainda, são eles que sistematizam os termos "sujeito" e "objeto". Continua ao dispor que, sem esses sistemas de classificação, tanto a cultura material quantos os indivíduos não obtêm existência significativa.

Esse tipo de naturalização dos objetos à vista dos sujeitos que mantém contato diário, ou próximo disso, gera consequências no que diz respeito tanto à desvalorização quanto à pouca importância ofertada a eles. O Sr. Josué atesta que seus próprios familiares foram as primeiras pessoas a considerarem o acervo de pouca importância, sem notoriedade. Isso porque ele acumulava os objetos coletados dentro de sua casa, e nas palavras dele, o acervo, pela grande quantidade, acabava amontoando-se nos cômodos, e seus familiares avaliavam "que aquilo empaiava a casa, me lembro muito disso[52]". Ele continua ao expressar que:

> [...] quando ia ela [sua filha] ia varrer a casa, aí dizia que aquilo tava empaiando as coisas, às vezes não tinha muita__ falava muito, batia boca mode isso, eu fui e isolei isso aí, disso aí comecei fazer por outro jeito que é muito difícil as pessoas não ter a percepção e ela era professora ainda, então, e tinha essa peitica comigo, de fazer isso, porque não via dinheiro também, eu trazer dinheiro pra casa [por intermédio da coleção], aí tinha essas coisas[53].
>
> [...] [sua esposa ao limpar o acervo] não tinha cuidado, não tinha cuidado, fazia com força, aí eu_ não é assim não, rapaz, varre teus pés assim, aí foi aquela confusão dentro de casa, sabe? Aí eu alimpei, aí ela gastou-se nunca mais foi lá, aí quem fazia [a limpeza] era eu, e quando tava muito empoeirado eu chamava uma negrada aí pra fazer mais eu, porque é assim mesmo as coisa. ( ) Thalita [sua filha] tinha medo até do quarto, Thalita [...], não queria nem entrar dentro do quarto que tinha medo. 'Ai! É coisa velha!'. Dizia que tava fedendo, dizia que tava mil coisa[54] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

[52] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

[53] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

[54] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Como apresentado em diversos momentos durante esse trabalho, o processo de deslocamento dos objetos utilitários para o espaço de exposição baseia-se numa categoria fundamental: o colecionamento. De acordo com Gonçalves (2007), toda e qualquer sociedade humana se dedica a algum tipo de colecionamento, embora não as façam seguindo os mesmos critérios e propósitos que as modernas sociedades ocidentais. No entanto, apesar do autor considerar o colecionamento um ato trivial, de acordo com o Sr. Josué, diversas pessoas ficam demasiadamente surpresas ao perceberem que um "simples" pescador, nascido e criado na comunidade, pudesse desenvolver tal aptidão. Em uma de nossas conversas, Sr. Josué falou especificamente de um jornalista da Folha de São Paulo, que se deslocou de sua cidade para conhecer melhor aquele pescador que colecionava objetos museológicos/arqueológicos, e também sobre o olhar de alteridade que as pessoas devem ter:

> [...] pessoas vem de São Paulo, outras vem da Europa, outras vem de muitos cantos querer saber um detalhe de pescador que nem eu sou, querer saber e fica incrível, esse jornalista ficou aqui batendo como é que eu, como é que, ele não entendeu, ele e ( ) disse: 'rapaz, eu vou embora mas não vou entender como é que pescador vem com essa ideia de fazer tudo isso'. Aí andou perguntando aí a todo mundo qual era a faculdade que eu tinha estudado, ficou perguntando aí ( ) o pessoal dali da barraca disse: 'não, eu lhe garanto que ele não fez a faculdade não'[55] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

> Não adianta você querer ser aquilo que você nunca foi ( ) o negócio de pescador, primeira coisa que eu digo, eu vim de pescador, foi eles que me ensinaram a pescar, foi eu que me ensinei até aqui e depois eu resolvi gostar de outra coisa, pronto, a gente tem o direito de gostar de outras_ é_ de passar, eu saí do mar e tô gostando de uma coisa, eu gosto de ciência, eu gosto de querer saber, acordar querendo descobrir mais, mais, mais, isso é a minha coisa, eu faço, assim, uma coisa como fosse, assim, um estudioso da vida, é_ sem a universidade, eu faço a dificuldade em universidade[56] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Ele relata que a grande parcela de reconhecimento sobre o acervo vem a partir de pessoas externas à comunidade e de uma parcela da própria cidade de Icapuí. São professores, pesquisadores, turistas que participam da dinâmica que dá notoriedade aos objetos, segundo o Sr. Josué. Além desse reconhecimento sobre o acervo, houve também um reconhecimento sobre ele próprio, ou seja, o interesse dos indivíduos externos gerou reconhecimento para o

[55] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[56] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Sr. Josué, pelo menos é o que o mesmo afirma. Dessa forma, a prefeitura o paga certo salário por exercer a função de "guardião" de um dado bem cultural[57]. Descreve o Sr. Josué:

> A relação de fora quem foi incendiou, foi o povo de fora, isso aí o povo de fora foi que incendiou, porque viram, começaram a contar, chegou um professor de Mossoró viu aqui, aí levou eu lá pro prefeito, aí representou e disse que tinha o direito dentro da lei, me deu a lei como eu podia cobrar um saldo pra mim complementar, o prefeito assinou e começou a dar. [...] Eu passei_é_ cada coisa mode isso aí, cara, que eu nem sei dizer, é uma coisa medonha, mas insistindo, insistindo na coisa, a minha teimosia até que deu certo, a prefeitura entendeu, começou a me pagar um custo [...][58] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Ele dispôs que os comerciantes indicavam aos turistas que havia um homem "que guarda caco véi, um bocado de caco véi", o Sr. Josué continua a expor: "'É uma coisa velha lá, umas garrafas velha, uns troço lá vei'. Aí o turista ficava rindo, aí acaba procurava, aí eu tava por alí, rapaz, aí eu tinha vergonha até de mostrar mode o canto, sabe?". É exatamente aqui que se insere a discussão sobre o reconhecimento subjetivo por parte da comunidade, pois, ao indicar aos turistas que existem um senhor que guarda e coleciona "caco véi", eles estão se auto representando a partir daqueles objetos, mesmo que, como citado, subjetivamente. Essa fama de "catador" está inserida numa dinâmica social de identidade e representação individual e coletiva. O Sr. Josué nos fala sobre outro relato pertinente:

> [...] veio um gringo passeando na duna, achou uma peça muito importante que tem aqui, deste tamanho, uma pedra assim, ratalhada, toda tirada, o menino viu, aí disse: 'essa pedra é de Josué'. O gringo num deixou a pedra lá, deixou nessa casa aqui em riba, rapaz, quando eu vi a pedra, chega eu fiquei assim, é mesmo que um telefone celular, assim, pedra corcunda, tudo cheia, tirada de_ os caras tinham tirado tudinho, os pedaço, pedra bonita medonha[59] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

O Sr. Josué nos relata a chegada de um grupo de turistas alemães à praia de Ponta Grossa. Expõe que fez uma trilha com esse grupo de pessoas pelas dunas e pela praia, esse percurso foi feito com o intuito de mostrar a eles os sítios arqueológicos existentes naquela área. Assim, Sr. Josué nos fala que:

---

[57] Denominamos bem cultural como "objeto testemunha da cultura do homem, pertencente ao seu patrimônio" (CAMARGO-MORO, p. 236, 1986).

[58] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[59] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

> Aí quando cheguemo aqui [no antigo espaço de guarda do acervo] eu fui mostrar o material a ela, uma velha começou a chorar dentro, emocionou-se, aí eu comecei a ficar meio desconfiado, o que era aquilo, o que era aquilo, aí a intérprete que andava com o pessoal era minha amiga, Gabi, da Alemanha também, mas minha amiga, já conhecida, aí eu perguntei: 'Gabi o que é isso?' 'Depois eu lhe digo', 'depois eu lhe digo'. Aí eu fiquei impressionado com aquilo, depois ela foi me dizer porquê, tinha visto a minha preocupação com aquilo e não podia salvar aquilo[60] [...] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

No entanto, o Sr. Josué nos deixou bem claro que seus objetivos não são direcionados aos turistas, que a presença desses, apesar de terem o ajudado a ser "reconhecido" como um "guardião" de um conjunto de bens culturais, atrapalha, de certa forma, a dinâmica social da comunidade. A maior aspiração dele é a construção de um espaço museal destinado a Ponta Grossa, onde possa existir uma narrativa cultural feita *pela* e *para* a comunidade: "[...] representa a memória do povo daqui [...]. [...] eu faço pra minha comunidade porque é a ela que eu devo, é ela que eu saí[61]". Ao falar sobre a figura do turista, o Sr. Josué afirma:

> É, agora esse negócio de muito turista a gente tem, eu, minha percepção, eu não queria muito turista aqui não, sabe? Meu ver, esses comerciantes querem aí, querem lucro, exatamente, por quê? Abana tudo aqui óh, chega um bocado de gente aqui com um bocado de ônibus [...][62] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Para o Sr. Josué, o ato de coletar objetos em forma de colecionamento funcionava como necessidade, pois, segundo ele, quando você faz algo por paixão, esse ato acaba tornando-se um vício, e como todo vício, obriga-lhe a cumprir sempre os mesmos atos: "Na minha sacola onde eu levava, sempre eu encontrava alguma coisa, aí botava dentro da bolsa[63]" Continua ao afirmar que, quando se tem amor por algo - no caso ao colecionamento - , devem-se vencer todas as dificuldades que lhe são impostas:

> [...] se tudo que você tem não tiver um certo amor pela coisa, você nunca vai conseguir alguma coisa, até pra você arrumar uma namorada, alguma coisa você tem que saber chegar, sabe? E insistir naquilo, um dia acontece, mas se você bancar_ o_ não ter tolerância, nem paciência, você não consegue as coisas não, porque não dá, tudo no mundo tem seu_ o seu tempo certo, é que

[60] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[61] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[62] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

[63] Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

> você chegar as coisas_ às vezes a gente quer as coisas mediata, tudo que é mediato é complicado, e às vezes você acaba batendo sobre o muro_ então a gente tem que ter uma paciência muito grande pra ter as coisa, realizar[64] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

Nesse sentido, contudo, quais são os sentidos e funções, e segundo quais valores e objetivos se colecionam objetos materiais? Gonçalves (2007) afirma que, fundamentalmente, toda coleção implica circunstâncias sociais, "relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de ideias e valores e sistemas de classificação que as norteiam" (GONÇALVES, 2007, p. 24).

A literatura sobre a função simbólica dos objetos materiais, seguindo as concepções de Gonçalves (2007), nos dispõe à importância destes atos nos processos de desenvolvimento das modalidades de autoconsciência individual e coletiva. "A sugestão é que sem os objetos não existiríamos; ou pelo menos não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas" (GONÇALVES, 2007, p. 27). O que é de extrema importância aqui é considerar que mais do que desempenhar funções identitárias, proclamando as identidades individual e coletiva dos indivíduos, os objetos materiais organizam o entendimento que cada sujeito tem de si mesmo, seja individual ou coletivamente.

> ...nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. (...) Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteamos os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos (...). Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro." (WEINER *apud* GONÇALVES, 2007, p. 26).

Seguindo as concepções de Gonçalves (2007), ao classificar certos objetos como "patrimônios culturais", esses mesmos objetos estão, por sua vez, a nos "inventar", levando em consideração que eles formam uma teia de categorias-pensamentos materializada que os sujeitos se percebem individual e coletivamente. Nesse sentido, o que o autor tenta nos elucidar é que, os processos sociais e culturais que selecionam esses objetos fogem em sua grande maioria às noções conscientes e propositais de natureza política e ideológica. Ou seja,

[64] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

seguindo nesse prisma, "a categoria 'patrimônio cultural' assume uma dimensão universal e não seria apenas um fenômeno ocidental e moderno: na verdade, manifestar-se-ia de formas diversas em toda e qualquer sociedade humana" (GONÇALVES, 2007, p 29).

Como supracitado, o agrupamento de objetos e sua consequente coleção constitui formas de visualização de ideologia que mostra o caráter das coletas e contatos. Consequentemente, ao passo que forem "recolhidos e posteriormente integrados aos acervos museais, os artefatos [...] são submetidos a mecanismos e estratégias de definição conceitual" (PRICE *apud* VAN VELTHEM, 2012, p. 54). Isso acontece, para Van Velthem (2012), porque os espaços museais são decisivos sobre a questão da construção das óticas construídas sobre as diferentes culturas e grande parte dos grupos sociais (ABREU *apud* VAN VELTHEM, 2012, p. 54).

Os museus são ferramentas que constroem dispositivos de enunciação que têm por objetivo identificar cada objeto pertencente as suas coleções. É exatamente esse procedimento que justifica a existência do acervo constituído pelo Sr. Josué como espaço museal necessário, e assim, legítima e autêntica a retirada dos artefatos de seus contextos originais e de utilização, para inseri-los no seu espaço, que é altamente regido por classificações bem diferentes das que eram feitas na origem de sua produção (VAN VELTHEM, 2012). E esse fato pode tomar dimensões maiores e mais perigosas na exposição desses objetos, culturais e/ou históricos ao público (VAN VELTHEM, 2012). Contudo, BRUNO (2009) consegue enxergar um horizonte positivo entre cultura material, coleções e museus:

> Entre avanços e retrocessos, com problemas que são universais e outros que assumem contornos específicos no caso brasileiro, é possível considerar que os estudos de cultura material têm um papel referencial para as coleções museológicas, pois garantem em grande parte a perspectiva de constantes interpretações e ressignificações que, por sua vez, colaboram com a consolidação das premissas básicas dos museus no que se refere à produção de conhecimento novo, à educação a partir das expressões materiais das sociedades e à preservação dos indicadores da herança patrimonial (BRUNO, 2009, p. 24).

Seja qual for o caráter de uma instituição museológica, os objetos recebem significados e sentidos diretamente ligados à memória social construída pelos indivíduos que "protagonizam" os processos de musealização. Usando as concepções de Gomes e Oliveira (2010), os museus, como "lugares de memória", se constituem em espaços políticos de codificação de sentidos sobre o passado. Assim sendo, é sempre pertinente se questionar sobre

qual passado foi eleito para ser preservado, e quais eram as memórias e identidades sociais que estavam em jogo. Ou seja, entender "qual a ressignificação dos objetos torna-se essencial para a legitimação dos sentidos do passado a serem construídos e aceitos socialmente" (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 53).

Gomes e Oliveira (2010) lançam uma reflexão importantíssima no que tange o museu como sistema de comunicação. Para eles, aqueles que ainda veem o museu na ótica arcaica de um espaço para depósito de coisas velhas sem nenhuma utilidade, nunca entenderá a complexidade desse espaço. Para muito além de ser um depositório de coisas inúteis, "é um sistema simbólico que atua como mediador na relação homem/mundo e que através dos objetos, fotos e palavras, constitui-se num sistema de comunicação capaz de compor um discurso museológico" (CABRAL *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2010, pp. 53-54).

Dessa maneira, em meio a toda discussão apresentada, o Sr. Josué estabelece que todos os seus atos destinados à construção, organização, armazenamento e salvaguarda dos objetos que compõem o acervo, no que tange o futuro da coleção, é uma "herança" deixada por ele aos indivíduos da Praia de Ponta Grossa, em especial:

> Eu queria que acontecesse, que isso ficasse viva pro resto da vida, sabe? Isso não deixasse morrer mais, porque é uma coisa imortal ,sabe? A gente passa, mas a história fica e isso vai flutuar por muitos e muitos anos e eu queria que isso ficasse cada dia mais, a Ponta Grossa entendesse a minha contribuição que eu dei, nem pra Ponta Grossa, nem só pra Icapuí, mas pra o tempo, sabe? [Que] fosse resolvido isso aí com eles, tivesse um zelo assim como eu tive, sabe?[65] (Sr. Josué Pereira Crispim, 2014).

A construção do acervo do Sr. Josué tem uma finalidade de remeter-se a um processo de recodificação das lembranças, individual e coletivamente, que se arremete a significados representacionais experimentados por esses indivíduos (GOMES, 2012), processos estes exercidos pelo próprio Sr. Josué. E é nesse sentido que se podem entender as representações forjadas pelos sujeitos a partir da cultura material, no caso específico, o acervo em discussão, pois as análises dos sentidos a partir dos objetos "musealizados" pelo Sr. Josué, acabara colocando relações em meio às representações constituídas a partir da cultura material e os processos de construção destas entre os indivíduos da comunidade de Ponta Grossa.

[65] Entrevista realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

Figura 21: Sr. Josué, e em detalhe um artefato com evidência de lascamento antrópica (lítico lascado) (Fotografia: Igor Pedroza, 2014).

E qual seria, portanto, o papel social dos acervos museológicos? Nessa ótica, funciona na lógica da representação dos grupos sociais por meio dos sentidos impregnados nas coleções, ou seja, representar a sociedade a partir dos significados desvendados sobre a cultura material. "Portanto, quanto mais forte é a significação atribuída ao patrimônio dos objetos conservados, tanto maior é a capacidade de identificação e de atuação como elemento de coesão social e cultural" (GALLOIS; PINNA *apud* VAN VELTHEM, 2012, p. 62).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Há, na realidade, uma museologia existente, real, que está aí fora, e há uma museologia postulada, sonhada, desejada.* (RÚSSIO *apud* BRUNO, 2006, p. 1).

Os objetos e elementos de uma coleção, entendidos como "artefatos-documentos", só contribuem para uma "história social total" se não estiverem isolados dos outros documentos aos quais são conectados (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Porém, como se sabe, a maioria dos acervos museológicos é mal documentada ou, até mesmo, não documentada, por estar sob tutela de "não especialistas", embora haja exceções de grande importância. "É

preciso refletir sobre os aspectos teóricos da museologia, sobre o museu enquanto instituição social e sobre a necessidade de informação daqueles a quem serve" (FERREZ, 1994, p. 7). A maioria dos museus brasileiros está longe de garantir que as informações dos seus acervos sejam bem documentadas e, assim, preservadas, isso porque, "Na média dos museus, a documentação, por si, não é prioritária, provavelmente porque é invisível" (ORNA; PETTITT *apud* FERREZ, 1994, p.6). Da mesma forma, Camargo-moro expõe sua concepção:

> Dois aspectos nos preocuparam muito, o primeiro a aquisição desenfreada e indiscriminada de acervo, portanto não seletiva, que vem desequilibrando terrivelmente o conceito de herança cultural de uma nação – neste caso a nossa — fazendo-a excessivamente pródiga em certas áreas e paupérrima em outras. Por outro lado ou o segundo, a má interpretação desta herança através de sistemas de documentação insuficientes que não permitem a análise de profundidade e a decorrente expansão de conceitos, nem mesmo a própria conservação e segurança destes acervos (CAMARGO-MORO, 1986, p 14).

Nesse sentido, no princípio do trabalho, foram tratadas as análises sobre o processo de inventariação, a partir da documentação museológica, do acervo constituído pelo Sr. Josué, que vai de contrário às concepções apresentadas acima, pois esses procedimentos tiveram como objetivo a construção de medidas que criassem e indicassem ações para a salvaguarda tanto das informações contidas como das materialidades dos objetos. Métodos necessários para o desenvolvimento desses passos técnicos foram aplicados para a otimização do acervo. Ou seja, esse tipo de organização possibilitou maior conhecimento sobre o acervo, salvaguarda, além de potencializá-lo como fonte de pesquisa e estudo.

Discorrendo museologicamente sobre as condições de guarda e conservação dos objetos do acervo, foram encontrados em péssimas condições, porém não devemos direcionar nosso olhar somente a esta visão técnica, pois o Sr. Josué traduziu para sua realidade alguns conceitos e práticas de musealização. Ele empreendeu seus conhecimentos e suas apropriações sobre essas noções para criar mecanismos voltados para a pesquisa e salvaguarda dos bens culturais.

A partir daí, é pertinente salientar que, tanto para o desenvolvimento quanto para os apontamentos executados durante todo esse estudo, Gomes (2012) tornou-se o principal interlocutor teórico-conceitual, embora buscando as análises em outro contexto social e étnico, aproximando e diferenciando-se em diversos momentos do trabalho, contudo, o uso deste referencial teórico-metodológico no contexto em que analisei o meu objeto de estudo, acabou por auxiliar a progressão da pesquisa.

Nesse viés, utilizando-se de princípios museológicos, pudemos conceber a importância análoga entre a documentação museológica, em execução no acervo constituído pelo Sr. Josué, e as análises sobre as representações, significados e funções sociais dos objetos que constituem o acervo arranjado pelo Sr. Josué. Pois, como citado anteriormente, sem esse tipo de ação, a gestão dos objetos impossibilitaria o trabalho e a pesquisa sobre seu conteúdo simbólico e social, pois o inventário museológico é a ferramenta base para seu controle e entendimento (CÂNDIDO, 2006).

Assim, analisamos os processos técnicos indispensáveis à documentação museológica, tendo em vista que esse procedimento é de fundamental importância para o conhecimento e a avaliação dos objetos museológicos. A partir desses passos técnicos, buscamos entender os meios de reelaboração cultural, "apropriação e tradução para uma realidade específica" de ferramentas museológicas inerentes a "um espaço construtor de representações" (GOMES, 2012, p. 104). Dessa maneira, ponderamos os objetos como construtores de representações e ressignificações de realidades sociais a partir da cultura material.

Este estudo teve por finalidade demonstrar o modo e o sentido da produção da documentação museológica - do acervo constituído pelo Sr. Josué -, para enfatizar a necessidade de conhecer as representações sobre esta coleção, como informação que deve compor tal documentação. Dessa maneira, entende-se que a documentação museológica exige a classificação dos objetos, colocando assim os sentidos e significados desses em questão. Evidenciando o modo e o sentido da produção desse procedimento técnico, percebe-se a ressignificação como sendo um ponto de "inflexão analítica" que nos possibilita articular eminentes perspectivas para a análise social (GOMES, 2012). Logo, a partir da cultura material, busca-se entender os significados construídos referentes aos próprios objetos que compõem a coleção formada pelo Sr. Josué.

Os confrontos entre acontecimentos, procedimentos e significações permitiram a apreensão entre os diferentes estratos da realidade em análise (GOMES, 2012), que por sua vez permitiu a compreensão da "construção e transformação dos significados simbólicos dos objetos por meio das ações sociais" (GOMES, 2012, p. 245), tanto pelo Sr. Josué como através dos sujeitos da Praia de Ponta Grossa. Nesse sentido, de um lado, por mais que o Sr. Josué arranjasse o acervo seguindo anseios e concepções próprias, individuais, estaria praticando-a em relação ao Outro, pois, assim como foi discutido durante o trabalho, por mais centralizada no sujeito individual, a coleção se faz sempre em relação ao Outro (MENESES,

1998), e por outro, por mais que os indivíduos praianos de Ponta Grossa não se auto reconhecessem a partir do acervo, existe, subjetivamente, o sentimento de pertencimento coletivo. E mesmo não havendo um reconhecimento explícito, o Sr. Josué tinha como objetivo facilitar, com a constituição do acervo, maneiras de se compreender a trajetória dos nossos antepassados.

Por certo, os objetos constituem, organizam e compõem a categoria da vida social, as formas que os sujeitos conhecem subjetivamente tanto suas identidades como os seus status, como algo tão concreto quantos os objetos materiais (MENESES, 1998). "O sentido atribuído ao objeto, como prática social relacionada ao colecionamento e à ressignificação da cultura material é realizado [...]", nesse estudo, "no contexto da produção de uma estratégia retórica que textualiza a experiência sobre si, reordenando discursos de poder representacional [...]" (GOMES, 2012, p 246). Ao incorporar os objetos ao acervo, o Sr. Josué legitimava certas formas de representações, e mesmo que se baseando em noções próprias, ele forjava os referências coletivos.

Percebemos que o interesse do Sr. Josué não estava incumbido nas análises arqueológicas, mas se findava, também, num esforço que visava à interpretação e classificação do mundo a partir dos objetos musealizados, reunindo aspectos sociais e simbólicos, em divergência à apreciações entre técnica e forma, por exemplo (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992).

Diante disso, a análise colaborou para o entendimento da organização das transformações dos sentidos sobre os objetos, isto é, como ocorrem as diferenças e interpretações sociais operadas por meio deles. "Foi preciso analisar os objetos "(...) 'em situação', nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social" (MENESES *apud* GOMES, 2012, p. 247). É a partir dessa interação que se compõem as diferenças e fronteiras sobre o acervo constituído pelo Sr. Josué. É preciso atentar não somente para a diversidade entre grupos, mas também perceber como atuam as alterações de sentido e também sobre possíveis coexistências de diversos significados no interior desses próprios grupos (GOMES, 2012). Pois "Quando um grupo de pessoas se define em um espaço cultural com fronteiras definidas, há necessariamente requerentes de acontecimentos fundadores e de determinados jogos de continuidade" (RAMOS *apud* GOMES, 2012, p. 248).

A coleção montada pelo Sr. Josué mostrou-se como um importante espaço de construção de representações sociais e sentidos sobre o tempo, levando em consideração seus anseios de tentar entender e comunicar a trajetória dos nossos ancestrais a partir dos objetos musealizados. Em vista disso, é interessante se questionar sobre qual passado foi eleito para ser lembrado naquele espaço museal, quais dinâmicas identitárias estavam em jogo nesse processo (GOMES, 2012), "na qual a ressignificação dos objetos torna-se essencial para a legitimação de sentidos construídos e aceitos socialmente" (GOMES, 2012, p. 249). Esse acervo constitui-se como espaço de construção de representações sobre si e sobre o Outro, materializando e cristalizando sentidos incorporados nos objetos. Dessa forma, se estrutura como um espaço onde há:

> Uma certa nostalgia de como eram antes convive com uma utopia que se constrói em um presente que rompeu com determinada versão do que já aconteceu, para inaugurar olhares que se efetivam em narrativas com pontos de vista, papéis e sentidos diferentes acerca do ocorrido [...] (GOMES, 2012, p. 248).

Nosso objetivo foi entender como o Sr. Josué e os sujeitos da comunidade da praia de Ponta Grossa arremetiam as ressignificações e construções sobre as representações sociais a partir dos objetos do acervo musealizado. "Exploramos '(...) não só o caráter metonímico de representação que a coleção pode desempenhar (de um grupo, cultura, fenômeno), mas também, de auto-representação'" (MENESES *apud* GOMES, 2012, p. 251). Problematizamos o estudo usando e confrontando teoria e prática. Contudo, a discussão não se encerra aqui. O intuito é que essa pesquisa auxilie numa melhor compreensão no que tange a relação entre o campo museográfico, da documentação museológica, e o da antropologia sobre o estudo das representações sociais a partir dos objetos, e que essa pesquisa ampare os possíveis trabalhos relativos a essa temática, tendo em vista as escassas referências bibliográficas sobre esse tema.

BIBLIOGRAFIA

ARQUEOSOCIO. **Consultoria em Arqueologia e Sociologia**. Disponível em: http://www.arqueosocio.com/. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: : GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.) **MAST Colloquia - Vol.10. Documentação em Museus**. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCT. Rio de Janeiro, p. 31-43, 2008.

BATISTA, Juliana Basilio; FILHA, Vera Rozane Araújo Aguiar. **Projeto memória, narrativas e saberes tradicional** – Comunidade de Ponta Grossa-Icapuí (CE). Universidade Federal do Ceará. Ceará, [entre 2010 e 2013].

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. **Memória e identidade local em Icapuí, Ceará**. Tese (doutorado em psicossociologia de comunidades e ecologia social). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Lex: **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Brasília, DF, 1961.

BRUNO, Cristina. Estudos de cultura material e coleções museológicas: Avanços, retrocessos e desafios. In: **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2009.

_____. **Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados**. In: Cadernos de Sociomuseologia (n. 25). Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, Lisboa, p. 3-15, 2006.

_____. **Musealização da arqueologia**: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. In: Cadernos de Sociomuseologia (n. 17). Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, Lisboa, 1999.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 16, p. 11-47.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu:** Aquisição-Documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CÂNDIDO, Maria Inês. **Documentação museológica**. In: **Caderno de diretrizes Museológicas.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. Belo Horizonte, 2006. p. 33-92.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

CURY, Marília Xavier. Museologia: novas tendências. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.). **Mast Colloquia V. 11. Museu e museologias: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 25-41.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação Museológica**: Teoria para uma Boa Prática. In: Estudos de Museologia. Caderno de Ensaios, n.2. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1994.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio –** Objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

_____. **Inventário Participativo do Museu Indígena Kanindé** – Apostila para capacitação do grupo de trabalho. Fortaleza: No prelo, 2011.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. **A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico.** Revista Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, p. 42-55, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Pretextos Museológicos, 1. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. **O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A problemática da Identidade Cultural nos Museus**: de Objeto (de ação) a Objeto (de conhecimento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

_____. (Org). **Como explorar um museu histórico?** São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

_____. **Memória e cultura material**: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998. p.89-103.

NETO TEIXEIRA, Isabella de Souza et al. **Uma ferramenta para Compreender a Apropriação do Patrimônio Geológico pela Sociedade Geológico pela Sociedade**: Um Estudo Sobre o Morro do Corcovado/ Rio de Janeiro. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 35, p. 123-132, 2012.

PESSOA, Fernando (Bernardo Soares). **A maioria da gente enferma.** Livro do Desassossego, 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRÁTICAS e Roteiros. **Conservação de Coleções.** V. 9. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopedia Einaudi**. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 51-87.

QUEROL, Lorena Sancho. **Para uma gramática museológica do (re)conhecimento**: ideias e conceitos em torno do inventário participado. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Universidade de Coimbra, Vol. XXV. Porto, p. 165-188, 2013

RIBEIRO, Emanuela Sousa**. Introdução à restauração**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 07 slides, color.

RIBEIRO; VELTHEM. Berta G.; Lucia H. van. Coleções Etnográficas: Documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Faérgs/SMC, 1992.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Museologia e interpretação da realidade**: o discurso da história (texto provocativo). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

SMIT, Johanna W. A documentação e suas diversas abordagens**.** In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.) **MAST Colloquia - Vol.10. Documentação em Museus.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p. 11-23.

TEXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos.** Coleção Estudos Museológicos V.1. Florianópolis: FCC Edições, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VELTHEN, Lucia Hussak. **O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI, 2012.

ZANETTINI, P. E. **Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos.** Arqueologia, 5: 117-139, Curitiba, 1986.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Icapu%C3%AD. Acesso em: 11 de março de 2015.

ENTREVISTAS

Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira e Igor Pedroza, em 21 de março de 2014.

Entrevista com o Sr. Josué Pereira Crispim, realizada por Gilvanildo Ferreira, em 30 de novembro de 2014.

ANEXO 1

Esquema classificatório do acervo Josué Pereira Crispim

	COLEÇÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TERMOS (OBJETOS FRAGMENTADOS OU INTEIROS)
1	**Coleção: Lítico** - Produzidos, modificados e/ou utilizados pelo homem.	**Lítico Lascado** - Artefatos com evidências de lascamento antrópico.		Núcleo, lasca, instrumentos, Casson, estilha.
		Lítico Polido – Artefatos com evidências de polimento e artefatos não modificados (natural) com marcas de uso.		Percutor, lâmina de machado, pilão, mão de pilão, mó de pilão, zoólito, disco, afiador, batedor, almofariz.
2	**Coleção: Vítreo** - Objetos confeccionados em vidro.	**Sopro Livre** - Confecção por sopro livre, sem uso de molde (suporte).		Garrafa, garrafão, frasco, vasilha, etc.
		Sopro em Molde – Confecção por sopro em molde (suporte).		Garrafa, frasco, vasilha, etc.
3	**Coleção: Cerâmica** - Objetos produzidos em argila e outros minerais e assados em forno para obter solidez da forma.	**Pasta porosa** - Objetos cerâmicos absorventes, produzidos com técnica acordelada, moldada, modelada e torneada. Incluem-se objetos pouco porosos.	**Faiança Fina (Inglesa/Pó de pedra)** – Louça branca, compacta, impermeável, opaca, de textura e	Prato, xícara, pires, malga (copo), tigela, etc.

			quebra irregular, coberta com esmalte.	
			Faiança (Portuguesa) – Louça de pasta opaca e compacta.	Prato, xícara, pires, tigela, etc.
			Cerâmica Histórica e Neobrasileira – Objetos produzidos com técnica de manufatura torneada, modelados, moldados.	Panela, assador, jarra, tampa de panela, etc.
			Cerâmica Indígena – Objetos produzidos com argila e técnica de manufatura acordelada.	Panela, vasilha, tigela, tampa de vasilha, etc.
			Olaria – Produzido com argila, auxílio de molde para modelar o artefato e queima.	Telhas.
			Cachimbo português – Produzido com	Corpo do fornilho, fornilho, porta boquilha.

			argila vermelha.	
			Cachimbo holandês – Produzido com argila branca, denominada caulim.	Fornilho, piteira.
		Pasta não porosa – Objetos cerâmicos não absorventes e produzidos através de torno ou por técnica modelada.	**Grés** – Louça resistente, impermeável, cozida à alta temperatura, entrando em semifusão ou vitrificação total.	Garrafa, bojo, base, borda de garrafa.
			Porcelana – Louça branca vitrificada e translucida.	Prato, xícara, copo.
5	**Coleção: Minerais e Rochas** - Minerais e rochas sem evidências de uso, e *souvenires* – modificados para produção de artesanato. Excluem-se os objetos que apresentam fósseis.	**Naturais** – Não modificados artesanalmente.		Seixos, nódulos e plaquetas.
		Modificado pelo Homem – Objetos modificados ou utilizados artesanalmente.		Corte em rocha e cristal de quartzo.
4		**Náutico** - Objetos construtivos e ferramentas relacionadas à pesca e		Âncora, anzol, peso de anzol, cavilhas e cravos.

		a navegação.		
	Coleção: Metal Objetos diversos em metais. Exceto Numismático - moedas.	**Doméstico e Construtivo** - Objetos do servir à mesa – alimentação -, decorativo, prendas domésticas e ferramentas/utensílios para o lar e construção.	**Servir** - Objetos do servir à mesa, relacionados a alimentação.	Talheres (inclui-se faca-de-mesa) panelas, vasilha, copos, tampas, jarra, caneco e pratos.
			Decoração - Objetos com função decorativa para o lar.	Galo sino, copo e prato decorativo.
			Ferramentas e Utensílios - Prendas domésticas e ferramentas/utensílios para o lar e construção	Dedal, puxador de gaveta, alfinete, faca, peso de balança, chave de boca, parafuso, lampião, pregos, dobradiça, cantoneira, argola, tachinha, arruelas e etc.
		Bélico Objetos relacionados a armas de fogo.		Espoletas, cápsula de projétil, projétil e munição.
		Uso Pessoal e Vestuário - Objetos para uso como adorno corporal e como componentes do vestuário.		Fivelas de cinto, pingentes, botões, anel e ganchos.
		Equestre		Estribos.

		Metal não Identificado – Tralha de metal não identificada.		Fragmentos, metal retorcido e oxidado, etc.
6	**Coleção: Fóssil** - Animais e/ou vegetais fossilizados.	**Formação Estratigráfica Santana** – Fósseis em nódulos Calcários da Formação Santana (Formação geológica característica da Chapada do Araripe).		Peixes, insetos e vegetais em Calcário.
		Formação Missão Velha – Fósseis em Arenito da Formação Missão Velha, Formação geológica identificada nos munícipios de Missão Velha e Brejo Santo – CE.		Vegetais fossilizados em Arenito.
		Depósito Marinho – Fósseis em Calcário de depósito marinho.		Conchas, ostras, gastrópodes incrustados ou não em nódulos/seixos calcários.
		Depósito Quaternário – Fósseis do atual período da Terra.		Dentes e presas de megafauna (grandes animais).
7	**Coleção: Vegetal** - Vestígios vegetais modificados ou não.			Cabaça, semente e raízes.
8	**Coleção: Zoológico** - Remanescentes de animais. Excluem-se os fossilizados.	**Fauna Fluvial e Marinha** – Objetos da fauna fluvial e marinha, oriundos do mar ou rio e suas		Cascos de tartaruga, costela de baleia, esporões de arraias,

		transições.		bivalves, gastrópodes, vértebra de peixe, cartilagem de tubarão, etc.
		Fauna Terrestre - Objetos da fauna terrestre. Incluem-se avifauna.		Chifres, crânio de veado, crânio de pássaro.
9	**Coleção: Numismática** - Constituído exclusivamente por moedas.	**Moedas Nacionais** - Moedas do âmbito nacional (Brasileira).		Real, Cruzeiro, Cruzado, Réis, etc.
		Moedas Estrangeiras - Moedas oriundas do âmbito estrangeiro (Internacional).		Escudos, Peso, Dólar, Franco, Libras, etc.
10	**Coleção: Documental** – Materiais em papel que apresente escrita.	**Bibliográfica** - Relativo aos livros e publicações em geral. Não agrupa material com caráter documental.		Livros, publicações, revistas, Catálogos, guias, panfletos e congêneres.
		Arquivística - Caráter documental.	**Documentos Manuscritos**	Cartas, bilhetes, livros de atas e de visitações, etc.
			Documentos impressos	Ofícios, pesquisas, recibos de pagamento, etc.
			Documentos Hemerográficos – Catálogo de jornais	Jornais.
11	**Coleção: Fotográfica**			Fotografias.

	- Fotografia impressa em papel – suporte.			
12	**Coleção: Artesanato** Objetos confeccionados em madeira, resinas naturais e rochas modificadas ou utilizadas para fins decorativos ou de vendas - *souvenires*. Excluem-se objetos em metal, cerâmica, vidro, lítico, vegetal, fóssil, zoológico.			Madeira, palmatória, etc.
13	**Coleção: Outros** - Objetos que não se encaixam nas outras coleções citadas.			Botão de plástico, missanga e etc.

Anexo 2

Convenções, para a transcrição de áudio, usadas no texto.

CONVENÇÃO
( ) – Partes inaudíveis _ Pausa curta _____ Pausa longa

Anexo 3

Localização do munícipio de Icapuí no estado do Ceará